

— DIÁRIO — **OFICIAL**



**Prefeitura Municipal
de
Caetité**



ÍNDICE

DELIBERAÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- PARECER CME Nº 01/2026 DE 29 DE OUTUBRO DE 2026.....

DECRETO

DECRETO Nº 303, DE 29 DE OUTUBRO DE 2026. INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAETITÉ – BA, APROVA SEU DOCUMENTO-BASE E ESTABELECE DIRETRIZES.....



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PARECER CME Nº 01/2026 DE 29 DE OUTUBRO DE 2026.



Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Secretaria Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº 02, 29 DE OUTUBRO DE 2026

Aprova a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Caetité – BA e estabelece disposições para sua implementação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAETITÉ – BA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 553, de 26 de março de 2002, e demais disposições aplicáveis ao Sistema Municipal de Ensino,

CONSIDERANDO os arts. 205, 206, 208 e 211 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, assegurando a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a gestão democrática do ensino público e a garantia de padrão de qualidade;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, especialmente as disposições relativas à organização da Educação Básica e à ampliação progressiva da jornada escolar;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas em tempo integral na Educação Básica;

CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, que estabelece diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, com as alterações introduzidas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, que estabelece as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Secretaria Municipal de Educação

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, que institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026–2036;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB e as diretrizes curriculares aplicáveis às etapas e modalidades da Educação Básica;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a organização da Educação Integral em Tempo Integral como política pública educacional comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes, a equidade, a inclusão, a justiça curricular e a qualidade social da educação;

CONSIDERANDO a proposta da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, elaborada pela Secretaria Municipal de Educação de Caetité, em sua versão consolidada de outubro de 2026, contemplando as especificidades educacionais, culturais, sociais e territoriais do Município;

CONSIDERANDO, por fim, o Parecer CME nº 16/2024 e o Parecer CME nº 01/2026, que se manifestam favoravelmente à aprovação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Caetité – BA;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Caetité – BA, conforme documento-base elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, em sua versão atualizada de outubro de 2026, apreciado e aprovado por este Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral constitui instrumento orientador da organização, implementação, acompanhamento e avaliação da oferta educacional em tempo integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, observadas as disposições legais e normativas aplicáveis.





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral fundamenta-se na concepção de formação humana integral, compreendendo o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, física, emocional, social, ética, cultural e socioambiental.

Parágrafo único. A ampliação da jornada escolar deverá estar necessariamente vinculada à qualificação das experiências educativas, à integração curricular, à garantia dos direitos de aprendizagem e à promoção da equidade educacional, não se restringindo à extensão do tempo de permanência dos estudantes na escola.

Art. 3º A organização da oferta de Educação Integral em Tempo Integral observará jornada escolar igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, durante todo o período letivo, em conformidade com a legislação nacional vigente.

Parágrafo único. A organização dos tempos e espaços escolares deverá assegurar intencionalidade pedagógica, integração curricular e respeito às especificidades das etapas e modalidades de ensino, observados os critérios normativos de contabilização da jornada escolar.

Art. 4º A organização curricular da Educação Integral em Tempo Integral deverá observar as diretrizes estabelecidas na Política Municipal aprovada, assegurando a articulação entre a Base Nacional Comum Curricular, os referenciais curriculares do Sistema Municipal de Ensino e as experiências educativas diversificadas.

§ 1º Na Educação Infantil, a organização pedagógica deverá respeitar as interações e a brincadeira como eixos estruturantes, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências previstos nas diretrizes curriculares nacionais.

§ 2º No Ensino Fundamental, a organização curricular deverá assegurar a integração entre os componentes curriculares, os eixos estruturantes da Política Municipal e as práticas educativas voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Secretaria Municipal de Educação

§ 3º As propostas curriculares deverão considerar as especificidades da Educação do Campo, da Educação Escolar Quilombola e da Educação Especial na perspectiva inclusiva, respeitando a diversidade humana, cultural, étnico-racial e territorial.

Art. 5º A implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral ocorrerá de forma planejada, progressiva e articulada às condições institucionais, pedagógicas, administrativas e financeiras da Rede Pública Municipal de Ensino.

Parágrafo único. A ampliação da oferta deverá considerar diagnóstico atualizado da demanda educacional, as condições de infraestrutura e acessibilidade, a disponibilidade de profissionais, a alimentação escolar, o transporte escolar e a sustentabilidade financeira, priorizando contextos de maior vulnerabilidade social e educacional.

Art. 6º As unidades escolares que ofertarem Educação Integral em Tempo Integral deverão adequar seus Projetos Político-Pedagógicos e demais instrumentos de organização pedagógica às diretrizes da Política Municipal aprovada por esta Resolução.

Parágrafo único. As adequações deverão ser realizadas mediante processos participativos, assegurando o envolvimento dos profissionais da educação, estudantes, famílias, conselhos escolares e demais representantes das comunidades escolares.

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Educação de Caetité coordenar a implementação, o acompanhamento e a avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, observadas as competências dos órgãos e instâncias integrantes do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações de orientação técnica e formação continuada dos profissionais envolvidos na implementação da política, em articulação com o Núcleo Educacional de Avaliação e Formação de Caetité – NEAF.





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Secretaria Municipal de Educação

§ 2º A implementação da política deverá contemplar mecanismos de acompanhamento das condições de oferta, da organização curricular, das práticas pedagógicas e dos resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação encaminhará periodicamente ao Conselho Municipal de Educação relatórios de acompanhamento e avaliação da implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, para apreciação no âmbito de suas competências legais.

Art. 9º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral poderá ser objeto de revisão e atualização, mediante avaliação de sua implementação, identificação de novas demandas educacionais ou alterações na legislação aplicável, observadas as competências da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação adotará as providências administrativas e normativas necessárias à implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, inclusive mediante expedição de atos complementares, observadas as competências legais de cada autoridade.

Art. 11. A presente Resolução será encaminhada à Secretaria Municipal de Educação de Caetité para conhecimento, homologação, quando exigida pelas normas do Sistema Municipal de Ensino, e adoção das providências necessárias à sua publicação e execução.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Educação de Caetité, Estado da Bahia,
Caetité, 29 de outubro de 2026.

Maria Cristina Barbosa Lima
Presidente do CME
Portaria nº 081/2025

Prefeitura de Caetité CNPJ: 13.811.476/0001-54
Avenida Marlene Montenegro Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-5704
www.caetite.ba.gov.br





**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CAETITÉ – BA**



PARECER CME Nº 01/2026 DE 29 DE OUTUBRO DE 2026.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação de Caetité

ASSUNTO: Análise e aprovação da atualização da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Caetité – BA.

RELATORES: Larissa de Matos Aguiar
Maria Cristina Barbosa Lima
Tatiane Novais Brito

Processo CME nº
03/2026, datado de
05/10/2026.

Aprovado pelo Conselho
Pleno em
29/10/2026

Publicado em
____/____/____
D. O. do Município de Caetité

I – HISTÓRICO OU RELATÓRIO

O Conselho Municipal de Educação de Caetité – BA, em 20 de dezembro de 2024, aprovou a primeira versão da **Política de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Caetité – BA**, estabelecendo as diretrizes para a organização e o desenvolvimento dessa política pública no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Posteriormente, a Secretaria Municipal de Educação encaminhou a este Conselho a proposta de atualização do referido documento, com a finalidade de adequá-lo às necessidades atuais do Município e atender aos requisitos estabelecidos pelo Programa Escola em Tempo Integral, do Ministério da Educação (MEC).

Para subsidiar a análise da atualização proposta, o processo foi instruído com as seguintes peças:

- Ofício nº 260/2026/SME, de 05 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Educação;
- Arquivo atualizado da Política de Educação Integral em Tempo integral do Município de Caetité - BA;

Avenida Profª Marlene Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-8008



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CAETITÉ – BA**



- Minuta de Decreto municipal destinada à instituição formal da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral,

II – FUNDAMENTAÇÃO OU ANÁLISE

A análise da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral fundamenta-se no ordenamento jurídico educacional brasileiro, especialmente nos princípios constitucionais que asseguram a educação como direito social fundamental e dever do Estado e da família.

A Constituição Federal de 1988, em seus arts. 205 e 206, estabelece que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, observados os princípios da igualdade de condições de acesso e permanência, da gestão democrática do ensino público e da garantia de padrão de qualidade.

A Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, estabelece os fundamentos da organização da Educação Básica e prevê, especialmente em seu art. 34, § 2º, a progressiva ampliação do período de permanência na escola, na perspectiva da oferta do Ensino Fundamental em tempo integral.

A Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, representa importante marco para o fortalecimento das políticas públicas destinadas à ampliação das matrículas em jornada integral, associando a expansão da oferta à melhoria da qualidade educacional e à redução das desigualdades.

A Portaria MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, estabelece diretrizes para a ampliação da jornada escolar na perspectiva da educação integral, enfatizando a necessidade de organização curricular integrada, valorização dos profissionais da educação, participação da comunidade escolar e articulação das práticas educativas com os territórios.

Avenida Profª Marlene Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-8008



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CAETITÉ – BA**



Destaca-se, particularmente, a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, com as alterações introduzidas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, que estabelece as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.

Essas diretrizes reafirmam que a educação integral não se confunde com a simples ampliação da permanência dos estudantes na escola, exigindo a organização de propostas pedagógicas integradas, intencionalmente planejadas e comprometidas com o desenvolvimento humano integral.

Também merece destaque a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, que institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral, orientando os sistemas de ensino quanto às condições necessárias para assegurar a qualidade social da oferta educacional.

Integram, ainda, o referencial normativo da matéria a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB, as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis às etapas e modalidades da Educação Básica, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e as disposições do Plano Nacional de Educação vigente, conforme os marcos legais indicados na proposta municipal.

No âmbito estadual, a Lei nº 14.359/2021 e o Decreto nº 21.469/2022 constituem referências relevantes para a organização da educação integral na Bahia, especialmente por sua vinculação ao legado educacional de Anísio Teixeira.

Assim, verifica-se que a proposta municipal encontra fundamento nos princípios e diretrizes que orientam a Educação Integral em Tempo Integral, cabendo ao Município regulamentar sua implementação em conformidade com as competências de seu Sistema Municipal de Ensino.

A análise da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Caetité evidencia a construção de uma proposta educacional orientada pela concepção de formação humana integral, com valorização das dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural, ética e socioambiental dos estudantes.

Avenida Profª Marlene Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-8008



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CAETITÉ – BA**



A política reconhece que a ampliação do tempo escolar somente alcança sua finalidade quando acompanhada de uma reorganização qualitativa do currículo, dos tempos, dos espaços e das práticas pedagógicas, superando modelos fragmentados de organização das atividades escolares.

1. Da concepção de Educação Integral e da contextualização territorial

A proposta fundamenta-se em uma concepção de educação comprometida com a formação integral dos sujeitos, reconhecendo a escola como espaço de aprendizagem, convivência, proteção social, produção cultural e desenvolvimento humano.

Observa-se especial atenção às características históricas e territoriais de Caetité, município reconhecido pela contribuição de Anísio Teixeira à educação pública brasileira.

O documento contempla as especificidades das comunidades do campo e quilombolas, a diversidade cultural e as desigualdades sociais que interferem nas condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

Essa abordagem revela-se compatível com os princípios de equidade, inclusão e justiça curricular, na medida em que reconhece a necessidade de organização da oferta educacional segundo as características e demandas concretas da população atendida.

2. Da organização curricular e das práticas pedagógicas

A Política Municipal apresenta orientações curriculares específicas para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e o Ensino Fundamental – Anos Finais, respeitando as particularidades do desenvolvimento dos estudantes em cada etapa.

Na Educação Infantil, a proposta valoriza as interações e a brincadeira como eixos estruturantes das práticas pedagógicas, articulando os direitos de aprendizagem e os campos de experiências previstos nas diretrizes curriculares nacionais.

No Ensino Fundamental, estabelece organização pedagógica que articula os componentes curriculares da formação geral às experiências educativas diversificadas,

Avenida Profª Marlene Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-8008



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CAETITÉ – BA**



contemplando acompanhamento pedagógico, saberes territoriais, cultura, arte, educação patrimonial, práticas esportivas e educação tecnológica.

Destaca-se a previsão de eixos curriculares que possibilitam a integração entre conhecimentos escolares e experiências sociais, culturais e ambientais dos estudantes, contribuindo para a superação da fragmentação curricular.

A proposta apresenta, portanto, fundamentos pedagógicos compatíveis com a perspectiva de currículo integrado e integrador, orientada pelas diretrizes nacionais da Educação Integral em Tempo Integral.

3. Da jornada escolar e da organização dos tempos educativos

A política estabelece como referência para a oferta de Educação Integral em Tempo Integral a jornada mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, durante todo o período letivo, em consonância com os parâmetros nacionais aplicáveis.

A ampliação da jornada encontra-se associada à organização intencional das atividades educativas, de modo que os diferentes momentos da rotina escolar sejam compreendidos como oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Nesse contexto, a organização dos tempos destinados à alimentação, higiene, descanso, acolhimento e convivência deverá respeitar as necessidades dos estudantes e as especificidades das etapas educacionais, observados os critérios legais de contabilização da jornada escolar.

A proposta demonstra preocupação com a articulação entre tempo, currículo e desenvolvimento integral, evitando a redução da educação em tempo integral a uma simples extensão quantitativa da permanência escolar.

4. Da inclusão educacional, equidade e respeito à diversidade

A Política Municipal contempla a educação inclusiva como princípio estruturante da organização da oferta educacional, reconhecendo a necessidade de assegurar condições de acesso, participação, permanência e aprendizagem a todos os estudantes.

Avenida Profª Marlene Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-8008



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CAETITÉ – BA**



Destaca-se a valorização das especificidades da Educação do Campo, da Educação Escolar Quilombola e da Educação Especial na perspectiva inclusiva, com reconhecimento das diferenças territoriais, culturais e individuais.

A proposta orienta-se pela superação das desigualdades educacionais e pela promoção de práticas pedagógicas que respeitem os direitos humanos, a diversidade étnico-racial e as distintas condições de desenvolvimento dos estudantes.

Tais disposições contribuem para o fortalecimento de uma política educacional comprometida com a equidade e com a garantia do direito à educação de qualidade social.

5. Da gestão democrática e da participação da comunidade escolar

A proposta reconhece a gestão democrática como elemento indispensável à efetivação da Educação Integral em Tempo Integral, valorizando a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias, conselhos escolares e demais representantes das comunidades.

A articulação entre escola e território constitui aspecto relevante da política, permitindo que as experiências educativas dialoguem com os conhecimentos, práticas culturais e potencialidades existentes nas comunidades.

Nesse sentido, a participação coletiva na elaboração e atualização dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares apresenta-se como mecanismo fundamental para a implementação das diretrizes municipais.

A previsão de articulação intersetorial também contribui para o fortalecimento da proteção integral dos estudantes e para a integração da educação com outras políticas públicas.

6. Da formação continuada e da valorização dos profissionais da educação

A política atribui relevância à formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Integral em Tempo Integral, reconhecendo que a reorganização curricular e

Avenida Profª Marlene Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-8008



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CAETITÉ – BA**



pedagógica exige processos permanentes de estudo, planejamento e aperfeiçoamento das práticas educativas.

Destaca-se a atuação do Núcleo Educacional de Formação e Avaliação de Caetité – NEAF, em articulação com as equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação, na organização de ações formativas e no acompanhamento pedagógico das unidades escolares.

Essa previsão fortalece a capacidade institucional da rede municipal para implementar a política de forma planejada, articulada e coerente com os princípios educacionais estabelecidos.

7. Da avaliação, do acompanhamento e da expansão da oferta

A Política Municipal contempla a avaliação como processo contínuo, diagnóstico, formativo e orientador das práticas pedagógicas, valorizando o acompanhamento das aprendizagens e do desenvolvimento integral dos estudantes.

A proposta também reconhece a necessidade de planejamento da expansão das matrículas em tempo integral, considerando as condições de infraestrutura, acessibilidade, alimentação escolar, transporte, recursos humanos e sustentabilidade financeira.

A previsão de acompanhamento sistemático e de apresentação de relatórios ao Conselho Municipal de Educação constitui importante instrumento de controle social e avaliação institucional.

Dessa forma, a política apresenta elementos que favorecem sua implementação progressiva e o aperfeiçoamento contínuo das condições de oferta.

III – CONCLUSÃO

O Conselho Municipal de Educação de Caetité – BA, no exercício de suas competências legais, após apreciação dos documentos encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação, manifesta-se favoravelmente à aprovação da atualização da Política

Avenida Profª Marlene Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-8008



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CAETITÉ – BA



Municipal de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Caetité – BA, cuja primeira versão foi aprovada por este Conselho em 20 de dezembro de 2024.

A aprovação fundamenta-se na adequação da proposta aos princípios constitucionais do direito à educação, às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e às diretrizes nacionais aplicáveis à Educação Integral em Tempo Integral, especialmente às Resoluções CNE/CEB nº 7/2025, nº 2/2026 e nº 4/2026.

Determina-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria Municipal de Educação para conhecimento e adoção das providências cabíveis, incluindo a formalização da política mediante ato normativo do Poder Executivo Municipal e sua implementação no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Caetité, 29 de outubro de 2026.

Conselheiro(s) relator(es): Larissa de Matos Aguiar

Maria Cristina Barbosa Lima

Tatiane Novais Brito

IV – VOTO DOS RELATORES

Diante do exposto, VOTO FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE CAETITÉ – BA, na versão atualizada pela Secretaria Municipal de Educação em outubro de 2026, para orientar a organização, implementação, acompanhamento e expansão da oferta de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Pública Municipal de Ensino.

Este é o parecer.

Caetité, 29 de outubro de 2026.

Conselheiras reladoras: Larissa de Matos Aguiar

Avenida Profª Marlene Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-8008



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CAETITÉ – BA**



Maria Cristina Barbosa Lima
Tatiane Novais Brito

V – DECISÃO DA PLENÁRIA

O Conselho Municipal de Educação de Caetité, em Sessão Extraordinária de 29 de outubro de 2026 acolheu o Referido Parecer.

Caetité, 29 de outubro de 2026.

Maria Cristina Barbosa Lima
Presidente do CME
Portaria nº 083/2023

CONSELHO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO
CAETITÉ - BAHIA

Avenida Profª Marlene Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-8008





**VERSÃO CONSOLIDADA PARA APRECIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -
OUTUBRO/2026**



PREFEITO MUNICIPAL DE CAETITÉ

Valtério Aguiar

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Walnique da Trindade Silva

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Jorge Antônio dos Santos

DIRETORIA DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA

Gabriele Santos Carvalho

Larissa de Matos Aguiar

DIRETORA DO NÚCLEO EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CAETITÉ-BA

Mônica Batista Nogueira

DIRETORA DE ACOMPANHAMENTO À GESTÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Eduarda Mendes Malheiros

DIRETORA DE ACOMPANHAMENTO À GESTÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL ANOS FINAIS

Estaine Souza dos Santos Pereira

DIRETORA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Eliane Barbosa Lima

COORDENADORA TÉCNICA DO NÚCLEO EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CAETITÉ- NEAF

Fabiana Lopes Mafra

COORDENADORAS TÉCNICAS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Aline Alves Teixeira

Tatiane Novais Brito



COORDENADORA TÉCNICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Jeanne de Cássia Gomes Soares

COORDENADORA TÉCNICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Aline Alves Teixeira

COORDENADORA TÉCNICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Adriana Moreira Pimentel

COORDENADORA TÉCNICA DA EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Eliane Barbosa Lima

COORDENADORA TÉCNICA DA EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Tatiane Novais Brito

EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO, DIGITAÇÃO E REVISÃO

Aline Alves Teixeira

Tatiane Novais Brito

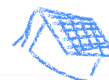
DIAGRAMAÇÃO

Aline Alves Teixeira

SUMÁRIO

CAPÍTULO I.	06
CONTEXTOS E PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO MUNICÍPIO	
CAPÍTULO II.	10
MARCOS LCAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL	
CAPÍTULO III.	18
EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DIALOGADA COM AS MODALIDADES	
III.I	CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO/QUILOMBOLA INTEGRALIZADA
III.II	A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A PROMOÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA
CAPÍTULO IV.	30
ORIENTAÇÕES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE CAETITÉ	
IV.I	ORIENTAÇÕES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS.
IV.II	PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS E CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS.
IV.III	PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS E CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS.
CAPÍTULO V.	68
TEMPO, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INTEGRAL: REPENSANDO A DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	
CAPÍTULO VI.	78
A PERSPECTIVA INTEGRAL NA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA: CONECTANDO TEORIA, PRÁTICA E CONTEXTO	
CAPÍTULO VII.	83
EDUCAÇÃO INTEGRAL E GESTÃO PARTICIPATIVA: ESTRUTURANDO UM AMBIENTE ESCOLAR DEMOCRÁTICO	
CAPÍTULO VIII.	87
FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	
CAPÍTULO IX.	93
OBSERVAÇÕES PARA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	
CAPÍTULO X.	97
PRÁTICAS AVALIATIVAS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: MONITORANDO O PROGRESSO E O CRESCIMENTO HOLÍSTICO	
CAPÍTULO XI.	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
CAPÍTULO XII.	108
ANEXOS	

SAUDAÇÕES EDUCACIONAIS INTEGRAIS!



A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAETITÉ, AO ADERIR AO PROGRAMA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E SE DISPOR A CUMPRIR OS MARCOS LEGAIS EDUCACIONAIS, CONDUZIU A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA MUNICIPAL QUE FUNDAMENTA A PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS DA REDE, EM TODOS OS SEUS SEGMENTOS. ESSA POLÍTICA FOI PAUTADA NAS DEMANDAS E POTENCIALIDADES DO CAMPO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO, BEM COMO NAS ESPECIFICIDADES E PLURALIDADES DO TERRITÓRIO.

APÓS A ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO, FORAM REALIZADOS DIÁLOGOS COM AS COMUNIDADES E ATORES DA EDUCAÇÃO, ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE REALIDADES ESPECÍFICAS QUE PERMEIAM O CONTEXTO MUNICIPAL. HOVE UM APROFUNDAMENTO E ENGAJAMENTO NOS ESTUDOS REFERENTES À EDUCAÇÃO INTEGRAL E UMA INVESTIGAÇÃO DE COMO ESTA PODERIA SER PROMOVIDA NOS DIVERSOS SEGMENTOS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, PAUTADA NOS DIREITOS HUMANOS, NA INCLUSÃO SOCIAL E NO RESPEITO À DIVERSIDADE.

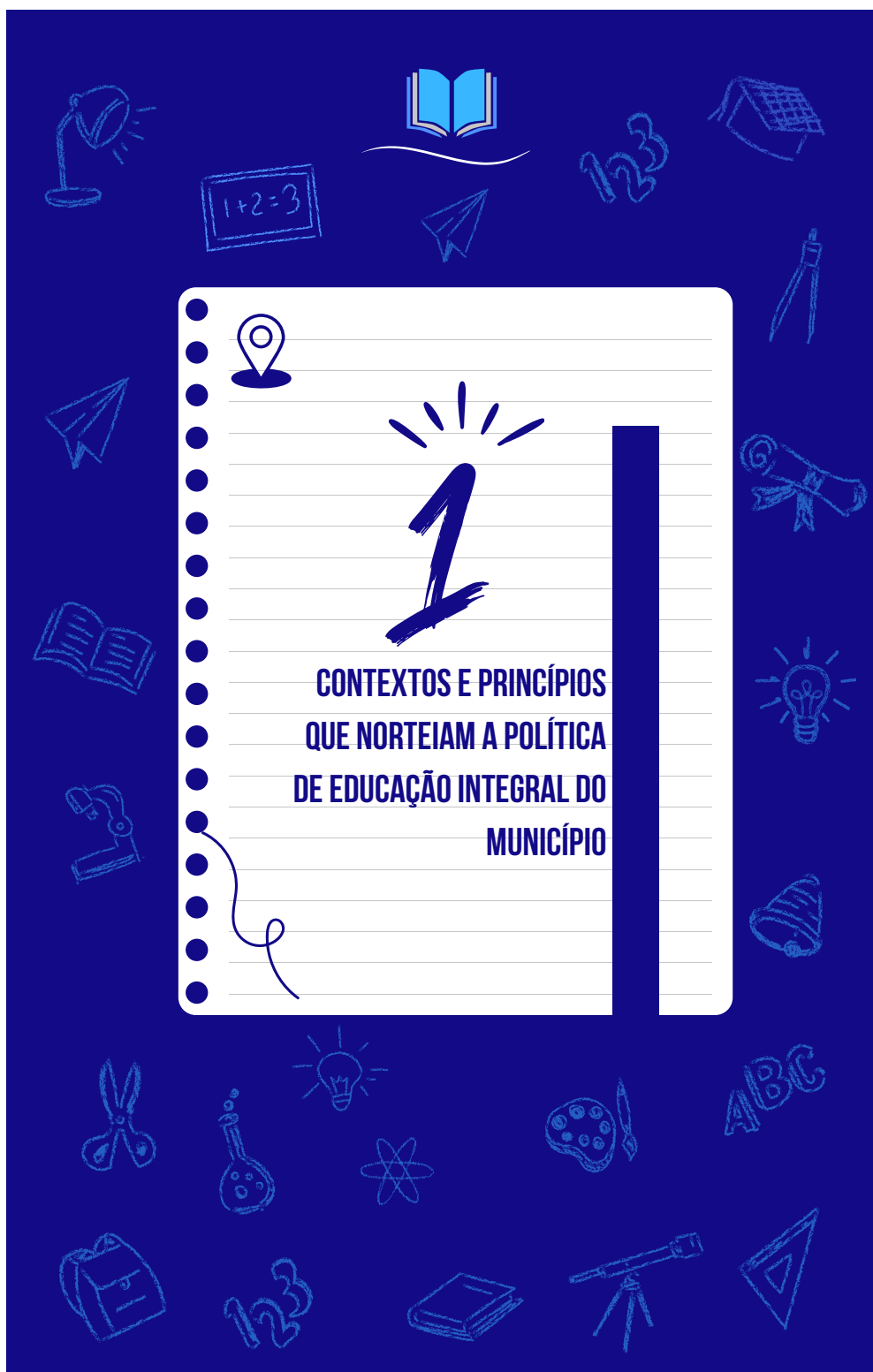
DESSE MODO, PODE-SE AFIRMAR QUE PENSAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ÂMBITO MUNICIPAL SE CARACTERIZA COMO UM AVANÇO NA LUTA PARA GARANTIR QUE OS INDIVÍDUOS SE DESENVOLVAM EM SUAS DIVERSAS DIMENSÕES. ESSA PERSPECTIVA, JÁ DEFENDIDA PELO NOBRE CONTERRENEO ANÍSIO TEIXEIRA, VISA GARANTIR OS DIREITOS SOCIAIS E DE APRENDIZAGEM, PROMOVENDO A JUSTIÇA SOCIAL E ESTABELECENDO CONEXÕES COM AS NECESSIDADES E POTENCIALIDADES DE CADA CONTEXTO.

AO PAUTAR A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL QUALITATIVA, ENTENDE-SE A INDISPENSABILIDADE DE UM MOVIMENTO COLETIVO QUE PERMEIA AS ORGANIZAÇÕES CURRICULARES, A FORMAÇÃO CONTINUADA, OS PLANEJAMENTOS PEDAGÓGICOS, AS PRÁTICAS, MÉTODOS E ABORDAGENS ADOTADAS PELOS EDUCADORES. AS FORMAS DE AVALIAÇÃO E AS APROXIMAÇÕES ENTRE A COMUNIDADE EXTERNA E A ESCOLA CONSTITUEM PONTES MOVIMENTOS PARA ASSEGURAR POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VIABILIZEM A FORMAÇÃO INTEGRAL DOS INDIVÍDUOS.

OS DESAFIOS SÃO MUITOS E SE TEM CIÊNCIA DELES, PORTANTO É IMPRESCINDÍVEL A CONTINUAÇÃO DE UM CAMINHAR HISTÓRICO DE LUTA PELA FORMAÇÃO INTEGRAL UNIDO AO DESEJO DA CONTINUIDADE DA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO MUNICIPAL QUALITATIVA. DESSE MODO, IMPULSIONA-SE A BUSCA POR TRANSFORMAÇÕES NO COTIDIANO DAS ESCOLAS E SUBSIDIA UM ANSEIO COLETIVO POR CONDIÇÕES QUE ASSEGUREM UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE, POR MEIO DA FORMAÇÃO OMNILATERAL DOS SUJEITOS.

ABC

CAETITÉ-2024



1



Caetité, terra de Anísio Teixeira - o precursor de ideias revolucionárias que induziram debates acerca da educação universal, laica, democrática e integral - possui uma população de cerca de 52.012 habitantes, com uma densidade demográfica de 19,62 habitantes por metro quadrado, segundo os dados do IBGE (2022). A cidade sediou a primeira Escola Normal do Sertão Baiano, sendo pioneira na educação regional. Composta por 4 distritos e diversos povoados, tem uma extensão territorial de 2.651,536 km². Com características de cerrado e caatinga, o município enfrenta desafios ecológicos, como o desmatamento para produção de carvão e cerâmica, impactos da mineração e do uso de energias renováveis. O clima é ameno, com notáveis extremos de temperatura. Caetité se destaca na pecuária, mineração de urânio, ametista, manganês e ferro, energia eólica, além de ser um polo têxtil e cerâmico.

A priori, é necessário contextualizar brevemente aspectos da população caetiteense. De acordo com o IBGE, em 2021, o salário médio mensal dos caetiteenses era de 2,1 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16,35%, evidenciando uma expressiva desigualdade social. Estima-se que, das 7.154 famílias com perfil CadÚnico, 557 são identificadas como quilombolas, 3.020 como agricultores familiares, 42 foram resgatadas do trabalho análogo ao de escravo e 33 são coletores de material reciclável. Infere-se que os Grupos Populacionais Tradicionais Específicos estão majoritariamente localizados no campo, com 14 comunidades quilombolas e uma significativa presença da agricultura familiar nessa área.

1

ANÍSIO TEIXEIRA, UM JURISTA, INTELLECTUAL, EDUCADOR E ESCRITOR BRASILEIRO, SERIA, EM 2020, UM CENTENÁRIO DE 120 ANOS. NO AUGE DO DEBATE SOBRE A UNIVERSALIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA, LAICA, GRATUITA E OBRIGATORIA, NA DÉCADA DE 1930, TEIXEIRA FOI UM DOS SIGNATÁRIOS DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. ELE DEFENDIA UMA EDUCAÇÃO CONSTRUTIVISTA, ENXERGANDO OS ALUNOS COMO AGENTES TRANSFORMADORES DA SOCIEDADE. ALÉM DISSO, EXPRESSAVA UMA CONSTANTE PREOCUPAÇÃO COM A EDUCAÇÃO LIVRE DE PRIVILÉGIOS. "SOU CONTRA A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO EXCLUSIVO DE FORMAÇÃO DE UMA ELITE, MANTENDO A GRANDE MAIORIA DA POPULAÇÃO EM ESTADO DE ANALFABETISMO E IGNORÂNCIA", AFIRMAVA.

TEIXEIRA TAMBÉM SE MOSTRAVA INCONFORMADO COM A ALTA TAXA DE ANALFABETISMO NO BRASIL DURANTE SUA ATUAÇÃO COMO EDUCADOR. "REVOLTA-ME SABER QUE, DOS 5 MILHÕES QUE ESTÃO NA ESCOLA, APENAS 450 MIL CONSEGUEM CHEGAR À 4ª SÉRIE (ATUAL 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL). TODOS OS DEMAIS FICANDO FRUSTRADOS MENTALMENTE E INCAPACITADOS PARA SE INTEGRAREM EM UMA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL E ALCANÇAREM UM PADRÃO DE VIDA DE SIMPLES DECÊNCIA HUMANA", PONDERAVA.

MESMO COM O PASSAR DO TEMPO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, O PENSAMENTO DE TEIXEIRA PERMANECE RELEVANTE. UMA DE SUAS MAIORES CONTRIBUIÇÕES FOI A COMPREENSÃO DA NECESSIDADE DE DEMOCRATIZAR O ACESSO AO ENSINO. ENTRE SEU LEGADO, DESTACAM-SE A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL, EM 1935, QUANDO O RIO DE JANEIRO AINDA ERA A CAPITAL DO PAÍS, E A FUNDAÇÃO DA ESCOLA PARQUE (CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO) EM 1950, DURANTE SUA PASSAGEM PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA. LOCALIZADA NOS BAIRROS DA LIBERDADE, CAIXA D'ÁGUA, PERO VAZ E PAU MIÚDO, EM SALVADOR, A ESCOLA PARQUE É CONSIDERADA PIONEIRA POR SUA PROPOSTA REVOLUCIONÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E INTEGRAL VOLTADA PARA AS POPULAÇÕES MAIS CARENTES. TEIXEIRA TAMBÉM FOI UM DOS IDEALIZADORES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB), INAUGURADA EM 1961, DA QUAL SE TORNOU REITOR EM 1963.



Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/saiba-quem-foi-anisio-teixeira#:~:text=Um%20jurista%2C%20intelectual%2C%20educador%20e,dos%20Pioneiros%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nova.> Acesso em: 30 mai. 2023.

7

1



A diversidade populacional contribuiu para a construção de um espaço com grandes representações, movimentos e impactos relevantes na história do país. Além disso, Caetité possui inúmeras manifestações culturais com dimensões imensuráveis para a construção das relações coletivas. É importante ressaltar que a população é composta por marcadores sociais que impactam famílias e comunidades na asseguarção de seus direitos de maneira democrática.

O cenário exposto leva à reflexão de que a educação historicamente se constituiu em diversos processos sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos. Com a formalização da educação, esta passou a ocorrer também de maneira institucionalizada. Conforme Lopes e Galvão (2001), a educação nunca esteve restrita apenas à escola. Práticas educacionais sempre estiveram presentes em diversos contextos, como a cidade, o trabalho, o lazer, a família, os movimentos sociais, a igreja, entre outros, compondo a formação humana.

Marx (2010) argumenta que o homem se apropria das relações no mundo de maneira omnilateral, ou seja, suas questões individuais e coletivas, histórias e lutas precisam ser consideradas nos ambientes formalizados de ensino, permitindo a configuração e construção de suas histórias. Assim, a escola não se desvincula das totalidades e contradições que cercam os indivíduos, e os processos individuais e coletivos educam e reeducam conforme as diferentes realidades.

Nesse contexto, a Educação Integral está relacionada ao desenvolvimento de diferentes dimensões do ser humano de forma integralizada, não se limitando apenas à ampliação do tempo escolar, mas ao desenvolvimento de atividades que promovam o crescimento completo do indivíduo. Visa uma formação omnilateral, considerando especificidades do desenvolvimento educacional, cultural, intelectual, afetivo, lúdico, psicossocial e estético, conforme menciona Frigotto (2012)

A primeira experiência do município com Educação Integral ocorreu com a implantação do Programa Mais Educação² a partir de 2008. Em 2020, Caetité implantou a primeira proposta escolar com jornada ampliada da rede municipal, a Escola Municipal Manoel Lopes Teixeira, uma escola urbana localizada em região periférica, que oferece o Ensino Fundamental - Anos Finais e EJA, totalizando 487 estudantes em 2022. Desde então, o debate e anseio por uma educação integrada ganharam destaque, promovendo a construção de uma proposição de formação integral em tempo estendido.

Dentro dessa perspectiva, a presente Política para Escolas Integrais de Tempo Integral no município de Caetité propõe uma organização curricular baseada em quatro eixos: Acompanhamento pedagógico/orientação de estudos; Saberes sociais da terra, da água e do ar; Cultura, arte e educação patrimonial; e Práticas esportivas, jogos, brincadeiras e educação tecnológica. Esses eixos visam fortalecer o indivíduo em suas diversas dimensões, atendendo às necessidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nas escolas Integrais em Tempo Estendido, de acordo com suas territorialidades.

2

Criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, o Programa Mais Educação constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. O Programa foi extinto em 2016.

8

1



A Educação Infantil, que atende crianças de zero a cinco anos, busca promover um desenvolvimento completo e holístico, abrangendo aspectos acadêmicos, bem como dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Envolve a promoção do aprendizado em áreas como artes, esportes, saúde, valores e cidadania, integrando aspectos cognitivos e socioemocionais, como comunicação, criatividade, pensamento crítico, empatia e autoconhecimento.

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos e atendendo crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, enfrenta o desafio de construir um currículo que supere as rupturas sociais que afetam o desenvolvimento psicossocial dos alunos, especialmente no contexto das repercussões da pandemia. A educação integral tem como função social garantir segurança, nutrição, proteção, acolhimento, lazer, cultura e avanços em múltiplas dimensões.

A Política de Educação Integral em Tempo Integral do município visa atender grupos com maior vulnerabilidade social, ampliando a asseguarção dos direitos sociais básicos, como educação, saúde, alimentação, lazer e proteção à infância, conforme o Art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Prioriza atender escolas em contextos historicamente fragilizados, como as modalidades de Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola, e escolas situadas na sede, atendendo alunos de contextos urbanos e camponeses vulnerabilizados, com uma oferta pautada na perspectiva inclusiva e conforme os marcos legais relevantes.

Em resumo, a construção da Política de Oferta da Educação Integral no município está pautada na organização coletiva e democrática, com base em escutas das comunidades escolares e dados das avaliações externas e internas, bem como análises de diagnósticos sociais e aspectos contextuais. A proposta inicial para a construção da Política de Educação Integral para o município de Caetité, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, busca fomentar movimentos educacionais importantes para a qualificação da educação pública, estando aberta a adaptações e reformulações conforme as demandas surgirem durante o processo de implementação.

A implementação e a expansão da oferta serão orientadas por diagnóstico educacional atualizado, com dados oficiais de matrícula, demanda manifesta, vulnerabilidade social, infraestrutura, acessibilidade, transporte, alimentação escolar, recursos humanos e condições territoriais. Indicadores demográficos e socioeconômicos citados nesta versão constituem referências contextuais associadas aos anos de suas respectivas fontes e deverão ser atualizados periodicamente, sem serem tratados como dados atuais quando não houver validação oficial.

+++

9



2



O município de Caetité, subsidiado pelos princípios e marcos legais da educação integral, sintetizados na linha do tempo abaixo, objetiva construir uma política de Educação Integral em consonância com os princípios e fundamentos das etapas da Educação Infantil e Fundamental, assim como as legislações e os marcos legais das modalidades de Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola, embasados em uma perspectiva inclusiva dos múltiplos atores sociais.

Esta Política será interpretada e executada em conformidade com a Constituição Federal de 1988; a Lei nº 9.394/1996 (LDB); a Lei nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral; a Portaria MEC nº 2.036/2023; a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica; a Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, que altera a Resolução CNE/CEB nº 7/2025; a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, que institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral; e a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026–2036, além das normas estaduais e municipais aplicáveis.

Educação Integral: Trajetória no Brasil



LINHA DO TEMPO DOS MOVIMENTOS E MARCOS LEGAIS ASSOCIADOS À EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL.
FONTE: CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL (CREI)

A base legal que fundamenta a educação integral em tempo integral no estado da Bahia tem sua origem na Portaria Estadual nº 249/2014, que instituiu o Programa de Educação Integral (ProEI). Esta portaria, posteriormente alterada pela Portaria nº 2.349 do mesmo ano, estabeleceu as diretrizes iniciais para fomentar o desenvolvimento humano e social dos educandos por meio da ampliação da jornada escolar na rede estadual de ensino. Reconhecendo a importância e a necessidade de expandir essa iniciativa, o Governo do Estado sancionou, em 2021, a Lei Estadual nº 14.359. Esta lei marca um importante avanço ao instituir o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, consolidando assim a Política de Educação Integral no Estado da Bahia.

A base legal que fundamenta a educação integral em tempo integral no estado da Bahia tem sua origem na Portaria Estadual nº 249/2014, que instituiu o Programa de Educação Integral (ProEI). Esta portaria, posteriormente alterada pela Portaria nº 2.349 do mesmo ano, estabeleceu as diretrizes iniciais para fomentar o desenvolvimento humano e social dos educandos por meio da ampliação da jornada escolar na rede estadual de ensino. Reconhecendo a importância e a necessidade de expandir essa iniciativa, o Governo do Estado sancionou, em 2021, a Lei Estadual nº 14.359. Esta lei marca um importante avanço ao instituir o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, consolidando assim a Política de Educação Integral no Estado da Bahia

11

Para assegurar a efetiva implementação e regulamentação desta lei, foram publicados dois documentos complementares: o Decreto nº 21.469, de 22 de junho de 2022, e a Portaria Estadual nº 1.475/22, posteriormente modificada pela Portaria nº 2.171/22. Estes instrumentos legais vieram para detalhar e operacionalizar os princípios estabelecidos na lei anterior. A Lei Estadual nº 14.359/21 abrange diversos aspectos cruciais para a efetivação da educação integral, incluindo a adequação da estrutura arquitetônica das escolas, a articulação do tempo estendido de permanência dos alunos, o estabelecimento de um regime de colaboração, a criação de um comitê de fomento, a garantia de dedicação dos profissionais envolvidos, a reformulação do projeto político-pedagógico em conformidade com as novas diretrizes e a definição de uma jornada mínima para os estudantes. Complementando essa lei, o Decreto Estadual nº 21.469/2022 trouxe elementos adicionais para fortalecer o programa. Além de regulamentar o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, o decreto instituiu o Prêmio Anísio Teixeira como forma de reconhecimento e incentivo, estabeleceu estratégias para qualificar o tempo de permanência dos educandos na escola e criou a Cátedra Anísio Teixeira de Educação Integral, reforçando o compromisso com a pesquisa e o desenvolvimento na área.

Este conjunto de leis, decretos e portarias forma uma base legal sólida e abrangente, demonstrando o compromisso do estado da Bahia com a implementação e o fortalecimento da educação integral.

Ao homenagear Anísio Teixeira, educador baiano de renome internacional, o programa não apenas reconhece sua contribuição histórica, mas também se compromete a dar continuidade ao seu legado de inovação e excelência na educação pública.

Os movimentos brevemente citados ensejam a criação de ações nacionais, estaduais e municipais que viabilizem a oferta de educação integral em tempo estendido, como, por exemplo, o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pelo governo federal por meio da Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que tem como finalidade fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação. Nesse cenário, os objetivos do citado Programa são:

- I - FOMENTAR A OFERTA DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL, OBSERVADAS AS METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO VIGENTE E AS NORMAS QUE REGULAMENTAM O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL;
- II - ELABORAR, IMPLANTAR, MONITORAR E AVALIAR POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA;
- III - PROMOVER A EQUALIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA OFERTA DE JORNADA DE TEMPO INTEGRAL;
- IV - MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, ELEVANDO OS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE BEBÊS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES; E
- V - FORTALECER A COLABORAÇÃO DA UNIÃO COM ESTADOS, MUNICÍPIOS E O DISTRITO FEDERAL PARA O CUMPRIMENTO DA META 6 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (BRASIL, 2023).

O Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, representa marco relevante para ampliar e qualificar a oferta de matrículas em tempo integral na rede pública. Sua execução deve ser articulada ao Plano Nacional de Educação vigente, aprovado pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, e às diretrizes operacionais nacionais aplicáveis.

A Lei nº 14.640 também estabelece diretrizes específicas sobre a jornada de tempo integral nas escolas da educação básica. Segundo o artigo 3º da referida lei, § 1º,

Para que uma matrícula seja considerada em tempo integral, o estudante deve permanecer na escola ou participar de atividades escolares por um período igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais. Este tempo pode ser dividido em dois turnos, desde que não haja sobreposição entre eles, ao longo de todo o período letivo.

A jornada escolar da Educação Integral em Tempo Integral deverá ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, durante todo o período letivo, conforme a legislação nacional vigente. Sua organização deverá respeitar os critérios normativos de contabilização da carga horária, o calendário escolar e os registros oficiais da rede municipal. A ampliação do tempo de permanência na escola deverá estar vinculada a uma proposta pedagógica intencional, integrada ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico, que assegure experiências educativas diversificadas e promova o desenvolvimento integral dos estudantes em suas dimensões intelectual, física, emocional, social, ética e cultural, em consonância com as diretrizes nacionais e municipais da Educação Integral em Tempo Integral.

A definição de jornada de tempo integral, proposta pela lei, é projetada para oferecer uma experiência educacional mais robusta e abrangente para os alunos. O objetivo é garantir que os estudantes tenham acesso a um currículo mais extenso e diversificado, promovendo um aprendizado mais profundo e contínuo ao longo do dia. A jornada de tempo integral pode ser organizada de maneira flexível, permitindo a divisão do tempo em dois turnos distintos, desde que esses turnos não se sobreponham. Isso possibilita a adaptação do horário escolar às necessidades e condições das escolas e dos alunos, assegurando, ao mesmo tempo, que o tempo total de aprendizagem seja cumprido.

A seguir, institui-se, através da Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, as Diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral, estabelecendo as seguintes ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral:



- I - A EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS E ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL ORIENTADA PELA CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL;
- II - O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL COMPROMETIDO COM O ALCANCE DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL, AO LONGO DA JORNADA ESCOLAR DIÁRIA, PREVISTOS PARA CADA ETAPA E MODALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA;
- III - A SUPERÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR BASEADA NA LÓGICA DE TURNO E CONTRATURNO PARA UM CURRÍCULO INTEGRADO E INTEGRADOR DE EXPERIÊNCIAS;

IV - A CONSTITUIÇÃO DE REFERENCIAL PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL QUE CONSIDERE A AMPLIAÇÃO, O APROFUNDAMENTO E O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DAS APRENDIZAGENS PRIORITÁRIAS, A PESQUISA CIENTÍFICA, AS PRÁTICAS CULTURAIS, ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS, DE LAZER E BRINCAR, TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, DA CULTURA DE PAZ E DOS DIREITOS HUMANOS, DA APRENDIZAGEM BASEADA NA RELAÇÃO DIRETA COM A NATUREZA E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E NA PROMOÇÃO DE PRÁTICAS DE CUIDADO E SAÚDE INTEGRAL;

V - A CONSTITUIÇÃO DE REFERENCIAL PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL QUE CONSIDERE A AMPLIAÇÃO, O APROFUNDAMENTO E O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DAS APRENDIZAGENS PRIORITÁRIAS, A PESQUISA CIENTÍFICA, AS PRÁTICAS CULTURAIS, ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS, DE LAZER E BRINCAR, TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, DA CULTURA DE PAZ E DOS DIREITOS HUMANOS, DA APRENDIZAGEM BASEADA NA RELAÇÃO DIRETA COM A NATUREZA E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E NA PROMOÇÃO DE PRÁTICAS DE CUIDADO E SAÚDE INTEGRAL;

IV - A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS, COM FOCO NA ORGANIZAÇÃO DE AMBIENTES QUE FAVOREÇAM A DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL, ASSEGURANDO ACESSIBILIDADE ÀS DISTINTAS FORMAS DE DEFICIÊNCIA;

V - A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS, COM FOCO NA ORGANIZAÇÃO DE AMBIENTES QUE FAVOREÇAM A DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL, ASSEGURANDO ACESSIBILIDADE ÀS DISTINTAS FORMAS DE DEFICIÊNCIA;

VII - O FOMENTO E VALORIZAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS ORIENTADAS POR UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, COM SUPERAÇÃO DA FRAGMENTAÇÃO DOS CONHECIMENTOS COM AS PRÁTICAS SOCIAIS E DA VIDA COTIDIANA;

VIII - A PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS ESTUDANTES E DE SEU PAPEL NO PROCESSO COLETIVO E COLABORATIVO DE CONSTRUÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS SABERES, ATITUDES E PRÁTICAS, DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL ATÉ O ENSINO MÉDIO EM UMA PERSPECTIVA DE PROGRESSIVA AUTONOMIA;

IX - O FORTALECIMENTO DE PROCESSOS DE ESCUTA, DIÁLOGO, PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO COLETIVA NA ESCOLA, QUE ENVOLVA ESTUDANTES E EDUCADORES EM PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DE CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS E DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA, INCLUSIVE COM O FOMENTO À INSTAURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DE INSTÂNCIAS COMO OS CONSELHOS DE ESCOLA, OS GRÊMIOS ESCOLARES, ASSOCIAÇÕES E ASSEMBLEIAS ESTUDANTIS, DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL ATÉ O ENSINO MÉDIO;

X - A CONSTRUÇÃO DE ARRANJOS LOCAIS DE INTEGRAÇÃO DA ESCOLA COM O TERRITÓRIO E COM A COMUNIDADE SOCIAL DE QUE FAZ PARTE, NA PERSPECTIVA DO RECONHECIMENTO, DA VALORIZAÇÃO E DA MOBILIZAÇÃO DOS SABERES E DAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS VIVENCIADAS NO SEU ENTORNO;

XI - A ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL COM POLÍTICAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS DE ÁREAS E ESFERAS DIVERSAS, BEM COMO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, FAMÍLIAS E DEMAIS INTEGRANTES DA COMUNIDADE LOCAL PARA A EFETIVA PROMOÇÃO INTERSETORIAL DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E PROTEÇÃO DE DIREITOS DOS BEBÊS, DAS CRIANÇAS, DOS ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS;

XII - A MELHORIA CONTÍNUA DAS CONDIÇÕES LABORAIS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ASSIM COMO A VALORIZAÇÃO DE SUAS JORNADAS E PROCESSOS FORMATIVOS PARA A DEDICAÇÃO À EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL;

XIII - O ATENDIMENTO À DEMANDA ESCOLAR POR TEMPO INTEGRAL MANIFESTA OU SOB CONSULTA AOS PÚBLICOS DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA, EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS E EDUCAÇÃO ESPECIAL;

XIV - O ESTABELECIMENTO DE METAS E DE ESTRATÉGIAS DE POLÍTICA EDUCACIONAL, GESTÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE PROMOVAM A REDUÇÃO DE DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAL, SOCIOECONÔMICA, TERRITORIAL, DE GÊNERO, O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS, O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS JOVENS QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS;

XV - A OFERTA DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, NA FORMA INTEGRADA OU CONCOMITANTE INTERCOMPLEMENTAR, INTEGRANDO-SE, AO ENSINO MÉDIO E ÀS DIMENSÕES DO TRABALHO, DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA;

XVI - A OFERTA DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS, EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA, CONSIDERANDO AS RESPECTIVAS DIRETRIZES CURRICULARES E OUTRAS NORMATIVAS;

2



XIV - O ESTABELECIMENTO DE METAS E DE ESTRATÉGIAS DE POLÍTICA EDUCACIONAL, GESTÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE PROMOVAM A REDUÇÃO DE DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAL, SOCIOECONÔMICA, TERRITORIAL, DE GÊNERO, O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS, O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS JOVENS QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS;

XV - A OFERTA DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, NA FORMA INTEGRADA OU CONCOMITANTE INTERCOMPLEMENTAR, INTEGRANDO-SE, AO ENSINO MÉDIO E ÀS DIMENSÕES DO TRABALHO, DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA;

XVI - A OFERTA DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS, EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA, CONSIDERANDO AS RESPECTIVAS DIRETRIZES CURRICULARES E OUTRAS NORMATIVAS.

”

A implementação do programa foi detalhada pela Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, que estabelece diretrizes, procedimentos e prazos para sua execução. Esta portaria definiu um processo estruturado de adesão voluntária dos entes federativos, pactuação de metas, transferência de recursos e monitoramento dos resultados. Um aspecto crucial desta regulamentação é o cálculo individualizado das metas e dos valores de fomento para cada rede de ensino, considerando as diferentes realidades e capacidades financeiras dos entes federativos.

Em 24 de novembro de 2023, foram publicadas as Resoluções nº 25 e nº 26. A Resolução nº 25 instituiu os critérios de seleção de projetos da ação PAR-Portfólio, focando no apoio financeiro para obras de construção e melhorias nas escolas públicas com vagas em tempo integral.

Já a Resolução nº 26 estabelece procedimentos e critérios para a seleção de propostas de reforma, ampliação de unidades escolares e aquisição de mobiliário, demonstrando um comprometimento com a melhoria da infraestrutura educacional.

A Portaria nº 64, de 26 de dezembro de 2023, alterou o cronograma de adesão e pactuação do programa para 2023, estendendo prazos importantes como o período de declaração das matrículas e a transferência da segunda parcela de recursos. Essas mudanças visam dar mais tempo aos entes federados para implementarem as novas matrículas em tempo integral e declararem corretamente no sistema.

Por fim, a Nota Técnica nº 148/2024/DPDI/SEB/SEB, de 3 de abril de 2024, detalhou a metodologia de análise da meta física do programa. Esta nota estabeleceu critérios para avaliar o cumprimento das metas pactuadas, considerando tanto o incremento de matrículas em tempo integral quanto a institucionalização da política pelos entes federados.

Este conjunto de regulamentações e orientações demonstra um esforço coordenado do governo federal para implementar e monitorar o Programa Escola em Tempo Integral de forma eficaz e transparente. O programa não apenas busca aumentar o número de matrículas em tempo integral, mas também visa melhorar a qualidade da educação oferecida, priorizando escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e enfatizando a importância de um planejamento pedagógico adequado.

O Programa está em consonância com os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação (2014-2024/2015-2025), que emergem de demandas históricas, educacionais, sociais, econômicas e estruturais. Destaca-se que a construção da política municipal surge de demandas territoriais e estabelece diálogos com as diretrizes nacionais em vigência, bem como se norteia nos marcos legais federais, estaduais e municipais.

15

2



Nos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, verifica-se na Meta 06: “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” nas escolas estaduais e municipais. Assim, mediante as limitações históricas na oferta e a demanda social em torno da educação integral, faz-se urgente protagonizar o desenvolvimento omnilateral do ser.

Destaca-se que a presente política municipal parte do princípio de que o projeto de desenvolvimento integral não deve ser homogêneo e independer de territórios, mas pensado a partir de cada espaço em que está situado, além da necessidade de garantir políticas de fomento para atender às diversidades dos componentes de cada espaço.

Além disso, tanto o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 quanto o Plano Municipal de Educação (PME) 2015-2025 destacam nas Metas 07 e 08 a necessidade de assegurar estratégias voltadas para a formação integralizada de grupos mais vulnerabilizados, elencando-se:



META 7 FOMENTAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES, COM MELHORIA DO FLUXO ESCOLAR E DA APRENDIZAGEM, DE MODO A ATINGIR AS SEGUINTE MÉDIAS NACIONAIS PARA O IDEB: 6,0 NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL; 5,5 NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL; 5,2 NO ENSINO MÉDIO;

7.23. DESENVOLVER CURRÍCULOS E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS ESPECÍFICAS PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA AS ESCOLAS DO CAMPO E PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, INCLUINDO OS CONTEÚDOS CULTURAIS CORRESPONDENTES ÀS RESPECTIVAS COMUNIDADES E CONSIDERANDO O FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS, PRODUZINDO E DISPONIBILIZANDO MATERIAIS DIDÁTICOS ESPECÍFICOS, INCLUSIVE PARA OS (AS) ALUNOS (AS) COM DEFICIÊNCIA, DURANTE A VIGÊNCIA DO PME;

7.24. MOBILIZAR AS FAMÍLIAS E SETORES DA SOCIEDADE CIVIL, ARTICULANDO A EDUCAÇÃO FORMAL COM EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR E CIDADÃ, COM OS PROPÓSITOS DE QUE A EDUCAÇÃO SEJA ASSUMIDA COMO RESPONSABILIDADE DE TODOS E DE AMPLIAR O CONTROLE SOCIAL SOBRE O CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, DURANTE A VIGÊNCIA DESTE PLANO;

7.25. PROMOVER A ARTICULAÇÃO DOS PROGRAMAS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO, DE ÂMBITO LOCAL E NACIONAL, COM OS DE OUTRAS ÁREAS, COMO SAÚDE, TRABALHO E EMPREGO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE E CULTURA, POSSIBILITANDO A CRIAÇÃO DE REDE DE APOIO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS, COMO CONDIÇÃO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE EDUCACIONAL, DURANTE A VIGÊNCIA DESTE PLANO;

META 8: ELEVAR A ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 29 (VINTE E NOVE) ANOS, DE MODO A ALCANÇAR, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) ANOS DE ESTUDO NO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PLANO, PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA REGIÃO DE MENOR ESCOLARIDADE NO PAÍS E DOS 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) MAIS POBRES, E IGUALAR A ESCOLARIDADE MÉDIA ENTRE NEGROS E NÃO NEGROS DECLARADOS À FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).



Além dos marcos citados, esta política tem como fundamentação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e a Base Nacional Comum Curricular (2017). A BNCC propõe a Educação Integral como um caminho para a formação na Educação Básica, por meio de competências gerais e específicas, inter-relacionadas nos componentes curriculares.

[...] a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação[...]. Significa, [...], assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. (BRASIL, 2017.p.14)

16

2



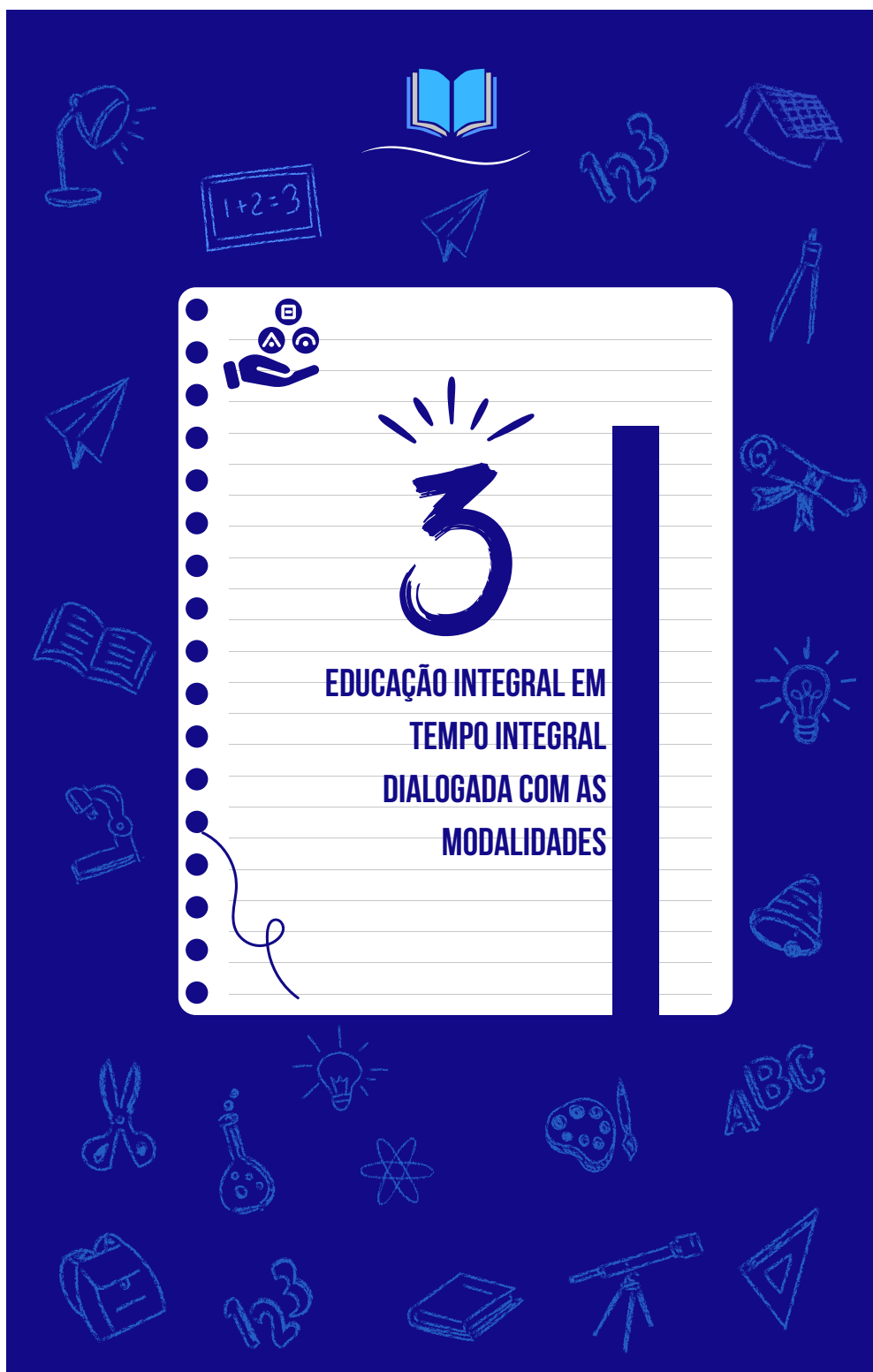
Desse modo, com vistas ao cumprimento das metas citadas acima, entre outras dispostas no Plano Municipal de Educação, bem como no Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, propõem-se os direcionadores curriculares, dispostos a seguir, para a construção de uma educação integral democrática e inclusiva, tendo total ciência de que este é apenas o passo inicial para assegurar legalmente o que está disposto nas bases legais educacionais de forma qualitativa.

Assim, nesta proposta, ainda em construção, devemos considerar as seguintes Diretrizes Gerais Municipais, elaboradas a partir de demandas territoriais, para a política de Educação Integral do município:

- OFERECER UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE EM TEMPO ESTENDIDO COMO CAMINHO PARA A GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS;
- CONSTRUIR A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DOS MUROS DAS ESCOLAS, COM COMPROMETIMENTO ÉTICO POR MEIO DA INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO DO FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS ENTRE PROGRAMAS E SERVIÇOS, ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS, E ENTRE AMBIENTES FORMAIS E NÃO FORMAIS DE ENSINO;
- FOMENTAR A PERSPECTIVA DA ESCOLA COMO UM COLETIVO QUE BUSCA COMPREENDER AS TOTALIDADES E CONTRADIÇÕES SOCIAIS, CONSTRUIR E VALORIZAR SABERES E POSSIBILIDADES PARA QUE OS INDIVÍDUOS OCUPEM LUGARES SOCIAIS E SE DESENVOLVAM INTEGRALMENTE;
- FORTALECER A COMPREENSÃO DE QUE OS DIVERSOS ESPAÇOS COMUNITÁRIOS SÃO EDUCADORES E PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS COMO AGENTES EDUCATIVOS;
- ASSEGURAR QUE O TEMPO ESTENDIDO NA ESCOLA SEJA SINÔNIMO DE MAIS APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS.
- CONSTRUIR OS AMBIENTES EDUCATIVOS COMO ELOS DE FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS, DE FORMA RESSIGNIFICADA E ARTICULADA COM UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO QUE CONTEMPLE PRINCÍPIOS, AÇÕES E PARTICIPAÇÕES INTERSETORIAIS COM FOCO EM UMA FORMAÇÃO INTEGRALIZADA;
- VIABILIZAR PRÁTICAS EDUCATIVAS BASEADAS NAS DIVERSIDADES TERRITORIAIS E NOS SABERES POPULARES, ENQUANTO MOLAS PROPULSORAS PARA O ACESSO AO SABER SISTEMATIZADO, E PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DE AGENTES EDUCADORES COMUNITÁRIOS COMO FORMA DE FORTALECER OS VÍNCULOS ENTRE ESCOLAS E COMUNIDADES, VISANDO UMA FORMAÇÃO QUE CONTEMPLE VÁRIAS DIMENSÕES HUMANAS;
- INCENTIVAR A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS E ESPAÇOS SUSTENTÁVEIS POR MEIO DA INSERÇÃO DE TEMÁTICAS QUE DEBATAM ASPECTOS LOCAIS E GLOBAIS, BEM COMO AS POSSIBILIDADES DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS QUE AFETAM DIVERSOS POVOS E SUAS CULTURAS;
- POTENCIALIZAR A CULTURA DOS DIREITOS HUMANOS COM BASE NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL, RELIGIOSA, CULTURAL, SEXUAL, TERRITORIAL, GERACIONAL, DE GÊNERO, DE ORIENTAÇÃO SEXUAL, DE OPÇÃO POLÍTICA E DE NACIONALIDADE, POR MEIO DA FORMAÇÃO E AÇÃO DE PROFESSORES, GESTORES E COORDENADORES, CURRÍCULOS, MATERIAIS DIDÁTICOS E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, DE ACORDO COM OS CONTEXTOS E DEMANDAS DE CADA TERRITÓRIO, PAUTADAS NAS PERSPECTIVAS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

+++

17





3



3

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DIALOGADA COM AS MODALIDADES

A oferta em tempo integral deverá assegurar equidade de acesso, participação, aprendizagem e permanência, com atenção às especificidades da Educação Especial na perspectiva inclusiva, da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola. A organização das propostas deverá considerar acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal; recursos e apoios necessários; respeito às identidades, às culturas, aos territórios e aos modos de vida das comunidades; e participação das famílias e dos estudantes nas decisões que os afetem.

19

3

3.1



3.1

CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO/QUILOMBOLA INTEGRALIZADA

As relações amplas entre sujeitos e territórios apresentam um complexo cenário de luta de classes por projetos de sociedade distintos. De um lado, os mecanismos capitalistas buscam suprimir, explorar e desqualificar o campo de sua real função social; de outro, a classe trabalhadora busca um projeto de sociedade e educação que inclua os sujeitos em todas as suas nuances, com vistas a garantir aos povos das águas, das florestas e do campo o direito de existir dignamente, por meio de uma educação que liberte, emancipe e protagonize sujeitos. Ou seja, a potencialização de um cenário inclusivo, uma vez que é apenas por meio dessa perspectiva que é possível fomentar o pertencimento social e a dignificação humana dos povos tradicionais que foram historicamente marginalizados e excluídos.

Nesse sentido, é urgente a valorização e equalização do acesso a bens e serviços sociais nesses espaços, e a escola possui uma relação direta com esse cenário. Weffort, Andrade e Costa (2019, p. 46) fazem considerações sobre esse aspecto e afirmam que existe uma “[...] relação indissociável entre a escola e o território e integra o modelo curricular proposto na medida em que não é possível implementar práticas curriculares de Educação Integral desconectadas do contexto no qual os estudantes e suas famílias vivem.”

As autoras, inspiradas em Santos (1996, 2002), ainda mencionam as potencialidades desses espaços como integradores de relações sociais e a necessidade de trazer esses aspectos para os Projetos Políticos Pedagógicos, de modo a abordar suas especificidades, que são também potencialidades e que os ligam a territórios maiores, regionais, nacionais, globais e/ou virtuais. Pois,

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2002, p.10)

Conhecer, se identificar e explorar as potencialidades pedagógicas de cada espaço atribuem sentido à construção da imaterialidade e materialidade humana. A escola tem como função fundamentar e significar a educação a partir de compreensões micro e macro em seus currículos e práticas pedagógicas, considerando contextos históricos e sociais. Isso porque considerar o ambiente enquanto ponto de partida educativo ‘remete a uma concepção abrangente de educação, em que o processo educativo confunde-se com um processo amplo e multiforme de socialização’ (CANÁRIO, 2006, p. 100-101). E essa socialização deve se conectar com o mundo do trabalho, da cultura, da história, da política, etc.

A perspectiva de educação integral pode ser dialogada diretamente com as lutas por uma educação no/do campo, considerando as especificidades territoriais e as necessidades de correções históricas urgentes e necessárias para que os povos do campo acessem dignamente a educação formal, como dispõe Weffort, Andrade e Costa (2019, p. 12).

20

Em um país tão diverso e desigual como o Brasil, as diferenças – étnico-raciais, sociais, de gênero – precisam ser trazidas da margem para o centro do currículo, na forma de reconhecimento das identidades e do conhecimento produzido por diferentes grupos sociais. Isso envolve a postura crítica de todos os professores ao questionar, pensar e problematizar seus objetos de conhecimento também a partir de perspectivas negras, indígenas, incluindo perspectivas femininas, além das tradicionais brancas, europeias e masculinas.

As autoras complementam que esta é uma oportunidade para pensar ‘Quem somos?’ e como contamos nossas histórias e construímos nossas identidades, não como algo dado como certo ou estereotipado, mas como uma possibilidade de construir coletivamente a partir dos sujeitos e suas diversidades. Ou seja, pensar em questões mediadas por áreas do conhecimento e saberes evocados da cultura popular.

Desse modo, a perspectiva de educação integral adotada no âmbito municipal defende uma educação enquanto projeto coletivo, compartilhado entre a comunidade escolar e a comunidade externa. Assim como considera Weffort, Andrade e Costa (2019), temos seres multidimensionais que requerem articulações de atores sociais para mobilizar o desenvolvimento de seus territórios, sustentados em três princípios da educação integral: equidade, inclusão, contemporaneidade e sustentabilidade.

A presente política se alinha aos marcos legais nacionais para a Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola, dispostos a seguir:

 **RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002** - INSTITUI AS DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO, UM CONJUNTO DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS PARA SEREM OBSERVADOS NOS PROJETOS DAS INSTITUIÇÕES QUE INTEGRAM OS DIVERSOS SISTEMAS DE ENSINO.

 **PARECER CNE/CEB Nº 1/2006** - RECOMENDA A ADOÇÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA EM ESCOLAS DO CAMPO.

 **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008** - ESTABELECE DIRETRIZES COMPLEMENTARES, NORMAS E PRINCÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO.

 **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010** - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA – PRONERA.

 **LEI Nº 12.695, DE 25 DE JULHO DE 2012** - DISPÕE SOBRE O APOIO TÉCNICO OU FINANCEIRO DA UNIÃO NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS; ALTERA A LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009, PARA INCLUIR OS POLOS PRESENCIAIS DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, NA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA; ALTERA A LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007, PARA CONTEMPLAR COM RECURSOS DO FUNDEB AS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

 **LEI Nº 12.960 DE 27 DE MARÇO DE 2014** - ALTERA A LDBEN PARA CONSTAR A EXIGÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE ÓRGÃO NORMATIVO DO SISTEMA DE ENSINO (CONSELHO) PARA O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS, CONSIDERANDO PARA TANTO A JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, A ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO DO IMPACTO DA AÇÃO E A MANIFESTAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR.

 **RESOLUÇÃO CEEN Nº 103** - DISPÕE SOBRE A OFERTA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DA BAHIA

 **LEI ESTADUAL Nº 11.35, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008** - INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO TÉCNICO-FINANCEIRO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA – EFAS E ESCOLAS FAMILIARES RURAIS – EFRS DO ESTADO DA BAHIA.

3

3.1



 DECRETO Nº 14.110, DE 28 DE AGOSTO DE 2012 - DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.352, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008, QUE INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO TÉCNICO-FINANCEIRO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA - EFAS E ESCOLAS FAMILIARES RURAIS - EFRS DO ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS [...]

 LEI 1835/2010 - INSTITUI O PLANO ESTADUAL DE JUVENTUDE NA BAHIA - DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS JOVENS COM IDADE ENTRE 15 (QUINZE) E 29 (VINTE E NOVE) ANOS.

 LEI Nº 10.330 - INSTITUI O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, - PEE (15/09/2006). EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA – LEGISLAÇÃO EDUCAÇÃO BÁSICA.

 LEI Nº 10.639/2003 - ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA INCLUIR NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA "HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA".

 LEI Nº 11.645 /2008 - ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, MODIFICADA PELA LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA INCLUIR NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA "HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA".

 DECRETO Nº 5051/2004 – PROMULGA A CONVENÇÃO Nº 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS.

 PARECER CNE/CP Nº 3, DE 10 DE MARÇO DE 2004 - INSTITUI DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA, ONDE SÃO ESTABELECIDAS ORIENTAÇÕES DE CONTEÚDO A SEREM INCLuíDOS E TRABALHADOS E TAMBÉM AS NECESSÁRIAS MODIFICAÇÕES NOS CURRÍCULOS ESCOLARES, EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004 - INSTITUI DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.

 PARECER CNE/CEB Nº 2/2007, APROVADO EM 31 DE JANEIRO DE 2007 - PARECER QUANTO À ABRANGÊNCIA DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.

 LEI Nº 12.288/2010 – INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

 PARECER CNE/CEB Nº 16/2012, APROVADO EM 5 DE JUNHO DE 2012 - DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.

 RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012 - DEFINE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

 PARECER CME Nº 11/2020, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2022 QUE VERSA SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLAS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAETITÉ.

Assim assegurada por meio de base legal, a rede de ensino deve dialogar e colaborar para o cumprimento de uma organização curricular e metodológica que esteja em consonância com a perspectiva de Educação Integral no campo e da Educação Escolar Quilombola, levando em consideração tanto os contextos gerais do município quanto os específicos de cada comunidade.

Destaca-se, ainda, a necessidade de diálogo da Secretaria Municipal de Educação com outras secretarias, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Assistência Social a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento

22

3

3.1



Econômico, entre outras instâncias, para o desenvolvimento de trabalhos em perspectivas integrais. Isso se deve ao fato de que os povos do campo demandam diversas formas de assegurar, juntamente com uma educação de qualidade, e a escola deve estar intrinsecamente ligada a esses debates.

É imprescindível também que a comunidade escolar e a comunidade externa, de forma coletiva, levem pautas indispensáveis para esses espaços e disputem seus currículos para que estes abordem aspectos territoriais relevantes para a formação integral dos sujeitos. O presente projeto não visa implementar práticas em contextos variados sem considerar suas especificidades, mas sim fomentar discussões e subsidiar elaborações que sejam importantes para cada um desses meios.

Diante disso, colocam-se como urgências políticas e pedagógicas: a elaboração das Diretrizes Curriculares Municipais da Educação do Campo (em processo de organização/construção no município); a reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos para contemplar a concepção legal de educação do campo e integral; a implementação de formação específica para professores na educação do campo (em processo de adesão e construção no município, atualmente por meio do FORMACAMPO, com outras ações sendo projetadas); e a aquisição e construção de materiais pedagógicos voltados para práticas que utilizem os espaços do campo como referência.

É, principalmente, necessária uma mobilização social em torno de questões que sensibilizem a cidade para entender as vulnerabilidades e potencialidades do campo, como princípio de uma luta coletiva para assegurar uma educação capaz de fomentar a correção de desigualdades históricas. A escola ocupa seu lugar como espaço de empoderamento, emancipação, garantia de direitos, construção de cidadãos críticos e autônomos, formação para o mundo do trabalho e potencialização dos territórios por meio da acessibilidade a uma educação no/do campo.

É importante destacar que o projeto hegemônico historicamente propôs uma educação rural, ainda presente em muitos campos brasileiros, com uma perspectiva urbanocêntrica voltada para a produção de mão de obra barata e esvaziadora das profundas dimensões que compõem os sujeitos camponeses. Em contraste, o movimento em prol da Educação do Campo se fundamenta na formação emancipadora e libertadora, que busca garantir os direitos e a dignidade dos sujeitos do campo.

Como reflexo de movimentos coletivos, a Educação do Campo é estabelecida como uma política pública, articulada por frentes governamentais que, ao serem pressionadas por organizações sociais, projetos, programas e marcos legais, começam a ser pensadas e concretizadas para o campo. Após décadas de lutas, a Educação do Campo avançou em diversos cenários, mas ainda se dá em bolhas territoriais, com avanços assimétricos nos diferentes campos. Majoritariamente, ainda predomina uma educação urbanocêntrica, com muitas ausências, entre elas a falta de sensibilização da malha social em torno da pauta, recursos restritos, métodos pedagógicos engessados e campos vitimizados por discrepâncias sociais, entre outros impasses. Desse modo, a construção e materialização da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola possuem especificidades, históricos sociais, culturais e políticos que demandam a consideração de uma Educação Integral sob uma perspectiva omnilateral. É fundamental entender que os contextos de lutas sociais, contradições, culturas, tradições, riquezas étnicas e culturais, valores, formas de organização, sobrevivência e histórias desses espaços precisam estar prioritariamente intrínsecos nas organizações curriculares, nos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como nos aspectos que subsidiam as políticas educacionais para o campo.

23

3

3.1



Logo, acredita-se que a Educação Integral se relaciona ao desenvolvimento das diferentes dimensões do ser humano de maneira integralizada. Ela não se refere apenas à ampliação do tempo, mas ao desenvolvimento de atividades que promovam o indivíduo em sua totalidade. Visa uma formação omnilateral, ou seja, considera as especificidades do desenvolvimento educacional, cultural, intelectual, afetivo, lúdico, psicossocial e estético, em consonância com as perspectivas elencadas (FRIGOTTO, 2012). Ao mesmo tempo,

A Educação do Campo tem como base de sustentação a valorização da vida do campo visando construir políticas públicas que garantam o direito de trabalhar e estudar no campo estabelecendo relação de solidariedade e sustentabilidade nas relações entre a educação, Agricultura Familiar e os demais aspectos culturais e produtivos dos povos do campo. Também busca fortalecer a formação humana para a emancipação, promover uma reflexão crítica sobre as contradições da sociedade opressora valorizando uma sociedade solidária, igualitária, ambientalmente e socialmente sustentável. Para tanto, enfatiza a valorização e o respeito aos costumes da tradição e aos modos de vida e de trabalho dos trabalhadores do campo e reforçar o pertencimento a um lugar, a uma comunidade, a um assentamento. (BATISTA, 2014, p.3-4)

Ao tempo que, de acordo o art 2º do Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 define como princípios da educação do campo:



- I - RESPEITO À DIVERSIDADE DO CAMPO EM SEUS ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS, AMBIENTAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS, DE GÊNERO, GERACIONAL E DE RAÇA E ETNIA;
- II - INCENTIVO À FORMULAÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS ESPECÍFICOS PARA AS ESCOLAS DO CAMPO, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES COMO ESPAÇOS PÚBLICOS DE INVESTIGAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E ESTUDOS DIRECIONADOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONOMICAMENTE JUSTO E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL, EM ARTICULAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO;
- III - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA ESPECIFICIDADE DAS ESCOLAS DO CAMPO, CONSIDERANDO-SE AS CONDIÇÕES CONCRETAS DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DA VIDA NO CAMPO;
- IV - VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE DA ESCOLA DO CAMPO POR MEIO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS COM CONTEÚDOS CURRICULARES E METODOLOGIAS ADEQUADAS ÀS REAIS NECESSIDADES DOS ALUNOS DO CAMPO, BEM COMO FLEXIBILIDADE NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, INCLUINDO ADEQUAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR ÀS FASES DO CICLO AGRÍCOLA E ÀS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS; E
- V - CONTROLE SOCIAL DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR, MEDIANTE A EFETIVA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO. (BRASIL, 2010, P. 1)



Desse modo, a formação integral dos sujeitos camponeses e/ou quilombolas necessita fomentar estratégias para o fortalecimento dos vínculos comunitários, aliados aos movimentos sociais, com vistas à construção de uma educação vinculada à educação popular. É fundamental fortalecer ações pedagógicas que tenham o campo como ponto de partida para essa formação integral. Portanto, infere-se que o subsídio e o movimento em torno da educação integral podem emergir em ações coletivas voltadas para o fortalecimento da educação das comunidades camponesas caetiteenses.

24

3

3.2



3.2

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A PROMOÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

A educação inclusiva no Brasil tem experimentado uma evolução notável nas últimas décadas, refletida em diversos marcos legais que estabeleceram as bases para um sistema educacional mais equitativo e acessível. Esse processo de transformação teve início com a Constituição Federal de 1988 e permanece em curso até os dias atuais, evidenciando o compromisso do país em garantir o direito à educação a todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais.

A Constituição Federal de 1988 representou um divisor de águas ao instituir a educação como um direito fundamental. No artigo 208, inciso III, a Carta Magna estabelece que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988). Este dispositivo constitucional lançou as bases para as políticas de educação inclusiva subsequentes.

Na esteira da Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 dedicou um capítulo específico à educação especial. O artigo 58 da LDB define a educação especial como "a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (BRASIL, 1996). Essa definição ampliou o escopo da educação inclusiva, reconhecendo a diversidade de necessidades educacionais especiais.

Um marco significativo foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008. Este documento estabeleceu diretrizes claras para a inclusão escolar, com o objetivo de assegurar "o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares" (BRASIL, 2008). A política representou uma mudança de paradigma, substituindo a integração pela inclusão efetiva.

Em 2015, a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146) consolidou e ampliou os direitos das pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida social, incluindo a educação. O artigo 27 da referida lei estabelece que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) se consolidou como um marco relevante, no âmbito educacional, a LBI traz uma abordagem abrangente e inovadora, delineando os contornos de uma educação verdadeiramente inclusiva e integral para as pessoas com deficiência. Primeiramente, a lei reafirma a educação como um direito fundamental, o que implica na obrigação do Estado de garantir não apenas o acesso, mas também as condições necessárias para a permanência e o sucesso educacional das pessoas com deficiência.

25

3

3.2



Além disso, a lei especifica que o sistema educacional deve ser inclusivo "em todos os níveis", estendendo a inclusão ao ensino superior e à educação profissional, e reconhecendo o direito das pessoas com deficiência de almejar e alcançar os mais altos níveis de formação acadêmica e profissional. O conceito de "aprendizado ao longo de toda a vida" é outro aspecto central da LBI, refletindo a visão de que a educação é um processo contínuo, que acompanha o indivíduo desde a infância até a vida adulta.

A LBI enfatiza ainda o desenvolvimento integral do indivíduo, abrangendo dimensões físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, e reconhecendo que o processo educativo vai além da mera transmissão de conteúdos acadêmicos, abrangendo também o desenvolvimento de habilidades sociais e práticas para uma vida autônoma e plena. A personalização do processo educativo é destacada pela lei, que reconhece a necessidade de adaptar o ensino às particularidades de cada pessoa com deficiência.

Para concretizar essa visão, a lei estabelece uma série de medidas práticas. O artigo 28, por exemplo, determina que o poder público deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar uma série de ações, como:



A OFERTA DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE, EM LIBRAS COMO PRIMEIRA LÍNGUA E NA MODALIDADE ESCRITA DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA, PARA ALUNOS SURDOS;



A ADOÇÃO DE MEDIDAS INDIVIDUALIZADAS E COLETIVAS QUE MAXIMIZEM O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E SOCIAL DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA;



O PLANEJAMENTO DE ESTUDOS DE CASO, A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A ORGANIZAÇÃO DE RECURSOS E SERVIÇOS DE ACESSIBILIDADE;



A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E DE SUAS FAMÍLIAS NAS DIVERSAS INSTÂNCIAS DE ATUAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR;



A ADOÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PELOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES.

Além disso, a LBI aborda questões como a acessibilidade física e comunicacional nas instituições de ensino, a disponibilização de tecnologia assistiva e a formação continuada de professores e profissionais de apoio escolar.

Importante destacar que a lei não se limita a estabelecer direitos e obrigações ao poder público, mas envolve a sociedade como um todo no processo de inclusão educacional. O parágrafo único do artigo 27 afirma que: "É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação."

Essa abordagem reforça que a educação inclusiva integral é uma responsabilidade compartilhada, exigindo o engajamento e o compromisso de todos os setores da sociedade. Em síntese, a Lei Brasileira de Inclusão apresenta uma visão abrangente da educação inclusiva, reafirmando o direito à educação das pessoas com deficiência e delineando um sistema educacional que valoriza a diversidade e promove o desenvolvimento integral ao longo de toda a vida.

26

3

3.2



Esse arcabouço legal se alinha aos princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil em 2009, cujo artigo 24 estabelece a garantia de um "sistema educacional inclusivo em todos os níveis" (ONU, 2006).

Apesar dos avanços, a implementação efetiva dessas leis ainda enfrenta desafios, como a transformação de práticas pedagógicas, a formação de professores e a adequação da infraestrutura escolar. O êxito desse processo depende do reconhecimento, por parte da sociedade, da diversidade como um valor essencial, permitindo a construção de um sistema educacional que ofereça oportunidades equitativas a todos. Portanto, os marcos legais da educação inclusiva no Brasil delineiam um caminho progressivo para uma educação verdadeiramente inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) representa um compromisso ético e legal com a construção de uma sociedade mais democrática e justa, onde a educação seja um direito universal e um instrumento de emancipação para todos os cidadãos.

A relação entre a educação inclusiva e a educação integral é intrínseca, pois ambas partilham a visão de que a educação deve ser acessível a todos e promover o desenvolvimento integral dos indivíduos em diferentes contextos. A educação integral pressupõe que todos têm capacidade de aprender ao longo da vida, abrangendo as dimensões intelectual, física, afetiva e social. Essa abordagem está alinhada com a proposta de uma educação inclusiva que reconhece a diversidade e promove um ambiente educacional onde as diferenças sejam valorizadas como parte da riqueza humana.

Segundo Natacha Costa e Maria Antônia Goulart (2016), uma escola integral inclusiva se caracteriza por seu compromisso com uma cultura de inclusão, na qual todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam participar ativamente do ambiente escolar. O movimento de educação integral compreende a diversidade como inerente à convivência, e o respeito às diferenças é construído coletivamente, em um espaço democrático e humanizado.

No entanto, apesar das discussões e avanços na implementação da Educação Integral no Brasil, ainda carecemos de uma legislação específica que aborde a inclusão de pessoas com deficiência nas Escolas de Tempo Integral. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), por meio da Meta 04, propõe:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014a).

Nesse sentido, a educação integral inclusiva se torna um campo de atuação fundamental, especialmente em relação aos desafios de atender alunos com deficiência nas escolas de tempo integral. É essencial garantir acessibilidade, adaptações curriculares, suporte especializado e a criação de Planos de Ensino Individualizados (PEI) que atendam às necessidades específicas de cada estudante. A inclusão, nesse contexto, não é apenas uma questão de cumprimento de leis, mas uma necessidade urgente para promover um desenvolvimento integral e equitativo, corrigindo lacunas históricas de exclusão social. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece princípios essenciais para a promoção de uma educação inclusiva e integral, alinhando-se ao conceito de educação integral em tempo integral.

27

3

3.2



A BNCC enfatiza que a escola deve ser um espaço inclusivo, onde todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam se desenvolver plenamente. No contexto das escolas de tempo integral, isso significa adaptar o currículo e as práticas pedagógicas para atender à diversidade de necessidades dos alunos, garantindo a personalização do ensino e o uso de recursos pedagógicos inclusivos.

As escolas de tempo integral devem, portanto, estar preparadas para receber e apoiar estudantes com deficiência, oferecendo atividades diversificadas e acessíveis, e assegurando que cada aluno tenha a oportunidade de participar integralmente do ambiente escolar, de maneira digna e respeitosa. Além disso, a formação continuada de professores, preconizada pela BNCC, é crucial para que os educadores estejam capacitados a promover práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam o aprendizado e a convivência de todos os alunos, reafirmando o compromisso de uma educação de qualidade e equitativa para todos.

O aumento das matrículas de estudantes da educação especial reflete a política de educação inclusiva, que prevê a garantia de serviços de apoio especializado para eliminar barreiras ao acesso, à permanência e à aprendizagem desses alunos, assim como de todos os grupos que compõem a diversidade. Contudo, é fundamental que a participação desses estudantes na educação em tempo integral seja opcional, respeitando suas necessidades individuais e considerando o Plano de Ensino Individualizado (PEI). O PEI, elaborado com a colaboração de educadores, profissionais de apoio e familiares, deve atender às condições específicas de cada aluno, assegurando que sua permanência na escola ocorra de forma respeitosa, confortável e adequada ao seu desenvolvimento.

Nesse contexto, surgem desafios para atender esses estudantes nas escolas de tempo integral, especialmente no que se refere à necessidade de recursos humanos, materiais e estruturais. Há uma demanda urgente por estratégias que promovam a inclusão efetiva e qualitativa de todos os grupos na educação integral, respeitando suas necessidades e direitos de aprendizagem.

A seguir, são apresentados alguns pontos importantes que precisam ser potencializados para oferecer um atendimento adequado a esses estudantes:



INCLUSÃO: PROMOVER A INTERAÇÃO ENTRE ALUNOS COM E SEM DEFICIÊNCIA, CRIANDO UM AMBIENTE INCLUSIVO QUE VALORIZA A DIVERSIDADE.



INDIVIDUALIZAÇÃO: RECONHECER QUE CADA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA É ÚNICO E REQUER UM PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI).



ACESSIBILIDADE: GARANTIR QUE AS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO AMBIENTE ESCOLAR SEJAM ACESSÍVEIS PARA TODOS, INCLUINDO RAMPAS, BANHEIROS ADAPTADOS E OUTROS RECURSOS QUE ATENDAM ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS.



ADAPTAÇÕES CURRICULARES: REALIZAR ADAPTAÇÕES NO FORMATO DO MATERIAL, NA METODOLOGIA DE ENSINO E NA AVALIAÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ALUNOS.



SUPOORTE ESPECIALIZADO: OFERECER SUPORTE ESPECIALIZADO, COMO TERAPIA OCUPACIONAL, FONOAUDIOLOGIA, FISIOTERAPIA E APOIO PSICOLÓGICO, CONFORME NECESSÁRIO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES INDIVIDUAIS DOS ALUNOS

28

3

3.2



PARCERIAS COM FAMÍLIAS: MANTER UMA COMUNICAÇÃO ABERTA E EFICAZ COM AS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES, ENVOVENDO-OS NO DESENVOLVIMENTO DO PEI.



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: REALIZAR AVALIAÇÕES REGULARES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS E AJUSTAR O PLANEJAMENTO CONFORME NECESSÁRIO.

Para além dos aspectos supracitados, é crucial sensibilizar e acompanhar toda a comunidade escolar para garantir que os recursos sejam implementados de maneira eficiente, atendendo às necessidades do público da educação especial e outras diversidades impactadas pela exclusão social, racial, econômica e pela ausência de políticas de inclusão e acessibilidade. A inclusão dos discentes em escolas de tempo integral não é apenas uma obrigação legal, mas uma urgência social para viabilizar um desenvolvimento integral e inclusivo, especialmente para aqueles historicamente marginalizados. O acesso à educação integral oferece segurança, nutrição, cuidado, proteção, acompanhamento e o desenvolvimento das múltiplas dimensões de cada educando, ajudando a corrigir lacunas estruturais e sociais que afetaram os mais vulneráveis ao longo da história.

Além disso, a inclusão contribui para a desconstrução de paradigmas que ainda excluem e negam direitos básicos, promovendo oportunidades para que os indivíduos convivam harmoniosamente em diversos espaços sociais. Estratégias inclusivas são, portanto, fundamentais não apenas para enriquecer o ambiente educacional, mas também para promover uma sociedade mais democrática e diversificada, beneficiando toda a comunidade escolar.

+++

29



4



4 ORIENTAÇÕES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE CAETITÉ

O currículo da Educação Integral em Tempo Integral deverá fundamentar-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Documento Curricular Referencial Municipal e nas diretrizes curriculares aplicáveis às diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, considerando as especificidades socioculturais do território. A organização dos tempos, espaços e práticas educativas deverá assegurar a integração e a articulação contínuas das experiências de aprendizagem ao longo de toda a jornada escolar, superando a fragmentação entre turno e contraturno e entre os componentes curriculares e as atividades ofertadas. As ações pedagógicas deverão estar alinhadas aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, às necessidades dos estudantes e aos objetivos estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar, visando à promoção da aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

31

4

4.1



ORIENTAÇÕES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS

4.1

A Educação Infantil compreende a primeira etapa da Educação Básica, e tem como proposição potencializar o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança. Ela é oferecida em creches, para crianças de 0 até 3 três anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de 4 quatro a 5 cinco anos. O objetivo principal é promover às crianças o seu pleno desenvolvimento e fomentar a exploração, a descoberta e a experiência a partir de múltiplos espaços, vivências fundamentadas nas especificidades das diversas infâncias. Neste período, as crianças começam a interagir com pessoas de fora do seu vínculo familiar, por meio de experiências que envolvem a ludicidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009)27, em seu Artigo 4º, definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Destaca-se que os eixos estruturantes das práticas pedagógicas da Educação Infantil são as interações e a brincadeira. Segundo a BNCC (2017), as interações que acontecem durante o brincar, caracteriza o cotidiano da infância, gerando muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Quando observamos as interações entre as crianças e elas com os adultos, podemos identificar as expressões de seus afetos, como lidam com as frustrações, resolução de conflitos e a regulação das emoções.

Entende-se, na perspectiva integral na Educação Infantil, que as crianças são seres curiosos e ativos, que aprendem de maneira mais eficaz quando estão envolvidas em experiências diversas e significativas. Portanto, busca-se criar um ambiente de aprendizagem que seja rico em oportunidades para explorar, criar, interagir e aprender de forma lúdica. O brincar é uma experiência primordial na formação omnilateral da criança, ensejada nas relações sociais, culturais e históricas das crianças.

Mediante ao exposto, requer-se uma Política de Educação Integral que atenda às infâncias diversas e organize-se a partir do respeito às características dos sujeitos e às diferentes relações que estes estabelecem com o conhecimento. Portanto, os eixos curriculares de cada uma das etapas devem atender às suas especificidades e proposições fundantes.

Assim, como destaca Levindo e Silva (2017), é importante considerar para a promoção da Educação Integral para o público infantil, os seguintes princípios: equidade; singularidade e brincadeira; cuidar e educar; inclusão; participação; articulação com o território; e sustentabilidade. Desse modo a Educação Integral é regida pela necessidade de integrar as infâncias em uma proposta não engessada, considerando as especificidades e possibilidades de aprendizagem de cada criança em uma dimensão holística.

32

A Educação Integral nas Infâncias tem se apresentado como uma abordagem promissora para promover o desenvolvimento pleno das crianças, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e produtores de cultura própria. Esta concepção educacional busca superar a fragmentação tradicionalmente presente na educação escolar, propondo uma visão holística da formação infantil que integra diferentes dimensões e contextos de aprendizagem.

Um dos princípios fundamentais da Educação Integral é a equidade, que preconiza que "todas as crianças têm direito a aprender, a ter a sua identidade reconhecida e valorizada e a acessar oportunidades educativas diversificadas" (CREI, 2017, p. 15). Isso implica em reconhecer e valorizar a diversidade das infâncias brasileiras, considerando os diferentes contextos sociais, culturais e econômicos em que as crianças estão inseridas.

Nessa perspectiva, o brincar assume um papel central como forma de expressão e aprendizagem das crianças. Como afirmam Carvalho e Silva, "No período de 0 a 12 anos, com potencialidades e limites distintos, a criança tem no brincar e nas interações (com outras crianças, com os adultos e com o mundo social) sua principal forma de elaboração, apreensão do mundo e construção de conhecimento" (CARVALHO; SILVA, 2017, p. 15). Assim, a escola da infância deve valorizar as múltiplas linguagens infantis e as brincadeiras como elementos essenciais do currículo.

A articulação com o território é outro princípio fundamental, reconhecendo que os processos educativos ocorrem não apenas na escola, mas também "na relação com a comunidade e com a família, por meio de seus sujeitos e espaços de convivência e trocas culturais" (CREI, 2017, p. 17). Essa visão ampliada dos espaços educativos permite enriquecer o currículo com novos saberes e experiências ligados às identidades e culturas locais.

Um desafio importante é a necessidade de repensar a transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, buscando uma lógica de continuidade ao invés de rupturas. Como destacam os autores, é preciso "pensar a transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental a partir de uma lógica de continuidade, e não de rupturas" (CARVALHO; SILVA, 2017, p. 11). Isso implica em manter a centralidade da criança e suas formas de aprender e se expressar ao longo de todo o percurso da educação básica. De acordo com a BRASIL (2017, p. 53),

Para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Este enfoque visa garantir que as crianças se adaptem de forma gradual e positiva às novas etapas da educação básica, preservando a coesão entre as diferentes fases do processo educacional e promovendo um desenvolvimento mais harmonioso e consistente. A prática pedagógica deve ser planejada para manter a continuidade das experiências educativas, respeitando e ampliando o conhecimento prévio dos alunos e assegurando uma transição bem-sucedida e integradora.

Por fim, é fundamental compreender que a Educação Integral não se resume à ampliação do tempo escolar, mas sim a uma mudança de concepção sobre o papel da escola e as formas de aprendizagem.

Como ressaltam os autores, "Uma escola de tempo integral pode ou não trabalhar na perspectiva da Educação Integral" (CREI, 2017, p. 29). O que se busca é uma transformação qualitativa da experiência escolar, que coloque as crianças e suas múltiplas dimensões formativas no centro do projeto pedagógico.

A Educação Integral da criança apresenta-se como um desafio para repensar as práticas pedagógicas e a própria concepção de infância no contexto escolar. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, é fundamental reconhecer a criança como "sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura" (BRASIL, 2010, p. 12).

A transformação da escola em um centro de cultura da infância exige uma valorização das múltiplas linguagens e formas de expressão das crianças. Nesse sentido, é crucial "desmistificar o cuidado" e construir uma "cultura do cuidado" nas escolas, como afirmam Nogueira e Vieira (2013, p. 49),

Muitas vezes, o cuidado é concebido como uma prática de menor prestígio e, em alguns casos, realizado por outro profissional que não a professora. A esta caberiam os aspectos voltados à aprendizagem cognitiva, aos trabalhos que envolvem conteúdos e habilidades propriamente ditos. Este modo dicotômico de compreender a relação entre cuidado e educação é resultado da maneira como historicamente o atendimento à infância foi constituído em nossa sociedade. Porém, esta concepção vem sendo questionada, com enfoques diferentes para cuidado e educação.

Cuidar deve ser compreendido como um ato educativo fundamental, onde cada interação e cada ambiente são oportunidades para aprendizado e desenvolvimento.

Os Campos de Experiência representam uma abordagem curricular que busca integrar experiências significativas para as crianças, ao invés de manter um currículo fragmentado em disciplinas isoladas. Barbosa e Richter (2015, p. 196) ressaltam que essa abordagem visa aproximar as crianças do seu contexto social por meio do desenvolvimento do senso crítico, da pesquisa e da resolução de problemas. Esta proposta alinha-se com as ideias de John Dewey, que enfatiza a importância da experiência e do pensamento reflexivo no processo educativo.

Além disso, a organização dos espaços escolares deve ser considerada parte integral da ação pedagógica. Forneiro (1998) e Haddad & Horn (2011) destacam que o espaço escolar é mais do que um local físico; é um ambiente de aprendizagem que influencia diretamente o processo educativo. Essa visão está em consonância com as ideias de Maria Montessori, que sublinha a importância de um ambiente cuidadosamente preparado para promover o desenvolvimento infantil.

Assim, a integração de uma cultura do cuidado, a aplicação dos Campos de Experiência e a organização intencional dos espaços escolares formam um conjunto coerente que promove uma educação mais rica e contextualizada. Juntas, essas abordagens oferecem um modelo para uma prática pedagógica que valoriza o ambiente de aprendizagem como um elemento central no desenvolvimento e na formação das crianças.

Ademais, a participação ativa das crianças e a valorização de diversas culturas enriquecem o processo educativo e promovem uma visão mais inclusiva. A formação integral ocorre quando as crianças estão envolvidas em processos de observação, pesquisa e aprendizagem, convivem, tomam decisões, assumem responsabilidades e contribuem para a organização de seus espaços e tempos, sendo tratadas como protagonistas de seu próprio desenvolvimento. A partir desse processo, elas desenvolvem habilidades e competências com base em suas realidades, contextos e necessidades reais, adotando um posicionamento crítico e reflexivo em relação ao seu meio social e físico.

Neste sentido, a teoria das comunidades de prática, desenvolvida por Jean Lave e Etienne Wenger, oferece uma perspectiva valiosa sobre como as crianças aprendem em contextos socioculturais diversos. De acordo com essa teoria, as comunidades de prática são grupos sociais que se reúnem em torno de interesses ou práticas comuns, compartilhando experiências e aprendendo coletivamente por meio da interação e da participação ativa. Lave e Wenger (2003, p. 56) afirmam que "só se aprende fazendo, ou melhor, fazendo junto, na interação com o outro", enfatizando que o aprendizado ocorre de maneira mais significativa e eficaz quando integrado à prática social e à colaboração.

Essas comunidades de prática contribuem para a educação integral ao proporcionar um ambiente onde as crianças podem se engajar de forma ativa e contextualizada. Ao participar de atividades em conjunto com outros, elas não apenas adquirem conhecimentos específicos, mas também desenvolvem habilidades sociais, cognitivas e emocionais.

Através da interação com os pares e com os adultos, as crianças têm a oportunidade de explorar diferentes perspectivas, resolver problemas reais e construir significado com base em suas próprias experiências e contextos. Esse processo não só fortalece o aprendizado individual, mas também fomenta um senso de pertencimento e responsabilidade, elementos essenciais para uma formação integral.

Além disso, a teoria das comunidades de prática destaca a importância de um aprendizado situado e colaborativo, onde as crianças são vistas como participantes ativas no processo educacional. Isso contribui para uma educação mais inclusiva e contextualizada, alinhada com as necessidades e realidades dos alunos, e promove uma abordagem pedagógica que valoriza a troca de conhecimentos e a construção coletiva de saberes.

Diante dessa perspectiva, surge também o conceito de Cidade Educadora, que sugere que toda a comunidade deve ser envolvida no processo educativo. Moll (2004) introduz a ideia de que "a cidade pode e deve ser envolvida no processo educativo". Uma cidade educadora é uma abordagem que vê a cidade como um ambiente onde a educação acontece em múltiplos contextos e ao longo da vida. A ideia é que todos os aspectos da cidade contribuem para o aprendizado e a formação dos cidadãos, ampliando o conceito de espaço escolar ao transformar espaços urbanos em ambientes de aprendizagem e encorajar a participação ativa dos cidadãos na comunidade escolar. Assim, a cidade integra conhecimentos formais e informais, promovendo uma educação contínua que vai além das salas de aula tradicionais.

Ressignificar os tempos escolares na Educação Integral implica também ressignificar os tempos e espaços escolares através de práticas educativas que considerem atividades para além das salas de aula. Rodrigues e Mota (2023, p. 151) afirmam que "a educação integral não acontece apenas entre quatro paredes; não existe e não pode existir. É cristalino nos estudos que a mudança na concepção sobre espaços de aprendizagem e a valorização do território em que os alunos vivem têm uma imensurável relevância."

4

4.1



Em resumo, os conceitos de cidade educadora e comunidades de prática se complementam para promover um ecossistema de aprendizado integrado e dinâmico. A cidade educadora oferece o contexto e os recursos essenciais que permitem às comunidades de prática se desenvolverem e prosperarem, criando um ambiente rico e diversificado para a aprendizagem contínua. Por sua vez, as comunidades de prática enriquecem e vitalizam o ambiente urbano educacional, proporcionando oportunidades de aprendizado colaborativo e contextualizado. Juntas, essas abordagens são fundamentais para o desenvolvimento integral do estudante, pois ampliam as oportunidades de aprendizagem e envolvimento em um ambiente que valoriza a educação em todos os aspectos da vida urbana.

A educação integral para as infâncias apresenta-se como uma proposta potente para ressignificar a escola e as práticas educativas, valorizando as crianças como protagonistas de seus processos de desenvolvimento e aprendizagem. Sua efetivação, no entanto, demanda mudanças profundas nas concepções e práticas escolares, bem como uma articulação mais ampla com outros atores e espaços educativos do território.

Para alcançar uma integração efetiva, é essencial garantir condições básicas, incluindo ambiência adequada, materialidade diversificada, formação docente continuada e condições de trabalho apropriadas. Essas condições são essenciais para traduzir as concepções teóricas em práticas pedagógicas concretas e significativas.

Em conclusão, a educação integral na infância propõe uma abordagem abrangente e integrada, que valoriza a criança em sua totalidade e reconhece a diversidade de contextos e experiências de aprendizagem. Esta visão alinha-se com as tendências contemporâneas em educação infantil, buscando superar modelos tradicionais em favor de uma educação mais holística e centrada na criança.

Destarte, currículo estruturado a partir dos campos de experiências aproxima as crianças do seu contexto social por meio do desenvolvimento do senso crítico, da pesquisa e da resolução de problemas, de tal forma a estar inserido na cultura, na vida das crianças, das famílias, das práticas sociais e culturais.

A partir das especificidades da etapa da Educação Infantil e de como os bebês e crianças aprendem e constroem o conhecimento sobre si, os outros e o mundo social e natural, ou seja, convivendo, interagindo, brincando, participando, explorando, vivenciando, expressando, comunicando e conhecendo-se, a matriz curricular da educação infantil orientada pela Educação Integral, segundo a BNCC (2017), deve garantir os seguintes direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

-  CONVIVER COM OUTRAS CRIANÇAS E ADULTOS, EM PEQUENOS E GRANDES GRUPOS, UTILIZANDO DIFERENTES LINGUAGENS, AMPLIANDO O CONHECIMENTO DE SI E DO OUTRO, O RESPEITO EM RELAÇÃO À CULTURA E ÀS DIFERENÇAS ENTRE AS PESSOAS.
-  BRINCAR COTIDIANAMENTE DE DIVERSAS FORMAS, EM DIFERENTES ESPAÇOS E TEMPOS, COM DIFERENTES PARCEIROS (CRIANÇAS E ADULTOS), AMPLIANDO E DIVERSIFICANDO SEU ACESSO A PRODUÇÕES CULTURAIS, SEUS CONHECIMENTOS, SUA IMAGINAÇÃO, SUA CRIATIVIDADE, SUAS EXPERIÊNCIAS EMOCIONAIS, CORPORAIS, SENSORIAIS, EXPRESSIVAS, COGNITIVAS, SOCIAIS E RELACIONAIS.
-  PARTICIPAR ATIVAMENTE, COM ADULTOS E OUTRAS CRIANÇAS, TANTO DO PLANEJAMENTO DA GESTÃO DA ESCOLA E DAS ATIVIDADES PROPOSTAS PELO EDUCADOR QUANTO DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIDA COTIDIANA, TAIS COMO A ESCOLHA DAS BRINCADEIRAS, DOS MATERIAIS E DOS AMBIENTES, DESENVOLVENDO DIFERENTES LINGUAGENS E ELABORANDO CONHECIMENTOS, DECIDINDO E SE POSICIONANDO.

4

4.1



- ✎ EXPLORAR MOVIMENTOS, GESTOS, SONS, FORMAS, TEXTURAS, CORES, PALAVRAS, EMOÇÕES, TRANSFORMAÇÕES, RELACIONAMENTOS, HISTÓRIAS, OBJETOS, ELEMENTOS DA NATUREZA, NA ESCOLA E FORA DELA, AMPLIANDO SEUS SABERES SOBRE A CULTURA, EM SUAS DIVERSAS MODALIDADES: AS ARTES, A ESCRITA, A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA.
- ✎ EXPRESSAR, COMO SUJEITO DIALÓGICO, CRIATIVO E SENSÍVEL, SUAS NECESSIDADES, EMOÇÕES, SENTIMENTOS, DÚVIDAS, HIPÓTESES, DESCOBERTAS, OPINIÕES, QUESTIONAMENTOS, POR MEIO DE DIFERENTES LINGUAGENS.
- ✎ CONHECER-SE E CONSTRUIR SUA IDENTIDADE PESSOAL, SOCIAL E CULTURAL, CONSTITUINDO UMA IMAGEM POSITIVA DE SI E DE SEUS GRUPOS DE PERTENCIMENTO, NAS DIVERSAS EXPERIÊNCIAS DE CUIDADOS, INTERAÇÕES, BRINCADEIRAS E LINGUAGENS VIVENCIADAS NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E EM SEU CONTEXTO FAMILIAR E COMUNITÁRIO.

Eles serão garantidos a partir de propostas organizadas a partir de Campos de Experiência:

- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.



Assim sendo, os eixos propostos na presente política devem ser planejados e executados em consonância com os campos de experiências e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, de forma a viabilizar o desenvolvimento integral das crianças, de forma a garantir seus espaços, meios, formas e estratégias que as conduza a uma infância plena, segura e propícia para construção de sujeitos sociais, culturais e históricos de acordo suas especificidades e diversidades.

O Eixo 1, denominado Acompanhamento Pedagógico, deve propor o registro das experiências das crianças, considerando que o acompanhamento na Educação Infantil deve ocorrer por meio da observação, do registro e da reflexão da prática docente. Os registros se configuram como um caminho possível para a construção de memórias e desenvolvimento profissional, em que o/a professor/a é autor/a e narrador/a de sua própria prática. Cabe ao/a coordenador/a pedagógico/a acompanhar, orientar e auxiliar o/a docente na produção de documentos que estabeleçam o diálogo sobre a prática pedagógica e o percurso de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. O/a professor/a que observa, escuta, registra e interpreta o cotidiano de sua turma produz uma Documentação Pedagógica.

36

4

4.1



Os registros poderão ser realizados por meio de diário de bordo, murais, painéis, fotos e vídeos, produções infantis, redes sociais institucionais, agenda, caderno/fichas de observação, relatórios, mini-histórias, mapas conceituais, folhetos, portfólios, entre outros

O **Eixo 2**, Saberes Sociais da Terra, pode promover o acesso e contato direto com a terra, ciclos de produção sustentável, experiências com diferentes sementes e seu plantio, acesso à fruticultura e a experiências de alimentação saudável a partir dela, cultivo, reconhecimento e uso de plantas medicinais e alimentícias não convencionais, construção de hortas horizontais e verticais com práticas de reciclagem, atividades que envolvam compostagem, plantio, colheita e consumo de hortalças, práticas investigativas com e sobre animais domésticos, experiências ao ar livre com e na natureza para explorar o bioma local, características geográficas, históricas e culturais próprias de cada território, vivências em aulas de campo de acordo com as potencialidades de cada escola e comunidade, contato com a avicultura, aquaponia, investigações sobre os ciclos da água e possibilidades de irrigação, práticas de educação ambiental para preservação, entre outras práticas que alcancem as diversas dimensões (intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica) de acordo com suas etapas de desenvolvimento. Destaca-se que as proposições devem ser articuladas de modo leve, sensível e dinâmico, respeitando as individualidades de cada criança e promovendo experiências ricas e significativas para a construção do ser individual e coletivo.

O **Eixo 3** dispõe, como temática, Cultura, Arte e Educação Patrimonial e tem como objetivo fomentar na Educação Infantil experiências estéticas múltiplas, como teatro, literatura (diversos gêneros textuais com vertentes ligadas a produções que fazem parte do patrimônio histórico e cultural municipal), música, dança, desenho, pintura, modelagem, filmes, teatro, resgate, investigação e prática de artesanato de origem afro-brasileira (pinturas, esculturas em argila, crochê, adornos etc.), bem como o estudo e prática da cultura do reisado, cantigas de roda, capoeira, contato e experiência da culinária típica, contato com a literatura de cordel, momentos práticos de apreciação e prática do forró, samba, hip hop, frevo, ciranda etc., aulas de campo, estéticas com os carreiros (carro de boi) e registro artístico dessas, trabalho com a tolerância e a diversidade religiosa, contextos para valorização da beleza negra campesina e outras belezas do campo, com foco na potencialização da autoestima das crianças, além de práticas para explorar a dança (expressão corporal) e a musicalização. Este eixo tem como foco viabilizar a valorização e formação cultural das crianças, pautadas em campos e experiências que promovam a emancipação e o desenvolvimento por meio da fruição estética.

Por fim, o **Eixo 4**, denominado Educação, Ludicidade, Corpo e Movimento, tem como objetivo oferecer às crianças experiências com jogos diversos, brincadeiras e jogos tradicionais vinculados à cultura de cada território. Além disso, busca proporcionar vivências com a cultura corporal, por meio da investigação da consciência corporal e da descoberta do corpo na Educação Infantil. As crianças devem aprender a cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis, como caminhadas e contato com a natureza. Esse é um dos aspectos básicos da qualidade de vida, em que elas devem agir com responsabilidade em relação ao seu corpo, à sua saúde e à saúde coletiva.

Destaca-se que cada proposição dependerá do interesse das crianças, da faixa etária, da organização da escola e da estrutura disponível. O direcionamento por eixos não se relaciona a um engessamento das práticas, mas sim à oferta diversificada de propostas que auxiliem o desenvolvimento integral das crianças de maneira leve, interativa, lúdica e adequada às especificidades de cada uma.

37

4

4.2



4.2

PROPOSIÇÕES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

O Ensino Fundamental – Anos Iniciais no Brasil abrange os primeiros anos da educação básica e é uma fase crucial para o desenvolvimento intelectual, social e emocional das crianças. Este período compreende do 1º ao 5º ano e é fundamental para a construção das bases do conhecimento e das habilidades que servirão para toda a vida escolar e além. É um momento essencial para promover um desenvolvimento integral, abordando não apenas o aspecto acadêmico, mas também o social, emocional e físico. Durante esses anos, as crianças desenvolvem habilidades básicas, aprendem a socializar e formam a base para um aprendizado mais avançado nos anos subsequentes.

Esses primeiros anos são fundamentais para construir uma base sólida para o aprendizado futuro e preparar as crianças para serem cidadãos informados e participativos. O foco deve ser em criar um ambiente estimulante, inclusivo e desafiador, que respeite a individualidade de cada aluno e encoraje seu crescimento contínuo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.394 de 1996, estabelece diretrizes e normas essenciais para o sistema educacional brasileiro. Para o Ensino Fundamental I, que abrange os cinco primeiros anos de escolarização, a LDB define aspectos cruciais que orientam a estrutura, os objetivos e a metodologia desse nível de ensino. De acordo com a referida lei, o Ensino Fundamental tem uma duração de nove anos, iniciando-se aos seis anos de idade, e é dividido em duas etapas: o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). Essa divisão visa garantir um desenvolvimento gradual e consistente das competências e habilidades das crianças.

O objetivo primordial da fase dos Anos Iniciais é proporcionar uma formação básica que abarca conhecimentos essenciais nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, além de promover a formação cidadã e o desenvolvimento integral do aluno. O ensino deve ser estruturado para garantir que cada aluno tenha acesso ao aprendizado fundamental necessário para seu crescimento acadêmico e pessoal.

O currículo do Ensino Fundamental deve ser nacionalmente definido, conforme a LDB, mas com flexibilidade para atender às especificidades regionais e locais. Ele deve assegurar uma formação básica que valorize o conhecimento cultural, social e científico, respeitando a diversidade e as necessidades dos alunos. Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desempenha um papel crucial ao orientar o currículo e garantir que os conteúdos sejam relevantes e pertinentes para o desenvolvimento das crianças. A BNCC reforça a importância de uma transição suave entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, enfatizando que "para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo" (BRASIL, 2017, p. 53).

Durante o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, as crianças vivenciam transformações significativas em seu desenvolvimento. Essas mudanças repercutem nas suas relações pessoais, sociais e com o mundo em geral. A BNCC valoriza a autonomia e desenvoltura das crianças,

38

permitindo que ampliem suas interações espaciais e participem ativamente do mundo letrado. O desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação é destacado como fundamental. Essas habilidades são pré-requisitos para a apropriação do sistema de escrita alfabética e outras formas de representação, como os signos matemáticos e os registros artísticos. As experiências e memórias dos alunos, bem como suas interações com tecnologias, são vistas como fontes valiosas para estimular a curiosidade e a formulação de perguntas.

O Ensino Fundamental – Anos Iniciais no Brasil abrange os primeiros anos da educação básica e é uma fase crucial para o desenvolvimento intelectual, social e emocional das crianças. Este período compreende do 1º ao

O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico é central nos Anos Iniciais. A BNCC propõe que os alunos desenvolvam a capacidade de formular perguntas, avaliar respostas, argumentar e interagir com produções culturais. Essa abordagem visa ampliar a compreensão dos alunos sobre si mesmos, o mundo natural e social, e as relações entre seres humanos e a natureza. Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a BNCC recomenda um foco específico na alfabetização.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos.

O objetivo é garantir que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética e desenvolvam habilidades de leitura e escrita em um contexto de práticas diversificadas de letramentos. Portanto, garantir que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética e desenvolvam habilidades de leitura e escrita é um processo complexo que envolve não apenas o ensino das competências básicas, mas também a integração de práticas diversificadas de letramento. A combinação desses elementos proporciona uma base sólida para o aprendizado contínuo e o desenvolvimento pessoal das crianças, preparando-as para enfrentar desafios acadêmicos futuros e para se engajar de forma efetiva com o mundo ao seu redor. A prática contínua, aliada a uma exposição rica e variada de textos e mídias, é essencial para cultivar leitores e escritores proficientes e críticos. O Parecer CNE/CEB nº 11/2010 reforça que os conteúdos curriculares devem ajudar as crianças a explorarem o mundo por novos olhares, proporcionando oportunidades significativas para exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo (BRASIL, 2010).

À medida que avançam no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural. A BNCC reconhece que a autonomia intelectual, a compreensão das normas sociais e o interesse pela vida social são aspectos que se desenvolvem ao longo dos anos. Os alunos passam a lidar com sistemas mais amplos, como as relações interpessoais e com a natureza, refletindo a evolução de suas capacidades cognitivas e sociais.

A BNCC para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais oferece uma abordagem integrada que busca construir sobre as bases estabelecidas na Educação Infantil, promovendo um avanço significativo na complexidade e profundidade da aprendizagem. A articulação entre experiências anteriores e novas práticas educativas é essencial para assegurar que as crianças desenvolvam habilidades cognitivas e sociais, preparem-se para desafios futuros e se tornem cidadãos mais críticos e informados.

4

4.2



Eixo I- Acompanhamento pedagógico

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS – 1º AO 5º ANO

Ementa: O Acompanhamento Pedagógico inclui o trabalho com os objetos de aprendizagem da Base Comum, para trabalhar habilidades e competências por meio de sequências, orientações de estudos, recursos tecnológicos, materiais manipuláveis, investigações e outras metodologias ativas. Com foco em promover a recomposição e o avanço da aprendizagem, de acordo os mapeamentos e diagnósticos de cada turma, com ênfase na formação de leitores críticos e conscientes. Destaca-se o foco no desenvolvimento de habilidades das áreas de linguagens e matemática. Para além do fomento do estudo de outras linguagens e línguas.

DIRETRIZES GERAIS:

- Ofertar uma educação de qualidade em tempo estendido como caminho para a asseguarção de direitos humanos e sociais.
- Construir para além dos muros das escolas, com comprometimento ético por meio da inclusão social e promoção do fortalecimento das parcerias entre programas e serviços, organizações governamentais e não governamentais e entre ambientes formais e não formais de ensino.
- Fomentar a perspectiva da escola enquanto um coletivo que buscar compreender as totalidades e contradições sociais, construir e valorizar saberes e possibilidades para ocupar lugares sociais e desenvolver integralmente os diversos sujeitos.
- Fortalecer a compreensão que os diversos espaços comunitários são educadores e promover a participação de atores sociais como agentes educativos.
- Assegurar que o tempo estendido na escola seja sinônimo de mais aprendizagens significativas.
- Construir os ambientes educativos como elos de fortalecimento da participação de outros espaços públicos de forma ressignificada, articulado com um Projeto Político Pedagógico que contemple princípios, ações e participações intersectoriais com foco em uma formação integralizada.
- Viabilizar práticas educativas que tenham como base as diversidades territoriais, os saberes populares enquanto molas propulsoras para o acesso ao saber sistematizado e participação de agentes educadores comunitários como forma de fortalecimentos dos vínculos entre escolas e comunidades com vistas em uma formação das várias dimensões humanas.
- Incentivar a construção de práticas e espaços sustentáveis por meio da inserção de temáticas que debatam aspectos locais e globais, bem como as possibilidades de resolução de problemas que afetam os diversos povos e suas culturas.
- Potencializar a cultura dos direitos humanos com base na promoção da equidade racial, religiosa, cultural, sexual, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade por meio da formação e ação de professores, gestores, coordenadores, currículos, materiais didáticos, participação comunitária de acordo os contextos e demandas de cada território pautadas nas perspectivas de uma educação inclusiva.

DIRECIONAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CURRICULAR INTEGRALIZADA DAS ESCOLAS DE ACORDO ASPECTOS TERRITORIAIS

Os planejamentos das oficinas devem ocorrer com base nas Competências específicas de linguagens e matemática para o Ensino Fundamental e direcionadas e planejadas pelo educador conforme a idade ano de cada criança com ênfase nas competências e habilidades específicas de cada segmento e com as necessidades de cada turma.

A seguir, tem-se as competências gerais de linguagens e matemática, enquanto norteadores do planejamento e da práxis pedagógica das oficinas que serão propostas.

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.

Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.

Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alcançar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.

Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.

Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.

Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.

Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.

Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).

MATEMÁTICA

40

4

4.2



Eixo I- Acompanhamento pedagógico

PROPOSIÇÕES DE OFICINAS:

CÍRCULOS/PROJETOS DE LEITURA:

- Promover a prática habitual de leitura de textos científicos e literários;
- Viabilizar a aprendizagem de técnicas de leitura e de compreensão de textos;
- Ampliar a capacidade de escrita, composição de textos problematizadores, argumentativos, reflexivos e propositivos e o desenvolvimento juvenil em sua dimensão social e cultural.

ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES:

- Contemplar atividades integradoras de letramento envolvendo múltiplas áreas do conhecimento.
- Promover aprendizagens criativas e críticas, considerando a contextualização de acordo especificidades dos territórios.
- Promover a valorização da leitura, em especial de gêneros literários que envolvem os contextos de cada escola.
- Viabilizar o desenvolvimento da autoestima do educando em relação ao despertar de suas potencialidades e competências como ser multidimensional de acordo suas especificidades;
- Promover tempos e espaços contextualizados e interdisciplinares em articulação com outros projetos da escola e da Secretaria Municipal de Educação.

ATIVIDADES DE APOIO/REFORÇO PEDAGÓGICO.

- Auxílio na realização de atividades do ensino regular com recursos manipuláveis e estratégias de intervenção que promovam a autonomia e o desenvolvimento intelectual, social e motor.
- Oficinas com o uso de metodologias ativas para recompor aprendizagens e desenvolver competências e habilidades que estão em distorção de acordo com a idade/série.
- Intervenções direcionadas para trabalhar competências e habilidades fragilizadas segundo os apontamentos das avaliações externas municipais.
- Ações que fomentem mapeamento e direcionamentos acerca das necessidades e potencialidades de cada turma, de acordo seu ano, nível e contexto territorial.
- Promover a ludicidade por meio de jogos, brincadeiras, atividades teórico/práticas de forma a promover o desenvolvimento integrado.

LETRAMENTO MATEMÁTICO.

- Desenvolver oficinas com base na perspectiva da matemática crítica de modo a relacioná-la a questões históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas.
- Promover abordagens estratégicas para recomposição de aprendizagem com base na etnomatemática, na modelagem matemática e na cultura maker.
- Propiciar mapeamento das dificuldades e potencialidades dos alunos de acordo com as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas em cada ano para o letramento matemático.
- Utilizar materiais manipuláveis para trabalhar de modo prático e ilustrativo habilidades matemáticas.

Destaca-se que, embora o acompanhamento pedagógico enfatize as áreas de Linguagens e Matemática, estas devem ser trabalhadas em consonância com as demais áreas do conhecimento e com os outros eixos propostos, considerando as relevantes conexões interdisciplinares.

41

4

4.2



Eixo II : Saberes Sociais da Terra

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS – 1º AO 5º ANO

EMENTA: O eixo tem como foco trabalhar a perspectiva da educação socioambiental por meio de práticas pedagógicas que envolvem a valorização dos saberes e fazeres do campo e da cidade com o envolvimento contínuo da comunidade e a valorização de suas histórias, memórias, tradições e culturas vinculados ao reconhecimento das potencialidades do território de modo a promover uma formação dos sujeitos do campo em suas diversas dimensões alinhadas à perspectiva de formação integralizada do sujeito. Ressalta-se que cada território deve explorar suas potencialidades e reconhecer suas fragilidades sociais, com o objetivo de construir práticas que tenham ressonância nos diversos espaços comunitários e estimulem a construção de um projeto de vida pautado na emancipação dos sujeitos, com base na educação para os direitos humanos e desenvolvimento sustentável de todos os povos com foco na justiça social. O eixo também está embasado no fato que, majoritariamente, as escolas municipais estão situadas no campo, e parte na cidade, mas que de modo geral é um espaço histórico construído a partir da luta de povos camponeses ou originários destes. Logo, é indispensável ter como foco aspectos territoriais imersos na cultura popular diretamente ligados ao trato com a terra, aos recursos naturais, às práticas agroecológicas etc.

DIRETRIZES GERAIS:

- Ofertar uma educação de qualidade em tempo estendido como caminho para a asseguarção de direitos humanos e sociais.
- Construir para além dos muros das escolas, com comprometimento ético por meio da inclusão social e promoção do fortalecimento das parcerias entre programas e serviços, organizações governamentais e não governamentais e entre ambientes formais e não formais de ensino.
- Fomentar a perspectiva da escola enquanto um coletivo que buscar compreender as totalidades e contradições sociais, construir e valorizar saberes e possibilidades para ocupar lugares sociais e desenvolver integralmente os diversos sujeitos.
- Fortalecer a compreensão que os diversos espaços comunitários são educadores e promover a participação de atores sociais como agentes educativos.
- Assegurar que o tempo estendido na escola seja sinônimo de mais aprendizagens significativas.
- Construir os ambientes educativos como elos de fortalecimento da participação de outros espaços públicos de forma ressignificada, articulado com um Projeto Político Pedagógico que contemple princípios, ações e participações intersetoriais com foco em uma formação integralizada.
- Viabilizar práticas educativas que tenham como base as diversidades territoriais, os saberes populares enquanto molas propulsoras para o acesso ao saber sistematizado e participação de agentes educadores comunitários como forma de fortalecimentos dos vínculos entre escolas e comunidades com vistas em uma formação das várias dimensões humanas.
- Incentivar a construção de práticas e espaços sustentáveis por meio da inserção de temáticas que debatam aspectos locais e globais, bem como as possibilidades de resolução de problemas que afetam os diversos povos e suas culturas.
- Potencializar a cultura dos direitos humanos com base na promoção da equidade racial, religiosa, cultural, sexual, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade por meio da formação e ação de professores, gestores, coordenadores, currículos, materiais didáticos, participação comunitária de acordo os contextos e demandas de cada território pautadas nas perspectivas de uma educação inclusiva.

DIRECIONAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CURRICULAR INTEGRALIZADA DAS ESCOLAS DE ACORDO ASPECTOS TERRITORIAIS



Princípios da agroecologia



Construção, estudo e investigação da Horta Escolar horizontal e vertical

(aprendizado sobre alimentos, plantas, solos, adubo)



Estudo e construção de Composteira

(Sistema de reciclagem de resíduos orgânicos no qual minhocas e microorganismos transformam restos de alimentos em adubo).



Cobertura do solo

(Importância de um solo coberto por material vegetal fresco ou seco)



Sementes Crioulas

(Observação, identificação, cuidado e multiplicação de sementes crioulas). Alimentação Saudável (alimentação saudável, vegetarianismo e o consumo de alimentos agroecológicos e/ou orgânicos (que não contenham agrotóxicos)



Frutas, verduras, legumes e estações do Ano

(Utilização e consumo das frutas de diversos modos, formas de conservação e manejo para garantir a segurança alimentar)



Frutas, verduras, legumes Fases da Lua e impactos nos ciclos de produções e estações do Ano

(saber popular e seus entrelaços com a ciência)



Contextos sensoriais

(explorar texturas, cheiros, sabores e sons de espaços de produção material e imaterial do campo)



História e memória dos povos do campo

(desenvolver projetos de leitura e produzir materiais que registrem e investiguem a memória e história dos povos do campo que se relacionam à agroecologia).



Estudo e prática da permacultura:

42

4

4.2



Eixo II : Saberes Sociais da Terra

O que é permacultura.
Princípios da permacultura.
Práticas da permacultura nos entornos da escola.
Estudo da permacultura na região. (Ação investigativa- Iniciação Científica)
Agricultura familiar e relações (ou não) com a permacultura.
Economia solidária e seus princípios.



Plantas medicinais

Pesquisa das plantas medicinais usadas pela comunidade.
Estudo das plantas medicinais que apareceram na pesquisa.
Estudo das propriedades das plantas medicinais.
Produção de catálogo das plantas medicinais.
Plantio das plantas medicinais com o auxílio de moradores da comunidade.
Manutenção da horta das plantas medicinais.



Educação ambiental.

Relações socioambientais dos espaços campesinos (reflexões sobre cultura, economia, política e impactos ambientais)
Estudo da criação, conservação e produção animal por meio de práticas socialmente justas, sustentáveis e economicamente viáveis.

Os direcionamentos dialogam entre si de forma interdisciplinar e transversalizada.

PROPOSIÇÕES DE OFICINAS:

ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES:

Saberes sociais da terra
A relevância da agroecologia para a construção de uma sociedade mais sustentável;
História, importância e manejo das sementes crioulas;
Sistemas Agroflorestais Agroecológicos;
Fruticultura e suas possibilidades;
Cultivo, reconhecimento e uso de plantas medicinais;
Plantas medicinais e alimentícias não convencionais;
Diálogo entre agroecologia e hortas urbanas comunitárias;
Soberania alimentar possibilidade campo/cidade;
Análises do solo e sua importância;
Saúde no solo e produção de bio-insumos;
Caldas fertilizantes, preventivas, protetoras e curativas das culturas;
Minhocultura e vermicompostagem;
Enxertia de plantas frutíferas;
Olericultura agroecológica;
Como produzir hortaliças em bases Agroecológicas;
Produção animal agroecológica;
Produção agroecológica de leite;
Produção de fitoterápicos para uso na criação animal;
Avicultura;
Aquaponia;
Sistema de irrigação sustentável para hortaliças;
Água: possibilidades de captação ao descarte responsável;
Recursos hídricos: qualidade, distribuição e necessidades;
Problemas ambientais municipais: implicações e possibilidades;
Descarte de resíduos orgânicos: da investigação à prática;

Observação:

Destaca-se que as escolas podem propor as oficinas de acordo com as potencialidades e especificidades de cada território. E que todas as oficinas devem ser relacionadas aos objetos e necessidades de aprendizagem de cada turma. O saber sistematizado deve estar alinhado à prática e demais atividades desenvolvidas no campo.

43

4

4.2



Eixo II : Saberes Sociais da Terra

PROPOSIÇÕES PRÁTICAS

Exemplificações:

-  Aulas de campo dentro e fora da escola por meio de parcerias com a comunidades e outros setores.
-  Promoção da investigação científica a partir do saber popular.
-  Produção de catálogos de plantas, animais, ervas, frutas, verduras, solos, etc.
-  Construção de portfólios, diários de campo, livros escritos e ilustrados de memórias/ histórias/ tradições, álbuns de fotografia.
-  Construção de acervos históricos da comunidade e da escola.
-  Aulas práticas de plantio, manuseio do solo, ciclos de produção, experimentações científicas.
-  Aulas de culinária de modo a explorar produtos agroecológicos produzidos na escola e na comunidade.
-  Pesquisa sobre frutas, hortaliças, verduras, legumes e árvores consumidas e produzidas na comunidade.
-  Classificação e estudo dos insumos que aparecerem na pesquisa.
-  Estudo sobre o uso de agrotóxicos.
-  Aula de campo para conhecer espaços que desenvolvem a horticultura.
-  Aula prática com a presença de moradores da comunidade para trabalhar práticas de plantio, produção e colheita.
-  Produção de um diário de campo acompanhando os processos de crescimento e desenvolvimento dos mantimentos. (Pode ser por meio de desenhos, fotografias, ou pequenos textos.)
-  Desenvolvimento de experiências sensoriais e desenvolvimento psicomotor.
-  Investigação, classificação e análise dos animais domésticos utilizados para subsistência nas comunidades.
-  Catalogação de animais, pesquisa de animais usados por outras culturas.
-  Aulas de campo que envolvem vivências práticas e coletivas acerca dos animais que fazem parte das culturas da comunidade.
-  Produção de uma economia solidária dentro da escola juntamente com a comunidade, para criação e aquisição de animais para estudo e consumo.
-  Estudo dirigido em sala.
-  Caminhos pedagógicos de acordo com as realidades.
-  Incentivo a pesquisa teórico/prática.
-  Coleta de amostras para realização de experimentos e análises de acordo com os recursos disponíveis.
-  Levantamento de problemas socioambientais que circundam a comunidade e investigação desses por meio do saber científico.
-  Rodas de conversas, entrevistas, escutas sensíveis com agentes sociais externos da comunidade e de outros setores sociais.
-  Parcerias com outras secretarias para o desenvolvimento integral do sujeito.
-  Aulas de campo para análise de recursos hídricos, o processo de tratamento e não tratamento da água.
-  Promoção de eventos em parceria com a comunidade;
-  Excursões para conhecer outros territórios, vivências e culturas.

44



EIXO III: CULTURA, ARTE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS – 1º AO 5º ANO

Ementa: O eixo tem como foco trabalhar aspectos culturais pertencentes aos territórios que envolvem os povos tradicionais, em especial os povos tradicionais quilombolas, bem como fomentar apreciação, estudo, investigação e produção artísticas, principalmente as que compõem o território e outros espaços, com ênfase em fomentar uma compreensão crítica de fatores sociais, históricos e econômicos que permeiam a produção artística e o desenvolvimento de experiências estéticas e prazerosas. Além disso busca-se ensinar a educação patrimonial a partir de aspectos que compõem cada espaço, projetos e ambientes municipais que já fomentam essa perspectiva, bem como a compreensão da importância do patrimônio para formação cultural, histórica e crítica dos indivíduos.

DIRETRIZES GERAIS:

- Ofertar uma educação de qualidade em tempo estendido como caminho para a asseguarção de direitos humanos e sociais.
- Construir para além dos muros das escolas, com comprometimento ético por meio da inclusão social e promoção do fortalecimento das parcerias entre programas e serviços, organizações governamentais e não governamentais e entre ambientes formais e não formais de ensino.
- Fomentar a perspectiva da escola enquanto um coletivo que buscar compreender as totalidades e contradições sociais, construir e valorizar saberes e possibilidades para ocupar lugares sociais e desenvolver integralmente os diversos sujeitos.
- Fortalecer a compreensão que os diversos espaços comunitários são educadores e promover a participação de atores sociais como agentes educativos.
- Assegurar que o tempo estendido na escola seja sinônimo de mais aprendizagens significativas.
- Construir os ambientes educativos como elos de fortalecimento da participação de outros espaços públicos de forma ressignificada, articulado com um Projeto Político Pedagógico que contemple princípios, ações e participações intersectoriais com foco em uma formação integralizada.
- Viabilizar práticas educativas que tenham como base as diversidades territoriais, os saberes populares enquanto molas propulsoras para o acesso ao saber sistematizado e participação de agentes educadores comunitários como forma de fortalecimentos dos vínculos entre escolas e comunidades com vistas em uma formação das várias dimensões humanas.
- Incentivar a construção de práticas e espaços sustentáveis por meio da inserção de temáticas que debatam aspectos locais e globais, bem como as possibilidades de resolução de problemas que afetam os diversos povos e suas culturas.
- Potencializar a cultura dos direitos humanos com base na promoção da equidade racial, religiosa, cultural, sexual, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade por meio da formação e ação de professores, gestores, coordenadores, currículos, materiais didáticos, participação comunitária de acordo os contextos e demandas de cada território pautadas nas perspectivas de uma educação inclusiva.

DIRECIONAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CURRICULAR INTEGRALIZADA DAS ESCOLAS DE ACORDO ASPECTOS TERRITORIAIS

Os planejamentos das oficinas devem ocorrer com base nas Competências Gerais da Base Nacional Comum direcionadas e planejadas pelo educador conforme a idade ano de cada criança com ênfase nas competências e habilidades específicas de cada segmento e com as necessidades de cada turma, características territoriais, aspectos artísticos/culturais/históricos de cada espaço.

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital – bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocritica e capacidade para lidar com elas.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.



EIXO III: CULTURA, ARTE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

PROPOSIÇÕES PRÁTICAS

- ✎ Criação de objetos construídos manualmente a partir de saberes e fazeres locais como a exemplo do uso da palha, do barro, das rendas, bordados, adereços e outras formas. De modo a considerar a técnica enquanto fator cultural vivo nas comunidades, produtoras de relações sociais, culturais e econômicas, transmitida de geração em geração. De modo a promover a expressão da arte espontânea, ingênua mediada por crenças, saberes e tradições e experiências que viabilizem construir visões de mundo, valores e princípios a partir de produções artesanais próprias do território.
- ✎ O trabalho com a formação de banda, fanfarras, canto coral, grupos de Dança e outras formas de organização, deve promover a autoestima das crianças e jovens, integração sociocultural, desenvolver o espírito de equipe, bem como o reconhecimento e recriação de culturas populares e movimentos que fazem parte das vivências e experiências dos educandos. As atividades que envolvem o uso da voz, deve auxiliar no aprimoramento de técnicas vocais a partir de aspectos sensoriais, afetivo, intelectual e sócio emocional, de maneira a expressar-se livremente por meio da música e tornar-se um ouvinte atento e sensível as linguagens transmitidas pelo som, ressalta-se que as ações devem promover a socialização, contato com as comunidades e valorização da cultura popular.
- ✎ Propõe-se também o incentivo da prática de capoeira, com vistas no desenvolvimento, cultural, social, intelectual, afetivo, socioemocional das crianças e adolescentes, com vistas em enfatizar aspectos, físicos, estéticos, sociais, culturais e ressaltar a origem étnica, as transformações ocorridas ao longo do tempo seus fundamentos, instrumentos, cânticos, músicas, jogo, rodas, organização dos mestres e rituais, dialogando e investigando as significações de cada um desses aspectos.
- ✎ Pode-se também fomentar oficinas do Cineclubes para produzir e realizar sessões cinematográficas, como a exemplo de curadorias, divulgação, orientações acerca de técnicas de operações de equipamento, promoção de debates e investigações acerca do processo de modo a valorizar produções locais e globais que tenham impacto nos territórios. Bem como o trabalho com modelos sustentáveis para exibição gratuita conforme os direitos autorais de obras patrimoniais e produções atuais, para além do trabalho com a história do cinema, cidadania audiovisual e linguagem. Pautados na produção e estudo de recursos audiovisuais que valorizem manifestações culturais e sociais das comunidades.
- ✎ A promoção de oficinas de danças sejam elas coletivas ou individuais, devem explorar modalidades regionais, contemporâneas, populares, clássicas, circulares, entre outras e viabilizar o desenvolvimento motor e psicológico favorecendo a apropriação de ritmos, espaços, subjetivações, coordenações motoras, relaxamento e movimentos corporais ritmados ou não, com ênfase na liberdade de expressão do corpo por meio do movimento.
- ✎ A literatura de cordel, enquanto uma manifestação artístico-cultural da cultura popular nordestina registra poeticamente a história de um povo e deve promover a expressão oral e escrita de modo artístico e poético, de maneira a respeitar as características do gênero, sua forma de organização e divulgação deve compor momentos artísticos em oficinas interativas que valorizem manifestações dentro da linguagem para emitir e denunciar aspectos sociais, culturais e históricos que circundam o Nordeste e outros aspectos, bem como incentive a leitura e produção do gênero.
- ✎ O estudo e práticas de desenho devem introduzir o conhecimento teórico-prático da linguagem visual, induzir o processo criativo e experiências o desenho enquanto um meio de comunicação, conhecimento e expressão artística.
- ✎ Explora-se a memória, observação, sensibilidade, técnicas, experiências estéticas e desenvolvimento intelectual e sócio emocional.
- ✎ As oficinas de músicas devem explorar elementos técnico-musicais, trabalho cooperativo em grupo, respeito mútuo, abordagem crítica, solidariedade, autonomia, sensibilização, relaxamento, investigação de contextos e histórias que emergem dos diversos gêneros musicais. Bem como o contato com peças de diferentes estilos musicais, contato com percussão corporal, dinâmicas de grupo, produção e apreciação musical, jogos musicais, construção de instrumentos musicais e as relações culturais e populares.
- ✎ Orienta-se também o trabalho com o Hip Hop enquanto uma expressão cultural juvenil e traços identitários locais e globais de modo a protagonizar os jovens na construção de seus processos de desenvolvimento.
- ✎ Propõe-se também o ensino Coletivo de Cordas e iniciação musical por meio da flauta doce para recriação de culturas populares e incentivo à cooperação, autonomia, respeito, senso crítico e contato com a música como manifestação de relações sociais e culturais.
- ✎ A prática e estudo das técnicas e manifestações da pintura tem como foco o desenvolvimento intelectual, emocional, social, físico, estético, perceptivo e crítico. Entendendo a pintura como arte, não apenas em telas, como também as pinturas corporais que revelam traços culturais, religiosos, étnicos e sociais de grupos tradicionais. Deve-se também trabalhar com técnicas tradicionais, clássicas, contemporâneas, populares e experimentais de modo a viabilizar a compreensão da função social e artística das pinturas.
- ✎ Outras possibilidades são o trabalho com esculturas, grafite e o mosaico favorecendo a criação emocional, social, física, experiências estéticas, contato com linguagens visuais bi e tridimensionais, que podem contextualizar áreas como geometria plana e espacial, representações gráficas, entre outras.

4

4.2



EIXO III: CULTURA, ARTE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

PROPOSIÇÕES PRÁTICAS

-  Outras possibilidades são o trabalho com esculturas, grafite e o mosaico favorecendo a criação emocional, social, física, experiências estéticas, contato com linguagens visuais bi e tridimensionais, que podem contextualizar áreas como geometria plana e espacial, representações gráficas, entre outras.
-  Propõe-se também a realização de práticas circenses com foco em promover a saúde e educação por meio da cultura corporal e popular, ensejando a valorização do patrimônio cultural circense, bem como promover o acesso a outras manifestações de movimento e cultura. Outra possibilidade são os jogos teatrais que tem o potencial de organizar relações coletivas, comunicação oral e não oral e expressão em diversas linguagens.
-  Outra proposição é a organização de salas temáticas para estudo de línguas estrangeiras de forma a oferecer o aluno a oportunidade de contatar línguas estrangeiras de modo oral escrito e com outras imersões em culturas estrangeiras como o trabalho com materiais de estudo, conversação, músicas, filmes, livros, documentários, noticiários, peças teatrais, interação com falantes de outras línguas ou com instituições parceiras que trabalham outros idiomas, jogos e brincadeiras arranjadas coletivamente ou individualmente enfatiza-se que para além do contato com línguas estrangeiras pode-se investigar e trabalhar com línguas de origem africana, indígena e outros povos tradicionais importantes para construção da nossa língua e da nossa história.
-  Dispõe-se a importância de articular parcerias intersetoriais e externas para o trabalho com projetos patrimoniais que o município já desenvolve, bem como outras atividades artísticas e culturais mediadas por fazedores de culturas com vistas em valorizar o patrimônio cultural e natural do município.
-  Destaca-se que todas as atividades direcionadas podem ser articuladas coletivamente com a comunidade de modo a fortalecer vínculos indispensáveis para o processo de ensino aprendizagem.
-  A cultura digital e as tecnologias educacionais também são campos cheios de possibilidades e urgentes para o cenário pós-moderno, com o objetivo de desenvolver criticamente os educandos para a era digital, bem como capacitá-los para novas demandas ensejadas pelas recentes mudanças sociais.

47

4

4.2



EIXO IV: PRÁTICAS ESPORTIVAS JOGOS/ BRINCADEIRAS/ EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS – 1º AO 5º ANO

Ementa: O eixo tem como foco trabalhar a iniciação ao desporto por meio da prática de modalidades esportivas, bem como de brincadeiras que fazem parte da cultura local e global, de modo lúdico e favorável para o desenvolvimento psicossocial e físico. O eixo também propõe o trabalho com Educação Tecnológica, com foco no manuseio de recursos tecnológicos digitais e reflexões críticas acerca do seu uso, análise investigativa de ambientes de redes sociais, com enfoques interdisciplinares, visando também o fomento da produção audiovisual com vistas à valorização cultural e histórica do território.

DIRETRIZES GERAIS:

- Ofertar uma educação de qualidade em tempo estendido como caminho para a asseguarção de direitos humanos e sociais.
- Construir para além dos muros das escolas, com comprometimento ético por meio da inclusão social e promoção do fortalecimento das parcerias entre programas e serviços, organizações governamentais e não governamentais e entre ambientes formais e não formais de ensino.
- Fomentar a perspectiva da escola enquanto um coletivo que buscar compreender as totalidades e contradições sociais, construir e valorizar saberes e possibilidades para ocupar lugares sociais e desenvolver integralmente os diversos sujeitos.
- Fortalecer a compreensão que os diversos espaços comunitários são educadores e promover a participação de atores sociais como agentes educativos.
- Assegurar que o tempo estendido na escola seja sinônimo de mais aprendizagens significativas.
- Construir os ambientes educativos como elos de fortalecimento da participação de outros espaços públicos de forma ressignificada, articulado com um Projeto Político Pedagógico que contemple princípios, ações e participações intersticiais com foco em uma formação integralizada.
- Viabilizar práticas educativas que tenham como base as diversidades territoriais, os saberes populares enquanto molas propulsoras para o acesso ao saber sistematizado e participação de agentes educadores comunitários como forma de fortalecimentos dos vínculos entre escolas e comunidades com vistas em uma formação das várias dimensões humanas.
- Incentivar a construção de práticas e espaços sustentáveis por meio da inserção de temáticas que debatam aspectos locais e globais, bem como as possibilidades de resolução de problemas que afetam os diversos povos e suas culturas.
- Potencializar a cultura dos direitos humanos com base na promoção da equidade racial, religiosa, cultural, sexual, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade por meio da formação e ação de professores, gestores, coordenadores, currículos, materiais didáticos, participação comunitária de acordo os contextos e demandas de cada território pautadas nas perspectivas de uma educação inclusiva.

DIRECIONAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CURRICULAR INTEGRALIZADA DAS ESCOLAS DE ACORDO ASPECTOS TERRITORIAIS

Os planejamentos das oficinas devem ocorrer com base nas Competências Gerais da Base Nacional Comum direcionadas e planejadas pelo educador conforme a idade ano de cada criança com ênfase nas competências e habilidades específicas de cada segmento e com as necessidades de cada turma, características territoriais, aspectos artísticos/culturais/históricos de cada espaço.

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital – bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

48



EIXO IV: PRÁTICAS ESPORTIVAS JOGOS/ BRINCADEIRAS/ EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

PROPOSIÇÕES PRÁTICAS

-  Propõe-se a prática do atletismo; Basquete; Futebol; Futsal; Handebol; Voleibol; Natação; Tênis de Campo; Tênis de Mesa; Xadrez Tradicional e Xadrez Virtual com foco no desenvolvimento integral do educando por meio da socialização, cuidado à saúde, desenvolvimento físico e intelectual de forma individual e coletiva.
-  Oficinas de Judo; Karatê; Taekwondo; Jiu-Jitsu; Muay Thai; Boxe; Kung Fu; Capoeira; Artes Marciais Mistas(MMA) podem estimular o desenvolvimento cultural, social, intelectual, afetivo e emocional de crianças e adolescentes, bem como aproximá-los da história das artes marciais no Brasil e no mundo de modo a entender seus impactos sociais e históricos.
-  Pode-se sugerir a prática com brincadeiras de rua circuitos com pneus e tábuas, brincadeira com cordas e tecidos, corrida com sacos e obstáculos, equilíbrio com pernas de pau, baleada, basquete de rua, entre outras, ressalta-se a importância de investigar e conhecer brincadeiras e jogos que fazem parte da cultura de cada comunidade e explorá-las de modo pedagógico com vistas na valorização dos territórios, fortalecimentos de vínculos, desenvolvimento motor e cognitivo.
-  Corrida de orientação com vistas em trabalhar mapas de orientação com relevo, vegetação, hidrografia, edificações e outros por meio de símbolos e significações que auxiliam no desenvolvimento da lateralidade, noções de localização e concepções de trabalho coletivo.
-  A ginástica rítmica também é uma possibilidade de combinar o desenvolvimento da força, precisão e equilíbrio, concentração, disciplina e desenvolvimento corporal com exercícios de solo, acrobáticos, coreografados.
-  Sugere-se também a recreação e lazer, por meio de brinquedotecas, produção de brinquedos antigos manuais, momentos de interação de grupo com proposições lúdicas de forma a proporcionar saúde, alegria, distração de desenvolvimento de habilidades socioemocionais e motoras.
-  Outra possibilidade é o yoga/meditação com ênfase em estimular o funcionamento do cérebro, controle da respiração, controle da energia vital, a criatividade, inteligência e controle emocional de modo a acalmar o cérebro e o fluxo de pensamentos.
-  Destaca-se que em todas as atividades pode-se fazer o uso de tecnologias educacionais, estudos teóricos por meio de outras experiências estéticas, materiais e recursos para aprofundar a significação das práticas.
-  É importante também viabilizar momentos de interações livres para que crianças e jovens se relacionem de acordo com suas necessidades e criatividade.
-  Tem-se também a possibilidade de trabalhar com jogos de tabuleiro de xadrez, damas, dominó, mancala, jogo da memória, trilhas de tabuleiro, quatro linhas, entre outros. Destaca-se a importância de investigar jogos de tabuleiros que fazem parte das vivências comunitárias, das histórias de cada povo, das significações e marcos culturais que estão intrínsecos nestes.

4

4.3



4.3

PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS E CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Para construir uma Política de Educação Integral em Tempo Integral ajustada às necessidades e potencialidades de cada etapa, é fundamental valorizar suas diversidades e especificidades. É necessário propor intervenções e aspectos curriculares e pedagógicos que promovam o desenvolvimento das múltiplas dimensões do sujeito.

O Ensino Fundamental - Anos Finais enfrenta desafios significativos relacionados a aspectos históricos, curriculares, geracionais e estruturais, além das transições que acompanham a adolescência e a mudança do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Essa etapa, marcada por diferentes contextos e marcadores sociais, apresenta grandes necessidades e exige reflexões aprofundadas. A situação foi ainda mais complicada pelo impacto da pandemia e pela ausência de políticas públicas adequadas.

Como descreve Brasil (2024), os estudantes ao ingressarem no 6º ano trazem consigo as referências educacionais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, carregando marcas da infância, das relações estabelecidas com os profissionais da educação e dos métodos baseados na ludicidade e na brincadeira. Com a chegada aos Anos Finais, eles se deparam com um novo cenário educacional, que inclui novos componentes curriculares, professores, espaço físico, material didático e métodos pedagógicos. Conforme elenca Brasil (2018, p.60):

(...) é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do ensino fundamental – anos iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes. nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação

Por conseguinte, é substancial considerar que, nas recentes conjunturas, os(as) adolescentes vivenciam uma fase intensa de desenvolvimento em múltiplas dimensões. Esse estágio não se refere apenas a uma transição entre a infância e a adolescência, mas a um período completo de mudanças físicas, emocionais, intelectuais, sociais e culturais. TOMIO e FACCI (2009) destacam que:

Na adolescência, fase na qual a atividade dominante passa a ser, além do estudo, a comunicação íntima pessoal entre os jovens. O jovem, agora, passa a ocupar uma posição diferente na sociedade: novas cobranças são feitas, ele tem que se posicionar diante dos fatos, a relação com os pais sofre transformações, ele ingressa em outra esfera de relações humanas e várias transformações acontecem no seu entorno.

Ou seja, as relações entre o meio e o indivíduo se associam e se combinam na construção da individualidade e da coletividade. Vigotski (1996) afirma que os adolescentes não são apenas produto da evolução biológica, mas também do desenvolvimento histórico e cultural. As adolescências são, portanto, impactadas por suas vivências, meios, culturas, histórias, memórias e relações interpessoais.

50

4

4.3



Considerando a importância de ambas as esferas, é necessário também compreender aspectos neurais que impactam a construção do adolescer, Brasil (2024), versa alguns estudos que propõe análises acerca do desenvolvimento neural durante esta fase:

Poda neural: É durante a adolescência que acontece um fenômeno chamado de "poda sináptica" (conhecido também como o princípio "use ou perca"), no qual conexões neurais ineficazes são eliminadas, enquanto outras se fortalecem (Feldman, 2015). Essa poda abre caminhos para as informações serem transmitidas mais rapidamente, contribuindo para o refinamento do processamento de informações, da memória e da tomada de decisões. Receptores de dopamina: O cérebro adolescente perde cerca de $\frac{1}{3}$ dos receptores de dopamina, neurotransmissor associado ao prazer e à motivação. Por isso, o sistema de recompensa se torna mais sensível e essa sensibilidade aumentada pode levar à busca por experiências intensas e comportamentos de risco (Dow-Edwards, 2019). Amadurecimento do córtex pré-frontal: É a última área do cérebro a amadurecer, sendo a responsável por funções executivas como tomada de decisão, organização, resolução de problemas, memória, autocontrole, autorregulação, planejamento, regulação das emoções e do comportamento social. É por esta razão que o adolescente nem sempre é capaz de resistir a impulsos ou exercer controle sobre suas atitudes e escolhas. (Brasil, 2024, p.)

Outro aspecto a ser considerado dentro desse contexto são os marcadores sociais, que impactam os grupos de diferentes modos na construção da identidade. Esses marcadores se somam às novas formas de ver e experienciar o mundo, juntamente com as condições e características específicas que os adolescentes carregam, como a cor da pele, aspectos corpóreos, deficiências, etnia, entre outras singularidades.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As orientações metodológicas baseiam-se no princípio de oferecer uma prática pedagógica acolhedora, inovadora, flexível e escalável, adaptável às realidades da rede municipal. Essa prática deve ser democrática, antirracista e inclusiva, respeitando e valorizando as diversidades e possibilidades das múltiplas adolescências. A seguir, apresentam-se as estratégias que poderão estar presentes na articulação da Base Comum Curricular e da Parte Diversificada.



PROBLEMATIZAÇÃO:

A aprendizagem baseada em problemas deve partir de situações reais ou hipotéticas, com ênfase em promover uma investigação que estimule o estudante a mobilizar seus saberes prévios e a construir novos conhecimentos. Esse processo envolve discussão, estudo, pesquisa, aplicação e resgate de informações, permeando diversas áreas do conhecimento e gerando novos questionamentos e inquietações a partir das conclusões e percepções alcançadas. É importante destacar que o estudante desempenha um papel ativo, devendo gerenciar, integrar, identificar e explorar seu aprendizado para o desenvolvimento das habilidades e competências em diferentes áreas do conhecimento.

51

4

4.3



APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS:

A construção de projetos para intensificar as aprendizagens deve levar o educando a novas descobertas, utilizando saberes sistematizados para criar um produto, resultado, serviço ou ação. O educador deve mediar a execução do projeto, motivando e desafiando o estudante a trabalhar em grupo de forma colaborativa e construtiva, aplicando conhecimentos, técnicas, habilidades, estratégias e atitudes para alcançar os objetivos de aprendizagem pré-estabelecidos. Essa abordagem está fundamentada nos quatro pilares da Aprendizagem Baseada em Problemas: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Os projetos podem incluir:



PROJETOS DE PESQUISA: Dialogam com os objetos de conhecimento trabalhados nas respectivas áreas, com ações sequenciais e progressivas que conduzam a resultados e novos questionamentos.



PROJETOS DE INTERVENÇÃO: Visam intervir em aspectos comunitários relacionados à realidade dos educandos e suas inquietações. Esses projetos promovem o envolvimento de outros grupos sociais, como a família, na busca de soluções para questões coletivas.



PROJETOS DE VIDA:

O desenvolvimento de Projetos de Vida no Ensino Fundamental Anos Finais pode abranger dimensões pessoais, profissionais ou sociais. Esses projetos devem enriquecer, estimular, aprimorar e proporcionar o desenvolvimento integral dos educandos, promovendo aspectos cognitivos e socioemocionais que viabilizem o autoconhecimento, a inclusão e o fortalecimento de vínculos pessoais.

Estratégias integralizadas devem induzir o estudante a refletir sobre suas percepções e perspectivas profissionais e pessoais, contribuindo para a constituição de relações e trajetórias. Como afirma a BNCC, os Projetos de Vida são aquilo "que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória" (BRASIL, 2018, p. 472).



MULTILETRAMENTOS:

A proposição dos multiletramentos foca em envolver várias formas de comunicação, incluindo visual, corporal, oral, musical, escrita, não verbal, entre outras. O objetivo é identificar, interpretar, criar, comunicar e expressar habilidades, respeitando as especificidades de cada educando. Esse enfoque é essencial para a atuação da juventude nos contextos atuais, especialmente no ambiente tecnológico, onde diversas linguagens se manifestam. Além disso, os multiletramentos consideram dimensões éticas, estéticas, culturais, políticas, socioeconômicas e ambientais, abordando multilinguagens e multiculturas conforme as referências, anseios, características, especificidades, perspectivas e necessidades individuais de cada educando.



AÇÕES PERMANENTES DE ACOLHIMENTO:

O acolhimento das adolescências se caracteriza como uma ação imprescindível e contínua, uma vez que acolher no espaço escolar as diversidades, necessidades e potencialidades se caracteriza como um elo fortalecedor das possibilidades pedagógicas integralizadas. Salienta-se que o adolescer é permeado de questões desafiadoras e muitas oportunidades de desenvolvimento das juventudes, assim a promoção de um espaço inclusivo, humanizado e agradável é um movimento que deve caminhar por todas as áreas do conhecimento, em todos os ambientes e vivências educacionais.

52



CULTURA DIGITAL:

O trabalho com a cultura digital se apresenta como uma urgência indissociável das demandas do adolescer, uma vez que estes imersos nos contextos digitais, mediados por inteligências artificiais, informações e notícias de diversas naturezas, relações de consumo, relações virtuais, aspectos socioeconômicos, políticos, ambientais, construções e manifestações culturais.

Assim sendo, as experiências e vivências conectadas ao mundo digital necessitam fazer parte das ações pedagógicas com ênfase na construção de princípios cidadãos e críticos, oportunizando a construção de uma atuação consciente. Para além de oferecer oportunidades para compreender os impactos das relações, hábitos e ações das gerações que antecederam a era tecnológica, bem como as que nasceram familiarizadas com a tecnologia.

Outro ponto importante, é a necessidade de alavancar as discussões sobre o movimento de estratificação social, que dialoga com as novas relações de trabalho fomentadas pelo mundo digital e afetam a construção da cidadania, a garantia dos direitos humanos e construção de uma sociedade equitativa, uma vez que o espaço digital reproduz estruturas historicamente consolidadas na sociedade. Assim compreender os aspectos e anseios do mundo moderno se caracteriza como ação indispensável para o desenvolvimento do ser adolescentes e como estes irão atuar socialmente.



APRENDIZAGEM COLABORATIVA:

Aprender de modo colaborativo, é um caminho pedagógico que oportuniza, a interação, participação, engajamento, cooperativismo, troca de experiências, protagonismo, fortalecimento das relações interpessoais, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais por meio de um processo contínuo de trocas de saberes e fazeres.

A colaboração entre os adolescentes também proporciona uma familiarização de linguagens e conceitos, em virtude de estarem perpassando por processos de desenvolvimento e apropriações conforme suas realidades, especificidades e potencialidades. Nesse sentido, organizar pequenos coletivos ou pares em prol do alcance de objetivos comuns pode se caracterizar com o cenário motivador, para a potencialização da autoestima, autoconfiança e do posicionamento crítico. Construir de modo colaborativo, também instiga a busca de novos saberes para compartilhar com os pares e para mobilizar novos saberes.



PLANEJAMENTO INTEGRADO EM ÁREAS DO CONHECIMENTO:

Dentro da perspectiva de educação integral em tempo integral, é crucial considerar que a base comum e parte diversificada devem estar alinhadas e articuladas em prol do desenvolvimento das múltiplas dimensões do sujeito, o planejamento e intervenções devem ser direcionadas por objetivos comuns de desenvolvimento e considerar as dimensões que fundamentam e fortalece cada territórios, ao tempo que estes devem ser conduzidos por práticas antirracista, antissexista e anticapacitista articuladas com os interesses, necessidades e especificidades dos adolescentes.

Outras estratégias metodológicas são a implementação do **professor tutor** para orientação individualizada, suporte pedagógico, mediação de conflitos, direcionamento, acolhimento, adaptações necessárias das proposições do ambiente educativo, com vista em promover o desenvolvimento integral do estudante. Tem-se também a **mentoria entre pares** que pode ocorrer entre professores mais experientes com aqueles que estão dentro da docência, bem como pode ser instituída entre estudantes mais velhos com os mais novos. Essa ação pode fortalecer a comunidade escolar, multiplicar experiências e dar suporte para aqueles que necessitam dentro de áreas e atuações. Para além destes, orienta-se também a construção de **espaços para a participação e tomada de decisões**, franqueando círculos de diálogos para escutar, dialogar e compartilhar com a comunidade escolar os desafios e possibilidades do ambiente escolar, em especial juntamente com os estudantes do espaço de modo a estimular a participação crítica e consciente dentro de aspectos que os envolvem direta ou indiretamente. É interessante que se promova escutas e constantes integrações no diálogo entre gestão, coordenação, corpo docente e demais profissionais que atuam no espaço para que estes possam construir juntamente aos estudantes um espaço democrático e acolhedor. Por fim, segue uma listagem de outras possíveis abordagens conforme propõe o trabalho com as metodologias ativas, que são: Gamificação, Estudo de caso, Sala de aula invertida, Ensino híbrido, Projetos práticos e hands-on, Jogos e brincadeiras, Uso de tecnologia (como programação e robótica), Design Thinking, Cultura Maker, Storytelling, Rotação por estações, etc.

4

4.3



EIXO I: LETRAMENTO CIENTÍFICO, MATEMÁTICO E LITERÁRIO

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – 6º AO 9º ANO

Ementa: O eixo tem como proposição viabilizar um trabalho com os multiletramentos científicos, matemáticos e literários de modo que o estudante reconheça, interprete os conhecimentos e aplique-os em diferentes campos, na resolução de problemas, tomada de decisões. A partir de contextos éticos, econômicos, culturais, políticos, ambientais, territoriais, etc com foco em promover a atuação em projetos comunitários por meio do saber científico, em prol do bem-estar coletivo. Além disso, busca-se viabilizar o desenvolvimento da capacidade dos discentes de integrar conhecimentos científicos, matemáticos e literários para enfrentar e resolver problemas complexos, analisar informações de maneira crítica e criar soluções inovadoras. Com uma abordagem holística e interdisciplinar, promovendo a compreensão profunda das inter-relações entre ciência, matemática e literatura, permitindo que os alunos utilizem habilidades e conhecimentos de diferentes áreas de forma integrada e eficaz.

DIRETRIZES GERAIS:

- Ofertar uma educação de qualidade em tempo estendido como caminho para a asseguarção de direitos humanos e sociais.
- Construir para além dos muros das escolas, com comprometimento ético por meio da inclusão social e promoção do fortalecimento das parcerias entre programas e serviços, organizações governamentais e não governamentais e entre ambientes formais e não formais de ensino.
- Fomentar a perspectiva da escola enquanto um coletivo que buscar compreender as totalidades e contradições sociais, construir e valorizar saberes e possibilidades para ocupar lugares sociais e desenvolver integralmente os diversos sujeitos.
- Fortalecer a compreensão que os diversos espaços comunitários são educadores e promover a participação de atores sociais como agentes educativos.
- Assegurar que o tempo estendido na escola seja sinônimo de mais aprendizagens significativas.
- Construir os ambientes educativos como elos de fortalecimento da participação de outros espaços públicos de forma resignificada, articulado com um Projeto Político Pedagógico que contemple princípios, ações e participações intersetoriais com foco em uma formação integralizada.
- Viabilizar práticas educativas que tenham como base as diversidades territoriais, os saberes populares enquanto molas propulsoras para o acesso ao saber sistematizado e participação de agentes educadores comunitários como forma de fortalecimentos dos vínculos entre escolas e comunidades com vistas em uma formação das várias dimensões humanas.
- Incentivar a construção de práticas e espaços sustentáveis por meio da inserção de temáticas que debatam aspectos locais e globais, bem como as possibilidades de resolução de problemas que afetam os diversos povos e suas culturas.
- Potencializar a cultura dos direitos humanos com base na promoção da equidade racial, religiosa, cultural, sexual, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade por meio da formação e ação de professores, gestores, coordenadores, currículos, materiais didáticos, participação comunitária de acordo os contextos e demandas de cada território pautadas nas perspectivas de uma educação inclusiva.

DIRECIONAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CURRICULAR INTEGRALIZADA DAS ESCOLAS DE ACORDO ASPECTOS TERRITORIAIS

Os planejamentos das oficinas devem ocorrer com base nas Competências Gerais e específicas de Linguagens, Matemática e Ciências da Natureza do Ensino Fundamental Anos Finais e direcionadas e planejadas pelo educador conforme a idade/ano de cada adolescente com ênfase nas competências e habilidades específicas de cada segmento e com as necessidades de cada turma. Abaixo indica-se algumas competências gerais da BNCC e das áreas do conhecimento do 6º ao 9º ano. Ressalta que o educador deverá construir os planejamentos de modo específico para cada ano e área, conforme as especificidades dos educandos e vinculá-los às competências e habilidades da BNCC e do DCRC, quando possível. Este poderá também propor temáticas e objetivos que dialoguem com os aspectos territoriais.

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuando a aprender e colaborando para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções.

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado com o outro e com o planeta.

Conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e reconhecer suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo, gerindo sua saúde física e emocional e adotando hábitos saudáveis de vida e de cuidado com o seu corpo e o outro.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.



ALGUMAS PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS, FORAM SUGERIDAS COM BASE NO REFERENCIAL PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ARQUITETURA CURRICULAR E SUAS MATRIZES. DISPONÍVEL EM: <https://biblioteca.institutorreuna.org.br/vfna1%206%20ARQUITETURA%20CURRICULAR%2012.PDF>

55



EIXO I: LETRAMENTO CIENTÍFICO, MATEMÁTICO E LITERÁRIO

1. Compreender e aplicar conhecimentos científicos e literários em diversas situações, relacionando-os com questões históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas.
2. Exercitar o pensamento científico e crítico ao explorar questões e problemas por meio da investigação, da experimentação e da leitura crítica de textos.
3. Valorizar e usar diferentes manifestações culturais, incluindo a literatura e a ciência, para compreender e transformar a realidade.
4. Utilizar linguagens científicas, matemáticas e literárias para expressar-se de forma clara e eficaz em diferentes contextos e mídias.
5. Utilizar tecnologias digitais para acessar, produzir e compartilhar conhecimento, especialmente em projetos de letramento literário e científico.
6. Desenvolver a capacidade de argumentar com base em evidências, conceitos e teorias científicas e literárias, promovendo discussões e debates críticos.
7. Promover o desenvolvimento da autoestima e autoconfiança, reconhecendo as próprias potencialidades e dificuldades através da leitura e escrita.
8. Trabalhar em equipe de forma cooperativa, valorizando a diversidade de ideias e opiniões em projetos interdisciplinares e oficinas de leitura.
9. Compreender o impacto social, ambiental e cultural das ações humanas, tomando decisões responsáveis e eticamente fundamentadas.
10. Desenvolver a habilidade de interpretar, analisar e compreender diferentes gêneros textuais, incluindo textos literários e científicos.
1. reflexivos e criativos, promovendo a expressão pessoal e a comunicação efetiva.
2. Compreender os aspectos estruturais e semânticos das linguagens literária e científica, analisando o uso da linguagem em diferentes contextos.
3. Utilizar o pensamento matemático para resolver problemas do cotidiano, aplicar conceitos matemáticos em diferentes contextos e desenvolver a modelagem matemática.
4. Expressar ideias e conceitos matemáticos de forma clara e objetiva, utilizando a linguagem apropriada.
5. Desenvolver habilidades de argumentação lógica e provas matemáticas para validar hipóteses e soluções.
6. Promover a compreensão do método científico e sua aplicação em projetos de pesquisa, experimentos e investigações.
7. Analisar o impacto das descobertas científicas e tecnológicas na sociedade e na natureza, promovendo uma compreensão crítica das ciências.
8. Relacionar conceitos científicos com a preservação do meio ambiente, sustentabilidade e questões socioambientais.
9. Estimular a iniciação científica, permitindo que os alunos desenvolvam projetos de pesquisa e aprendam a metodologia científica desde cedo.
10. Incentivar a escrita de textos argumentativos,



EIXO I: LETRAMENTO CIENTÍFICO, MATEMÁTICO E LITERÁRIO

PROPOSIÇÕES DE OFICINAS

CÍRCULOS/PROJETOS DE LEITURA:

- Promover a prática habitual de leitura de textos científicos e literários;
- Viabilizar a aprendizagem de técnicas de leitura e de compreensão de textos;
- Ampliar a capacidade de escrita, composição de textos problematizadores, argumentativos, reflexivos e propositivos e o desenvolvimento juvenil em sua dimensão social e cultural.

ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES:

- Contemplar atividades integradoras de letramento envolvendo múltiplas áreas do conhecimento.
- Promover aprendizagens criativas e críticas, considerando a contextualização de acordo especificidades dos territórios.
- Promover a valorização da leitura, em especial de gêneros literários que envolvem os contextos de cada escola.
- Viabilizar o desenvolvimento da autoestima do educando em relação ao despertar de suas potencialidades e competências como ser multidimensional de acordo suas especificidades;
- Promover tempos e espaços contextualizados e interdisciplinares em articulação com outros projetos da escola e da Secretaria Municipal de Educação.

ATIVIDADES DE APOIO/REFORÇO PEDAGÓGICO.

- Auxílio na realização de atividades do ensino regular com recursos manipuláveis e estratégias de intervenção que promovam a autonomia e o desenvolvimento intelectual, social e motor.
- Oficinas com o uso de metodologias ativas para recompor aprendizagens e desenvolver competências e habilidades que estão em distorção de acordo com a idade/série.
- Intervenções direcionadas para trabalhar competências e habilidades fragilizadas segundo os apontamentos das avaliações externas municipais.
- Ações que fomentem mapeamento e direcionamentos acerca das necessidades e potencialidades de cada turma, de acordo seu ano, nível e contexto territorial.
- Promover a ludicidade por meio de jogos, brincadeiras, atividades teórico/práticas de forma a promover o desenvolvimento integrado.

LETRAMENTO MATEMÁTICO

- Desenvolver oficinas com base na perspectiva da matemática crítica de modo a relacioná-la a questões históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas.
- Promover abordagens estratégicas para recomposição de aprendizagem com base na etnomatemática, na modelagem matemática e na cultura maker.
- Propiciar mapeamento das dificuldades e potencialidades dos alunos de acordo com as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas em cada ano para o letramento matemático.
- Utilizar materiais manipuláveis para trabalhar de modo prático e ilustrativo habilidades matemáticas.
- Desenvolver projetos e problemas partindo do saber popular para a construção do saber científico.
- Equilibrar atividades práticas e teóricas para construção de conceitos matemáticos sólidos e significativos.
- Promover associações entre os contextos familiares e escolares para fundamentar a aplicabilidade matemática em diversos formatos e situações.
- Utilizar materiais acessíveis, recicláveis, do cotidiano, entre outros para estabelecer comparações e relações entre teoria e prática.
- Fazer o uso da educação tecnológica para promover a integração e aplicação matemática em situações do cotidiano e no mundo do trabalho.



EIXO I: LETRAMENTO CIENTÍFICO, MATEMÁTICO E LITERÁRIO

PROPOSIÇÕES DE OFICINAS

LETRAMENTO LITERÁRIO

- 1. Desenvolver oficinas com base na perspectiva do letramento crítico literário, de modo a relacioná-lo a questões históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas. Incentivar os Estudantes a analisar e discutir temas literários que abordam diversidade, justiça social e identidade, promovendo um entendimento mais profundo dos contextos em que as obras são produzidas e lidas.
- 2. Promover abordagens estratégicas para recomposição de aprendizagem com base na literatura de diferentes culturas, na análise crítica de textos e na produção literária criativa. Utilizar metodologias como círculos de leitura, em que os alunos possam compartilhar e discutir suas interpretações de textos, e atividades de escrita criativa que estimulem a expressão pessoal e a construção de narrativas.
- 3. Propiciar mapeamento das dificuldades e potencialidades dos alunos de acordo com as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas em cada ano para o letramento literário. Realizar diagnósticos periódicos, através de avaliações formais e informais, para identificar áreas de melhoria e talentos literários emergentes, adaptando as atividades para atender às necessidades individuais.
- 4. Utilizar materiais ilustrativos, como textos de diferentes gêneros e mídias, para trabalhar de modo prático e ilustrativo habilidades de leitura e escrita. Incorporar o uso de livros digitais, audiolivros e mídias interativas para diversificar as formas de leitura, além de incentivar a criação de projetos multimodais, como blogs, podcasts e vídeos literários.
- 5. Estimular por meio do letramento literário a cognição, expressão, afetividade e expressão, de maneira a ouvir, imaginar, contar, recontar, produzir e conduzir a criatividade, imaginação, interpretação e apreensão das situações concretas e abstratas que circundam as adolescências.
- 6. Incorporar nas práticas cotidianas o trabalho com diversos gêneros literários e suas aplicabilidades, adequado aos contextos de aprendizagem e aos objetivos estabelecidos.
- 7. Promover projetos e abordagens metodológicas que fomentem o letramento literário por meio de situações cotidianas, comportamentos e características da pós-modernidade com vista no uso da literatura para compreender situações e questões socioeconômicas, culturais, políticas, históricas e socioambientais que atravessam a sociedade.

LETRAMENTO CIENTÍFICO

- 1. Promover abordagens estratégicas para recomposição de aprendizagem com base na investigação científica, na experimentação prática e na resolução de problemas reais. Utilizar metodologias como projetos investigativos, onde os alunos possam formular hipóteses, realizar experimentos e apresentar suas conclusões, estimulando a curiosidade e o pensamento científico.
- 2. Organizar visitas a museus de ciência, centros de pesquisa, laboratórios universitários, permitindo que os alunos vejam a ciência em ação e compreendam suas aplicações no mundo real. Realizar feiras de ciências onde os alunos possam apresentar seus próprios projetos de pesquisa, experimentos e invenções, desenvolvendo habilidades de comunicação científica e pensamento crítico.
- 3. Realizar feiras de ciências onde os alunos possam apresentar seus próprios projetos de pesquisa, experimentos e invenções, desenvolvendo habilidades de comunicação científica e pensamento crítico.
- 4. Desenvolver oficinas com base na perspectiva do letramento científico crítico, de modo a relacioná-lo a questões históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas.
- 5. Incentivar os alunos a analisar como a ciência impacta e é impactada por diferentes contextos sociais, promovendo uma compreensão crítica do papel da ciência na sociedade e no desenvolvimento tecnológico.



4

4.3



EIXO I: LETRAMENTO CIENTÍFICO, MATEMÁTICO E LITERÁRIO

PROPOSIÇÕES DE OFICINAS

LETRAMENTO CIENTÍFICO



Incorporar a iniciação científica desde cedo, permitindo que os alunos desenvolvam pequenos projetos de pesquisa sob a orientação de professores, aprendendo a aplicar o método científico, fazer revisões de literatura, coletar e analisar dados, e apresentar seus resultados de forma clara e estruturada. Fornecer orientação e mentoria para ajudar os alunos a identificar áreas de interesse, formular questões de pesquisa e aprender técnicas de investigação científica.

59

4

4.3



Eixo II: TERRITÓRIOS, HUMANIDADES E CIDADANIA

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – 6º AO 9º ANO

EMENTA: Explorar a interseção entre os conceitos de território, humanidades e cidadania, promovendo uma compreensão crítica das dinâmicas sociais, culturais e políticas que moldam as identidades e as práticas cívicas em diferentes contextos visando aprofundar o conhecimento sobre como os territórios influenciam as relações humanas e a construção da cidadania, além de fomentar o debate sobre os desafios e oportunidades para uma convivência democrática e inclusiva.

DIRETRIZES GERAIS:

- Ofertar uma educação de qualidade em tempo estendido como caminho para a asseguarção de direitos humanos e sociais.
- Construir para além dos muros das escolas, com comprometimento ético por meio da inclusão social e promoção do fortalecimento das parcerias entre programas e serviços, organizações governamentais e não governamentais e entre ambientes formais e não formais de ensino.
- Fomentar a perspectiva da escola enquanto um coletivo que buscar compreender as totalidades e contradições sociais, construir e valorizar saberes e possibilidades para ocupar lugares sociais e desenvolver integralmente os diversos sujeitos.
- Fortalecer a compreensão que os diversos espaços comunitários são educadores e promover a participação de atores sociais como agentes educativos.
- Assegurar que o tempo estendido na escola seja sinônimo de mais aprendizagens significativas.
- Construir os ambientes educativos como elos de fortalecimento da participação de outros espaços públicos de forma ressignificada, articulado com um Projeto Político Pedagógico que contemple princípios, ações e participações intersectoriais com foco em uma formação integralizada.
- Viabilizar práticas educativas que tenham como base as diversidades territoriais, os saberes populares enquanto molas propulsoras para o acesso ao saber sistematizado e participação de agentes educadores comunitários como forma de fortalecimentos dos vínculos entre escolas e comunidades com vistas em uma formação das várias dimensões humanas.
- Incentivar a construção de práticas e espaços sustentáveis por meio da inserção de temáticas que debatam aspectos locais e globais, bem como as possibilidades de resolução de problemas que afetam os diversos povos e suas culturas.
- Potencializar a cultura dos direitos humanos com base na promoção da equidade racial, religiosa, cultural, sexual, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade por meio da formação e ação de professores, gestores, coordenadores, currículos, materiais didáticos, participação comunitária de acordo os contextos e demandas de cada território pautadas nas perspectivas de uma educação inclusiva.

DIRECIONAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CURRICULAR INTEGRALIZADA DAS ESCOLAS DE ACORDO ASPECTOS TERRITORIAIS

Os planejamentos das oficinas devem ocorrer com base nas Competências Gerais e específicas de Linguagens, Matemática e Ciências da Natureza do Ensino Fundamental Anos Finais e direcionadas e planejadas pelo educador conforme a idade/ano de cada adolescente com ênfase nas competências e habilidades específicas de cada segmento e com as necessidades de cada turma. Abaixo indica-se algumas competências gerais da BNCC e das áreas do conhecimento do 6º ao 9º ano. Ressalta que o educador deverá construir os planejamentos de modo específico para cada ano e área, conforme as especificidades dos educandos e vinculá-los às competências e habilidades da BNCC e do DCRC, quando possível. Este poderá também propor temáticas e objetivos que dialoguem com os aspectos territoriais.

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuando a aprender e colaborando para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções.

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado com o outro e com o planeta.

Conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e reconhecer suas emoções e as dos outros, com autocritica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo, gerindo sua saúde física e emocional e adotando hábitos saudáveis de vida e de cuidado com o seu corpo e o outro.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.



ALGUMAS PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS, FORAM SUGERIDAS COM BASE NO REFERENCIAL PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ARQUITETURA CURRICULAR E SUAS MATRIZES. DISPONÍVEL EM: <https://biblioteca.instituireuna.org.br/vfinais%206%20ao%209%20anos%20curricular%2011.pdf>

60

4

4.3



Eixo II: TERRITÓRIOS, HUMANIDADES E CIDADANIA

1. Compreender e utilizar conhecimentos das diferentes áreas do saber para interpretar e intervir na realidade.
2. Desenvolver a capacidade de pensar criticamente e de forma criativa sobre questões sociais, culturais e ambientais.
3. Expressar-se de forma clara e eficaz através da linguagem oral, escrita e visual, em diversos contextos e para diferentes finalidades.
4. Trabalhar colaborativamente com outras pessoas, respeitando e valorizando a diversidade e os diferentes pontos de vista.
5. Desenvolver a capacidade de conhecer-se e cuidar de si mesmo de forma responsável e saudável.
6. Assumir uma postura ética e responsável, com consciência dos direitos e deveres, e participar ativamente da vida social e política.
7. Utilizar e integrar as tecnologias digitais de forma ética e crítica, entendendo seu impacto na sociedade e na vida pessoal.
8. Identificar e analisar problemas, buscar soluções e tomar decisões de maneira eficaz e ética.
9. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e social, promovendo a inclusão e a equidade.
1. Adotar práticas sustentáveis e promover a preservação do meio ambiente.
2. Contribuir para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.
3. Reparar violações de direitos humanos.
4. Encorajar a proteção dos direitos das pessoas contra a opressão e a tirania.
5. Desenvolver a dignidade e o valor da pessoa humana.
6. Promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres.
7. Contribuir para o progresso social.
8. Garantir a valorização da história e da cultura afro-brasileira.
9. Promover ações de enfrentamento ao racismo estrutural.

PROPOSIÇÕES DE OFICINAS

- Estudos sobre comunidades e territórios diversos.
- Análise das relações entre espaço, cultura e pertença.
- Explorar técnicas de mapeamento e representação dos territórios, analisando como diferentes grupos e instituições visualizam e representam seus espaços.
- Investigar a história e a cultura local de uma comunidade, compreendendo suas tradições e transformações ao longo do tempo.
- Conhecer e valorizar a comunidade local através da pesquisa e da observação.
- Desenvolver habilidades práticas para a elaboração e implementação de planos de ação voltados para a melhoria da qualidade de vida em comunidades.
- Discutir e propor soluções para questões de justiça social e direitos territoriais, considerando a desigualdade e a inclusão.
- Analisar as desigualdades territoriais e seus impactos sociais e econômicos.
- Questões de justiça social, acesso a recursos e serviços.
- Compreender a importância da sustentabilidade e como as ações individuais e coletivas podem impactar o ambiente local.
- Estratégias para o desenvolvimento sustentável e inclusão.
- Práticas de educação socioambiental crítica.
- Análise multidimensional dos territórios e os impactos nas relações socioambientais.
- Fortalecimento das relações com a terra por meio de práticas agroecológicas e sustentáveis.
- Globalização e suas implicações para a cidadania e os territórios.
- Conflitos e cooperação internacional: estudo de conflitos territoriais e movimentos de integração.

61

4

4.3



Eixo II: TERRITÓRIOS, HUMANIDADES E CIDADANIA

PROPOSIÇÕES DE OFICINAS

- Analisar como a cultura visual (arte, fotografia, design) contribui para a construção da identidade territorial e individual.
- Impacto das humanidades na compreensão das dinâmicas sociais e culturais.
- Métodos e abordagens das humanidades para analisar questões contemporâneas.
- Discussão sobre a relevância das humanidades na formação crítica e ética.
- Tecnologias e novas formas de organização territorial e cívica.
- Compreender os direitos e deveres dos cidadãos e como eles se aplicam no cotidiano.
- Aplicar conceitos de cidadania e direitos em situações práticas, simulando cenários de engajamento cívico e político.
- Explorar como as tecnologias digitais podem ser usadas para promover a cidadania e a participação cívica.
- Promoção de práticas em Educação em Direitos Humanos, com ênfase na formação da cultura do respeito à dignidade humana. Bem como encetar os valores, a promoção e vivências de valores de justiça, solidariedade, cooperação, paz e tolerância.

EXEMPLIFICAÇÕES:

Aulas de campo dentro e fora da escola por meio de parcerias com a comunidades e outros setores;
Promoção da investigação científica a partir do saber popular;
Oficinas de Mapeamento Comunitário;
Exposições de Representação Espacial;
Pesquisas Históricas Locais;
Projetos de Memória Comunitária;
Oficinas de Planejamento Participativo;
Debates e Discussões;
Simulações de Políticas Públicas;
Estudos de Caso Multidisciplinares;
Mapeamento de Recursos e Serviços;
Projetos de Sustentabilidade Local;
Workshops de Tecnologias Digitais;
Projetos Interdisciplinares;
Projetos de Pesquisa Comunitária;
Construção de acervos históricos da comunidade e da escola;
Aulas de campo;
Estudo dirigido em sala;
Caminhos pedagógicos de acordo com as realidades;
Incentivo a pesquisa teórico/prática;
Levantamento de problemas socioambientais que circundam a comunidade e investigação desses por meio do saber científico;
Rodas de conversas, entrevistas, escutas sensíveis com agentes sociais externos da comunidade e de outros setores sociais;
Parcerias com outras secretarias para o desenvolvimento integral do sujeito;
Promoção de eventos em parceria com a comunidade;

62

4

4.3



EIXO III: CULTURA, ARTE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS – 1º AO 5º ANO

Ementa: O eixo tem como foco trabalhar aspectos culturais pertencentes aos territórios que envolvem os povos tradicionais, em especial os povos tradicionais quilombolas, bem como fomentar apreciação, estudo, investigação e produção artísticas, principalmente as que compõem o território e outros espaços, com ênfase em fomentar uma compreensão crítica de fatores sociais, históricos e econômicos que permeiam a produção artística e o desenvolvimento de experiências estéticas e prazerosas. Além disso busca-se ensinar a educação patrimonial a partir de aspectos que compõem cada espaço, projetos e ambientes municipais que já fomentam essa perspectiva, bem como a compreensão da importância do patrimônio para formação cultural, histórica e crítica dos indivíduos.

DIRETRIZES GERAIS:

- Ofertar uma educação de qualidade em tempo estendido como caminho para a asseguarção de direitos humanos e sociais.
- Construir para além dos muros das escolas, com comprometimento ético por meio da inclusão social e promoção do fortalecimento das parcerias entre programas e serviços, organizações governamentais e não governamentais e entre ambientes formais e não formais de ensino.
- Fomentar a perspectiva da escola enquanto um coletivo que buscar compreender as totalidades e contradições sociais, construir e valorizar saberes e possibilidades para ocupar lugares sociais e desenvolver integralmente os diversos sujeitos.
- Fortalecer a compreensão que os diversos espaços comunitários são educadores e promover a participação de atores sociais como agentes educativos.
- Assegurar que o tempo estendido na escola seja sinônimo de mais aprendizagens significativas.
- Construir os ambientes educativos como elos de fortalecimento da participação de outros espaços públicos de forma ressignificada, articulado com um Projeto Político Pedagógico que contemple princípios, ações e participações intersectoriais com foco em uma formação integralizada.
- Viabilizar práticas educativas que tenham como base as diversidades territoriais, os saberes populares enquanto molas propulsoras para o acesso ao saber sistematizado e participação de agentes educadores comunitários como forma de fortalecimentos dos vínculos entre escolas e comunidades com vistas em uma formação das várias dimensões humanas.
- Incentivar a construção de práticas e espaços sustentáveis por meio da inserção de temáticas que debatam aspectos locais e globais, bem como as possibilidades de resolução de problemas que afetam os diversos povos e suas culturas.
- Potencializar a cultura dos direitos humanos com base na promoção da equidade racial, religiosa, cultural, sexual, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade por meio da formação e ação de professores, gestores, coordenadores, currículos, materiais didáticos, participação comunitária de acordo os contextos e demandas de cada território pautadas nas perspectivas de uma educação inclusiva.

DIRECIONAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CURRICULAR INTEGRALIZADA DAS ESCOLAS DE ACORDO ASPECTOS TERRITORIAIS

Os planejamentos das oficinas devem ocorrer com base nas Competências Gerais da Base Nacional Comum direcionadas e planejadas pelo educador conforme a idade ano de cada criança com ênfase nas competências e habilidades específicas de cada segmento e com as necessidades de cada turma, características territoriais, aspectos artísticos/culturais/históricos de cada espaço.

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

63



EIXO III: CULTURA, ARTE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

PROPOSIÇÕES PRÁTICAS

- ✎ Criação de objetos construídos manualmente a partir de saberes e fazeres locais como a exemplo do uso da palha, do barro, das rendas, bordados, adereços e outras formas. De modo a considerar a técnica enquanto fator cultural vivo nas comunidades, produtoras de relações sociais, culturais e econômicas, transmitida de geração em geração. De modo a promover a expressão da arte espontânea, ingênua mediada por crenças, saberes e tradições e experiências que viabilizem construir visões de mundo, valores e princípios a partir de produções artesanais próprias do território.
- ✎ O trabalho com a formação de banda, fanfarras, canto coral, grupos de Dança e outras formas de organização, deve promover a autoestima das crianças e jovens, integração sociocultural, desenvolver o espírito de equipe, bem como o reconhecimento e recriação de culturas populares e movimentos que fazem parte das vivências e experiências dos educandos. As atividades que envolvem o uso da voz, deve auxiliar no aprimoramento de técnicas vocais a partir de aspectos sensoriais, afetivo, intelectual e sócio emocional, de maneira a expressar-se livremente por meio da música e tornar-se um ouvinte atento e sensível as linguagens transmitidas pelo som, ressalta-se que as ações devem promover a socialização, contato com as comunidades e valorização da cultura popular.
- ✎ Propõe-se também o incentivo da prática de capoeira, com vistas no desenvolvimento, cultural, social, intelectual, afetivo, socioemocional das crianças e adolescentes, com vistas em enfatizar aspectos, físicos, estéticos, sociais, culturais e ressaltar a origem étnica, as transformações ocorridas ao longo do tempo seus fundamentos, instrumentos, cânticos, músicas, jogo, rodas, organização dos mestres e rituais, dialogando e investigando as significações de cada um desses aspectos.
- ✎ Pode-se também fomentar oficinas do Cineclubes para produzir e realizar sessões cinematográficas, como a exemplo de curadorias, divulgação, orientações acerca de técnicas de operações de equipamento, promoção de debates e investigações acerca do processo de modo a valorizar produções locais e globais que tenham impacto nos territórios. Bem como o trabalho com modelos sustentáveis para exibição gratuita conforme os direitos autorais de obras patrimoniais e produções atuais, para além do trabalho com a história do cinema, cidadania audiovisual e linguagem. Pautados na produção e estudo de recursos audiovisuais que valorizem manifestações culturais e sociais das comunidades.
- ✎ A promoção de oficinas de danças sejam elas coletivas ou individuais, devem explorar modalidades regionais, contemporâneas, populares, clássicas, circulares, entre outras e viabilizar o desenvolvimento motor e psicológico favorecendo a apropriação de ritmos, espaços, subjetivações, coordenações motoras, relaxamento e movimentos corporais ritmados ou não, com ênfase na liberdade de expressão do corpo por meio do movimento.
- ✎ A literatura de cordel, enquanto uma manifestação artístico-cultural da cultura popular nordestina registra poeticamente a história de um povo e deve promover a expressão oral e escrita de modo artístico e poético, de maneira a respeitar as características do gênero, sua forma de organização e divulgação deve compor momentos artísticos em oficinas interativas que valorizem manifestações dentro da linguagem para emitir e denunciar aspectos sociais, culturais e históricos que circundam o Nordeste e outros aspectos, bem como incentive a leitura e produção do gênero.
- ✎ O estudo e práticas de desenho devem introduzir o conhecimento teórico-prático da linguagem visual, induzir o processo criativo e experiências o desenho enquanto um meio de comunicação, conhecimento e expressão artística.
- ✎ Explora-se a memória, observação, sensibilidade, técnicas, experiências estéticas e desenvolvimento intelectual e sócio emocional.
- ✎ As oficinas de músicas devem explorar elementos técnico-musicais, trabalho cooperativo em grupo, respeito mútuo, abordagem crítica, solidariedade, autonomia, sensibilização, relaxamento, investigação de contextos e histórias que emergem dos diversos gêneros musicais. Bem como o contato com peças de diferentes estilos musicais, contato com percussão corporal, dinâmicas de grupo, produção e apreciação musical, jogos musicais, construção de instrumentos musicais e as relações culturais e populares.
- ✎ Orienta-se também o trabalho com o Hip Hop enquanto uma expressão cultural juvenil e traços identitários locais e globais de modo a protagonizar os jovens na construção de seus processos de desenvolvimento.
- ✎ Propõe-se também o ensino Coletivo de Cordas e iniciação musical por meio da flauta doce para recriação de culturas populares e incentivo à cooperação, autonomia, respeito, senso crítico e contato com a música como manifestação de relações sociais e culturais.
- ✎ A prática e estudo das técnicas e manifestações da pintura tem como foco o desenvolvimento intelectual, emocional, social, físico, estético, perceptivo e crítico. Entendendo a pintura como arte, não apenas em telas, como também as pinturas corporais que revelam traços culturais, religiosos, étnicos e sociais de grupos tradicionais. Deve-se também trabalhar com técnicas tradicionais, clássicas, contemporâneas, populares e experimentais de modo a viabilizar a compreensão da função social e artística das pinturas.
- ✎ Outras possibilidades são o trabalho com esculturas, grafite e o mosaico favorecendo a criação emocional, social, física, experiências estéticas, contato com linguagens visuais bi e tridimensionais, que podem contextualizar áreas como geometria plana e espacial, representações gráficas, entre outras.

4

4.3



EIXO III: CULTURA, ARTE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

PROPOSIÇÕES PRÁTICAS

-  Outras possibilidades são o trabalho com esculturas, grafite e o mosaico favorecendo a criação emocional, social, física, experiências estéticas, contato com linguagens visuais bi e tridimensionais, que podem contextualizar áreas como geometria plana e espacial, representações gráficas, entre outras.
-  Propõe-se também a realização de práticas circenses com foco em promover a saúde e educação por meio da cultura corporal e popular, ensejando a valorização do patrimônio cultural circense, bem como promover o acesso a outras manifestações de movimento e cultura. Outra possibilidade são os jogos teatrais que tem o potencial de organizar relações coletivas, comunicação oral e não oral e expressão em diversas linguagens.
-  Outra proposição é a organização de salas temáticas para estudo de línguas estrangeiras de forma a oferecer o aluno a oportunidade de contatar línguas estrangeiras de modo oral escrito e com outras imersões em culturas estrangeiras como o trabalho com materiais de estudo, conversação, músicas, filmes, livros, documentários, noticiários, peças teatrais, interação com falantes de outras línguas ou com instituições parceiras que trabalham outros idiomas, jogos e brincadeiras arranjadas coletivamente ou individualmente enfatiza-se que para além do contato com línguas estrangeiras pode-se investigar e trabalhar com línguas de origem africana, indígena e outros povos tradicionais importantes para construção da nossa língua e da nossa história.
-  Dispõe-se a importância de articular parcerias intersetoriais e externas para o trabalho com projetos patrimoniais que o município já desenvolve, bem como outras atividades artísticas e culturais mediadas por fazedores de culturas com vistas em valorizar o patrimônio cultural e natural do município.
-  Destaca-se que todas as atividades direcionadas podem ser articuladas coletivamente com a comunidade de modo a fortalecer vínculos indispensáveis para o processo de ensino aprendizagem.
-  A cultura digital e as tecnologias educacionais também são campos cheios de possibilidades e urgentes para o cenário pós-moderno, com o objetivo de desenvolver criticamente os educandos para a era digital, bem como capacitá-los para novas demandas ensejadas pelas recentes mudanças sociais.

65

4

4.3



EIXO IV: PRÁTICAS ESPORTIVAS JOGOS/ BRINCADEIRAS/ EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS – 1º AO 5º ANO

Ementa: O eixo tem como foco trabalhar a iniciação ao desporto por meio da prática de modalidades esportivas, bem como de brincadeiras que fazem parte da cultura local e global, de modo lúdico e favorável para o desenvolvimento psicossocial e físico. O eixo também propõe o trabalho com Educação Tecnológica, com foco no manuseio de recursos tecnológicos digitais e reflexões críticas acerca do seu uso, análise investigativa de ambientes de redes sociais, com enfoques interdisciplinares, visando também o fomento da produção audiovisual com vistas à valorização cultural e histórica do território.

DIRETRIZES GERAIS:

- Ofertar uma educação de qualidade em tempo estendido como caminho para a asseguarção de direitos humanos e sociais.
- Construir para além dos muros das escolas, com comprometimento ético por meio da inclusão social e promoção do fortalecimento das parcerias entre programas e serviços, organizações governamentais e não governamentais e entre ambientes formais e não formais de ensino.
- Fomentar a perspectiva da escola enquanto um coletivo que buscar compreender as totalidades e contradições sociais, construir e valorizar saberes e possibilidades para ocupar lugares sociais e desenvolver integralmente os diversos sujeitos.
- Fortalecer a compreensão que os diversos espaços comunitários são educadores e promover a participação de atores sociais como agentes educativos.
- Assegurar que o tempo estendido na escola seja sinônimo de mais aprendizagens significativas.
- Construir os ambientes educativos como elos de fortalecimento da participação de outros espaços públicos de forma ressignificada, articulado com um Projeto Político Pedagógico que contemple princípios, ações e participações interstoriais com foco em uma formação integralizada.
- Viabilizar práticas educativas que tenham como base as diversidades territoriais, os saberes populares enquanto molas propulsoras para o acesso ao saber sistematizado e participação de agentes educadores comunitários como forma de fortalecimentos dos vínculos entre escolas e comunidades com vistas em uma formação das várias dimensões humanas.
- Incentivar a construção de práticas e espaços sustentáveis por meio da inserção de temáticas que debatam aspectos locais e globais, bem como as possibilidades de resolução de problemas que afetam os diversos povos e suas culturas.
- Potencializar a cultura dos direitos humanos com base na promoção da equidade racial, religiosa, cultural, sexual, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade por meio da formação e ação de professores, gestores, coordenadores, currículos, materiais didáticos, participação comunitária de acordo os contextos e demandas de cada território pautadas nas perspectivas de uma educação inclusiva.

DIRECIONAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CURRICULAR INTEGRALIZADA DAS ESCOLAS DE ACORDO ASPECTOS TERRITORIAIS

Os planejamentos das oficinas devem ocorrer com base nas Competências Gerais da Base Nacional Comum direcionadas e planejadas pelo educador conforme a idade ano de cada criança com ênfase nas competências e habilidades específicas de cada segmento e com as necessidades de cada turma, características territoriais, aspectos artísticos/culturais/históricos de cada espaço.

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

66



EIXO IV: PRÁTICAS ESPORTIVAS JOGOS/ BRINCADEIRAS/ EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

PROPOSIÇÕES PRÁTICAS

-  Propõe-se a prática do atletismo; Basquete; Futebol; Futsal; Handebol; Voleibol; Natação; Tênis de Campo; Tênis de Mesa; Xadrez Tradicional e Xadrez Virtual com foco no desenvolvimento integral do educando por meio da socialização, cuidado à saúde, desenvolvimento físico e intelectual de forma individual e coletiva.
-  Oficinas de Judo; Karatê; Taekwondo; Jiu-Jitsu; Muay Thai; Boxe; Kung Fu; Capoeira; Artes Marciais Mistas(MMA) podem estimular o desenvolvimento cultural, social, intelectual, afetivo e emocional de crianças e adolescentes, bem como aproximá-los da história das artes marciais no Brasil e no mundo de modo a entender seus impactos sociais e históricos.
-  Pode-se sugerir a prática com brincadeiras de rua circuitos com pneus e tábuas, brincadeira com cordas e tecidos, corrida com sacos e obstáculos, equilíbrio com pernas de pau, baleada, basquete de rua, entre outras, ressalta-se a importância de investigar e conhecer brincadeiras e jogos que fazem parte da cultura de cada comunidade e explorá-las de modo pedagógico com vistas na valorização dos territórios, fortalecimentos de vínculos, desenvolvimento motor e cognitivo.
-  Corrida de orientação com vistas em trabalhar mapas de orientação com relevo, vegetação, hidrografia, edificações e outros por meio de símbolos e significações que auxiliem no desenvolvimento da lateralidade, noções de localização e concepções de trabalho coletivo.
-  A ginástica rítmica também é uma possibilidade de combinar o desenvolvimento da força, precisão e equilíbrio, concentração, disciplina e desenvolvimento corporal com exercícios de solo, acrobáticos, coreografados.
-  Sugere-se também a recreação e lazer, por meio de brinquedotecas, produção de brinquedos antigos manuais, momentos de interação de grupo com proposições lúdicas de forma a proporcionar saúde, alegria, distração de desenvolvimento de habilidades socioemocionais e motoras.
-  Outra possibilidade é o yoga/meditação com ênfase em estimular o funcionamento do cérebro, controle da respiração, controle da energia vital, a criatividade, inteligência e controle emocional de modo a acalmar o cérebro e o fluxo de pensamentos.
-  Destaca-se que em todas as atividades pode-se fazer o uso de tecnologias educacionais, estudos teóricos por meio de outras experiências estéticas, materiais e recursos para aprofundar a significação das práticas.
-  É importante também viabilizar momentos de interações livres para que crianças e jovens se relacionem de acordo com suas necessidades e criatividade.
-  Tem-se também a possibilidade de trabalhar com jogos de tabuleiro de xadrez, damas, dominó, mancala, jogo da memória, trilhas de tabuleiro, quatro linhas, entre outros. Destaca-se a importância de investigar jogos de tabuleiros que fazem parte das vivências comunitárias, das histórias de cada povo, das significações e marcos culturais que estão intrínsecos nestes.



5



A matriz curricular e o calendário escolar das unidades com oferta em tempo integral deverão demonstrar a jornada mínima legal, a integração entre os componentes curriculares e as experiências diversificadas, bem como os tempos de alimentação, higiene, descanso, cuidado, convivência, brincadeira e deslocamento quando aplicável. A organização diária deverá ser adequada à faixa etária e às necessidades dos estudantes, evitando a repetição de atividades, a fragmentação curricular e a sobrecarga física ou cognitiva.

A organização da carga horária nas escolas de tempo integral deve considerar, primordialmente, a realidade e o contexto educacional específicos de cada instituição de ensino. É essencial que as particularidades de cada escola sejam respeitadas, permitindo ajustes nos horários e nas atividades de maneira a atender às necessidades particulares de cada comunidade escolar. Dessa forma, busca-se assegurar uma educação de qualidade, adaptada ao perfil dos alunos e às demandas locais.

Os modelos ilustrativos de carga horária apresentados, baseados em 40 e 35 horas semanais, servem como referência para a estruturação do tempo escolar. Tais modelos exemplificam a distribuição de 35 horas semanais, podendo ser organizadas em 5 dias ou em 3 dias por semana. No entanto, é fundamental que a implementação prática desses modelos considere a viabilidade e a adequação à realidade de cada instituição.

No contexto das escolas de tempo integral, é imprescindível que os componentes da base comum e os eixos temáticos sejam integrados de maneira coesa e articulada. A integração curricular deve ser buscada de forma a evitar a separação rígida entre os diferentes componentes, promovendo uma experiência educacional contínua e interconectada. Tal abordagem visa a fortalecer a unidade e a coesão do processo de ensino-aprendizagem, garantindo que os alunos possam vivenciar uma formação integral que abarque tanto os conhecimentos acadêmicos quanto às habilidades e competências essenciais para o pleno desenvolvimento pessoal e social.

A separação entre turnos ou a ausência de uma articulação eficaz entre os componentes curriculares e os eixos temáticos pode comprometer a efetividade do modelo de educação integral, desvirtuando seus objetivos centrais. Assim, é de suma importância que as escolas planejem e implementem suas jornadas de maneira integrada, buscando, com isso, oferecer uma formação que prepare os estudantes de forma holística para os desafios e exigências da sociedade contemporânea, respeitando, ao mesmo tempo, a carga horária mínima estipulada por regulamentação.

ORIENTAÇÕES PARA CARGA HORÁRIA:

1. AS TABELAS APRESENTADAS SÃO DE CARÁTER ILUSTRATIVO, BASEADAS EM CARGAS HORÁRIAS DE 40 E 35 HORAS SEMANAIS.
 2. A DISTRIBUIÇÃO DAS 35 HORAS SEMANAIS PODE SER EXEMPLIFICADA EM DOIS FORMATOS: DIVIDIDOS EM 5 DIAS OU EM 3 DIAS POR SEMANA.
 3. A DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO E DOS HORÁRIOS DEVE SER AJUSTADA CONFORME A REALIDADE DE CADA ESCOLA.
 4. AS AULAS DA BASE COMUM E DOS EIXOS TEMÁTICOS DEVEM SER ORGANIZADAS DE FORMA INTEGRADA, EVITANDO A SEPARAÇÃO ENTRE TURNOS E CONTRATURNOS.
 5. NÃO DEVE HAVER SOBREPOSIÇÃO DE TURNOS NAS PROGRAMAÇÕES.
- DIRETRIZES COM BASE NA LEI Nº 14.640:
- CONFORME A LEI Nº 14.640, A JORNADA DE TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DEVE SEGUIR DIRETRIZES ESPECÍFICAS, COM UMA CARGA HORÁRIA MÍNIMA OBRIGATÓRIA.
 - PARA QUE UMA MATRÍCULA SEJA CONSIDERADA EM TEMPO INTEGRAL, O ESTUDANTE DEVE CUMPRIR UMA CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 7 HORAS DIÁRIAS OU 35 HORAS SEMANAIS.
 - ESTE TEMPO DE 35 HORAS SEMANAIS PODE SER DIVIDIDO EM DOIS TURNOS, DESDE QUE SEJA RESPEITADA A CARGA HORÁRIA MÍNIMA E QUE NÃO HAJA SOBREPOSIÇÃO ENTRE OS TURNOS AO LONGO DE TODO O PERÍODO LETIVO.

69

5 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA



TEMPO INTEGRAL 40H/AULA DE 50 MIN- ANOS FINAIS							
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	ANOS				
			6º	7º	8º	9º	
	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5	5	5	
		ARTE	2	2	2	2	
		LÍNGUA ESTRANGEIRA	2	2	2	2	
		EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2	
	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	5	5	5	5	
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS	3	3	3	3	
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	2	2	2	
		GEOGRAFIA	2	2	2	2	
	ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	1	1	1	1	
		TOTAL DE AULAS	24	24	24	24	
PARTE DIVERSIFICADA	EIXOS TEMÁTICOS	EIXO I: LETRAMENTO CIENTÍFICO, MATEMÁTICO E LITERÁRIO	5	5	5	5	
		EIXO II: TERRITÓRIOS, HUMANIDADES E CIDADANIA	3	3	3	3	
		EIXO III: CULTURA, ARTE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	3	3	3	3	
		EIXO IV: PRÁTICAS ESPORTIVAS/JOGOS/BRINCADEIRAS /EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	3	3	3	3	
			TOTAL DE AULAS	14	14	14	14
	DISCIPLINAS DIVERSIFICADAS DA REDE	HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA- HABI	0	0	2	2	
		DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE- DHMA	2	2	0	0	
		TOTAL DE AULAS	2	2	2	2	
		AULAS SEMANAIS	40	40	40	40	

5 EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS



EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS- 45H/50 MIN- ANOS FINAIS					
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
AULA 1	BC	BC	BC	ET	ET
AULA 2	BC	ET	ET	BC	BC
INTERVALO DE 30 MIN					
AULA 3	BC	BC	ET	ET	ET
AULA 4	ET	BC	BC	BC	BC
ALMOÇO 1H E 30 MIN					
AULA 5	BC	ET	ET	BC	BC
AULA 6	ET	BC	BC	BC	ET
INTERVALO DE 30 MIN					
AULA 7	BC	ET	BC	ET	BC
AULA 8	BC	ET	BC	BC	ET
	BC	BASE COMUM	ET	EIXO TEMÁTICO	

5 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA



TEMPO INTEGRAL 35H/AULA DE 50 MIN- ANOS FINAIS							
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	ANOS				
			6º	7º	8º	9º	
	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	4	
		ARTE	2	2	2	2	
		LÍNGUA ESTRANGEIRA	2	2	2	2	
		EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2	
	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	4	4	4	4	
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS	2	2	2	2	
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	2	2	2	
		GEOGRAFIA	2	2	2	2	
ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	1	1	1	1		
		TOTAL DE AULAS	21	21	21	21	
PARTE DIVERSIFICADA	EIXOS TEMÁTICOS	EIXO I: LETRAMENTO CIENTÍFICO, MATEMÁTICO E LITERÁRIO	2	2	2	2	
		EIXO II: TERRITÓRIOS, HUMANIDADES E CIDADANIA	2	2	2	2	
		EIXO III: CULTURA, ARTE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	1	1	1	1	
		EIXO IV: PRÁTICAS ESPORTIVAS/JOGOS/BRINCADEIRAS /EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	2	2	2	2	
			TOTAL DE AULAS	7	7	7	7
	DISCIPLINAS DIVERSIFICADAS DA REDE	HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA- HABI	0	0	2	2	
		DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE- DHMA	2	2	0	0	
		TOTAL DE AULAS	2	2	2	2	
		AULAS SEMANAIS	30	30	30	30	

5 EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS



EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS- 35H/60 MIN- ANOS FINAIS (5 DIAS POR SEMANA)					
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	
AULA 1	BC	BC	BC	ET	BC
AULA 2	BC	ET	BC	BC	BC
INTERVALO DE 30 MIN					
AULA 3	BC	BC	ET	BC	ET
AULA 4	ET	BC	BC	BC	BC
ALMOÇO 1H E 15 MIN					
AULA 5	BC	ET	ET	BC	BC
AULA 6	ET	BC	BC	BC	ET
LANCHE 15 MIN					
	BC	BASE COMUM	ET	EIXO TEMÁTICO	

5 EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS



EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS- 45H/50 MIN- ANOS FINAIS (3 DIAS POR SEMANA)

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
AULA 1	BC	BC	BC	BC	ET
AULA 2	BC	ET	ET	BC	BC
INTERVALO DE 30 MIN					
AULA 3	BC	BC	BC	ET	BC
AULA 4	ET	BC	ET	BC	BC
ALMOÇO 1H E 30 MIN					
AULA 5	BC		BC		BC
AULA 6	ET		BC		ET
INTERVALO DE 30 MIN					
AULA 7	BC		BC		BC
AULA 8	ET		ET		ET
	BC	BASE COMUM	ET	EIXO TEMÁTICO	

5 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA



TEMPO INTEGRAL 45H/AULA DE 50 MIN- ANOS INICIAIS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	ANOS					
			1º	2º	3º	4º	5º	
		LÍNGUA PORTUGUESA	6	6	6	6	6	
		ARTE	1	1	1	1	1	
		EDUCAÇÃO FÍSICA	1	1	1	1	1	
		MATEMÁTICA	6	6	6	5	5	
		CIÊNCIAS DA NATUREZA	2	2	2	2	2	
		CIÊNCIAS HUMANAS	2	2	2	2	2	
		GEOGRAFIA	2	2	2	2	2	
		ENSINO RELIGIOSO	0	0	0	1	1	
		TOTAL DE AULAS	20	20	20	20	20	
PARTE DIVERSIFICADA	EIXOS TEMÁTICOS	EIXO I: ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO/ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS	7	7	7	7	7	
		EIXO II: SABERES SOCIAIS DA TERRA	5	5	5	5	5	
		EIXO III: CULTURA, ARTE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	4	4	4	4	4	
		EIXO IV: PRÁTICAS ESPORTIVAS/JOGOS/BRINCADEIRAS /EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	4	4	4	4	4	
				TOTAL DE AULAS	20	20	20	20
			AULAS SEMANAIS	40	40	40	40	40

5 EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS



EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS- 45H/50 MIN- ANOS INICIAIS					
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
AULA 1	BC	ET	BC	ET	BC
AULA 2	BC	BC	ET	BC	ET
INTERVALO DE 30 MIN					
AULA 3	BC	BC	ET	ET	ET
AULA 4	ET	BC	BC	BC	ET
ALMOÇO 1H E 30 MIN					
AULA 5	BC	ET	ET	BC	BC
AULA 6	ET	BC	BC	BC	ET
INTERVALO DE 30 MIN					
AULA 7	BC	ET	BC	ET	BC
AULA 8	ET	ET	ET	ET	ET
	BC	BASE COMUM	ET	EIXO TEMÁTICO	

5 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA



TEMPO INTEGRAL 35H/AULA DE 50 MIN- ANOS INICIAIS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	ANOS				
			1º	2º	3º	4º	5º
		LÍNGUA PORTUGUESA	6	6	6	6	6
		ARTE	1	1	1	1	1
		EDUCAÇÃO FÍSICA	1	1	1	1	1
		MATEMÁTICA	6	6	6	5	5
		Ciências DA NATUREZA	2	2	2	2	2
		Ciências HUMANAS	2	2	2	2	2
		GEOGRAFIA	2	2	2	2	2
		ENSINO RELIGIOSO	0	0	0	1	1
				</			

5 EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS



EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS- 35H/50 MIN- ANOS INICIAIS (5 DIAS POR SEMANA)					
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
AULA 1	BC	BC	BC	ET	BC
AULA 2	BC	ET	BC	BC	BC
INTERVALO DE 30 MIN					
AULA 3	BC	BC	ET	BC	ET
AULA 4	ET	BC	BC	BC	BC
ALMOÇO 1H E 30 MIN					
AULA 5	BC	ET	ET	BC	BC
AULA 6	ET	BC	BC	ET	ET
	BC	BASE COMUM	ET	EIXO TEMÁTICO	

5 EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS



EXEMPLO DE QUADRO DE HORÁRIOS- 35H/50 MIN- ANOS INICIAIS (3 DIAS POR SEMANA)					
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
AULA 1	BC	BC	BC	BC	ET
AULA 2	BC	ET	BC	BC	BC
INTERVALO DE 30 MIN					
AULA 3	BC	ET	BC	ET	BC
AULA 4	ET	BC	ET	BC	BC
ALMOÇO 1H E 30 MIN					
AULA 5	BC		BC		BC
AULA 6	ET		BC		ET
INTERVALO DE 30 MIN					
AULA 7	BC		BC		BC
AULA 8	ET		ET		ET
	BC	BASE COMUM	ET	EIXO TEMÁTICO	



6



A Secretaria Municipal de Educação promoverá a formação continuada dos profissionais envolvidos na Educação Integral em Tempo Integral, articulada ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das unidades escolares e às necessidades identificadas pela rede. A formação contemplará temas relacionados à organização curricular e à articulação das práticas pedagógicas, ao planejamento interdisciplinar, à avaliação formativa, à inclusão e à acessibilidade, à educação para as relações étnico-raciais, à educação do campo e quilombola, à proteção integral dos estudantes, à participação estudantil, à articulação intersetorial e ao uso pedagógico dos territórios educativos. As ações formativas envolverão docentes, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e demais profissionais que atuam na jornada ampliada, respeitadas suas atribuições, as especificidades de suas funções e a legislação vigente.

A formação continuada de professores é um elemento essencial para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, pois garante que os profissionais da educação estejam constantemente atualizados e preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade em transformação. Em um cenário educacional marcado por inovações pedagógicas, mudanças tecnológicas e novas demandas sociais, culturais, políticas, socioambientais e socioeconômicas a formação continuada se apresenta como uma ferramenta indispensável para a qualificação docente. Pois, promove a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, fortalece o compromisso com o aprendizado ao longo da vida e possibilita que os educadores adquiram novos conhecimentos e habilidades, fundamentais para aprimorar sua atuação em sala de aula. Dessa forma, a formação continuada contribui diretamente para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, impactando positivamente a formação dos alunos e o desenvolvimento da sociedade como um todo.

A trajetória da formação continuada de professores no Brasil é marcada por desafios e avanços, refletindo as necessidades sociais, políticas e educacionais ao longo do tempo. Desde o período colonial, quando a educação era voltada para a catequese e o ensino básico, até os dias atuais, a formação de professores passou por transformações significativas. No início, a preocupação com a formação docente era reduzida, com as primeiras iniciativas surgindo apenas no século XIX, quando foram criadas as escolas normais, instituições destinadas à formação de professores para o ensino básico.

Durante o Império, a educação ainda era elitista e restritiva, mas foi nesse período que surgiram as primeiras legislações voltadas para a organização do ensino. No entanto, a formação continuada, tal como a entendemos hoje, só começou a se consolidar com o passar das décadas. No século XX, especialmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, o Brasil passou a desenvolver políticas educacionais mais consistentes. Contudo, foi apenas na década de 1990, com a nova LDB (Lei nº 9.394/1996), que a formação continuada foi estabelecida como um direito e um dever para os profissionais da educação.

A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (LDB). As alterações introduzidas pela Lei nº 12.796 têm implicações significativas para a formação de professores e abordam aspectos essenciais da formação docente. A lei estabelece a formação mínima para o exercício da docência na educação básica e prevê mecanismos para a permanência dos docentes nos cursos de licenciatura, como bolsas de iniciação à docência para estudantes desses cursos.

O artigo 62-A reitera a importância da formação continuada, estabelecendo que ela deve ser garantida e pode ocorrer no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior. Isso inclui cursos de educação profissional, graduação plena ou tecnológica e pós-graduação.

79

6



Essas alterações visam assegurar que os profissionais da educação tenham uma formação inicial sólida e contínua, facilitando o acesso à formação e promovendo políticas que apoiem o desenvolvimento profissional contínuo dos docentes.

A partir dessa lei, o Estado assumiu um papel mais ativo na promoção de programas de formação, reconhecendo que a constante atualização dos professores é essencial para acompanhar as transformações sociais e tecnológicas. Com a criação de políticas públicas e programas como o Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a formação continuada tornou-se um eixo central para garantir a qualidade da educação básica no país.

O município de Caetité, no Estado da Bahia, a partir dos indicadores educacionais e da importância de uma formação continuada robusta para seus profissionais da educação, com vista na equalização e qualificação da educação pública instituiu o Núcleo Educacional de Avaliação e Formação (NEAF). A criação do NEAF, conforme o Decreto nº 059, de 14 de setembro de 2022, demonstra um compromisso com a melhoria contínua da qualidade educacional e com o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME). O NEAF foi projetado para promover a formação continuada, a avaliação e o acompanhamento da educação na rede pública municipal, refletindo um esforço para alinhar práticas pedagógicas com as diretrizes nacionais e municipais.

A formação continuada de professores é essencial para o aprimoramento da prática pedagógica e para a implementação efetiva da educação integral. Por meio de programas de formação, os educadores têm a oportunidade de atualizar seus conhecimentos, refletir sobre suas práticas e desenvolver novas competências que atendam às necessidades dos estudantes. O NEAF, ao proporcionar espaços de formação pedagógica continuada, estimula a reflexão crítica sobre a prática docente, promove o estudo teórico e prático, sensibiliza os profissionais para a importância da formação contínua e promove o compartilhamento de experiências. Essa abordagem não apenas contribui para a melhoria da qualidade do ensino, mas também fortalece a capacidade dos professores de lidar com as demandas e desafios da educação integral.

Destaca-se que no ano de 2024, em consonância com o processo de implementação da educação integral em algumas escolas do Ensino Fundamental anos iniciais e com a concretização da política de educação integral a partir do Programa Escola Tempo Integral, o núcleo de formação passou a ofertar formações, voltadas para docentes, educadores sociais e coordenadores que estavam atuando nas escolas em processo de implementação, para além do suporte na construção de planejamento e mapeamento a partir dos indicadores educacionais, para dialogar temáticas que se conectam com as realidades escolares e com a proposição da política em construção.

Além disso, a estrutura funcional do NEAF, que inclui diretorias específicas para formação continuada, avaliação externa e monitoramento, e acompanhamento à gestão escolar, assegura uma abordagem abrangente e coordenada para o desenvolvimento educacional. A atribuição de responsabilidades claras a cada diretoria, conforme estabelecido pelo decreto, permite uma gestão eficiente e focada em resultados, garantindo que as ações de formação e avaliação sejam integradas e orientadas para o cumprimento das metas educacionais estabelecidas. A disponibilização de formação por etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais) e por modalidades (Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação de Jovens Adultos e Idosos e Educação Especial) dialogadas entre si, com momentos específicos e compartilhados promove um atendimento de todos os profissionais da educação mensalmente.

80

6



Com temáticas caras à educação, coletivas e individualizadas conforme as especificidades do público atendido. A atuação concomitante com a célula de avaliação que realiza um monitoramento próprio por meio das avaliações NEAF, os dados das avaliações externas, como SABE e SAEB, a célula de gestão e acompanhamento direto das unidades escolares por meio de itinerários constitui um elo entre todas as frentes da educação municipal, com vistas em promover um trabalho de rede, consolidado e qualitativo.

Portanto, enfatiza-se a implementação de uma política robusta de formação continuada, como a proposta pelo NEAF, como fundamental para a realização da educação integral em Caetité. Por meio de programas de formação bem estruturados e uma gestão eficaz, é possível garantir que os professores estejam preparados para enfrentar os desafios da prática docente e para contribuir significativamente para o desenvolvimento pleno dos alunos. A educação integral, quando apoiada por uma formação continuada eficaz, tem o potencial de transformar a realidade educacional e promover um futuro mais promissor para todos os estudantes.

Essa evolução histórica mostra que a formação continuada é um processo em constante desenvolvimento, movido por reformas legais e pelo reconhecimento da importância de formar os docentes para enfrentar os desafios da educação contemporânea. Mesmo com avanços, ainda há barreiras, como a descontinuidade dos programas e a falta de recursos, mas o entendimento crescente sobre a relevância da formação docente permanece um ponto-chave para o desenvolvimento da educação no Brasil.

Em acordo com o que propõe o núcleo municipal, o livro Formação Continuada de Professores: Perspectiva Humana e Emancipatória, escrito por Ione Farina e Dilva Bertoldi Benvenuti, discute a relevância da formação continuada de professores, indo além de uma abordagem puramente técnica. As autoras destacam a importância de uma formação que integre aspectos humanos e emancipatórios, valorizando a reflexão crítica e a prática pedagógica como elementos centrais. Elas argumentam que o processo formativo deve promover a colaboração e o diálogo entre os professores, seguindo as ideias de Paulo Freire, que sugere o papel do educador como um agente de mudança social.

As autoras defendem que a formação continuada de professores deve adotar uma abordagem integral, que considere não apenas o desenvolvimento técnico e instrumental dos docentes, mas também aspectos humanos, sociais e emocionais. Elas ressaltam que a formação integral envolve a inter-relação entre teoria e prática, promovendo um processo formativo que vai além da simples transmissão de conhecimentos. Fundamentada na formação omnilateral o NEAF, trabalha com abordagens metodológicas conjugadas visando o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento e como todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar, considerando os marcadores sociais, especificidades de cada público, potencialidades e fragilidades de cada meio.

Em sintonia com o que se propõe no âmbito da formação integral, segundo as autoras, deve incluir uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e incentivar o desenvolvimento de habilidades que permitam aos professores lidar com a complexidade do contexto educacional contemporâneo. Além disso, elas enfatizam a importância da colaboração entre os educadores, destacando que a formação precisa ser construída coletivamente, incorporando as necessidades e realidades do ambiente escolar. Esse tipo de formação visa atender não só às demandas acadêmicas, mas também ao fortalecimento de competências socioemocionais e à criação de um ambiente educativo mais inclusivo e democrático. Para Farina e Benvenuti, a formação integral é essencial para preparar professores capazes de enfrentar os desafios contemporâneos de forma holística, levando em conta as múltiplas dimensões do processo educativo.

81

6



Assim, a formação continuada é um processo educativo que permite aos professores atualizar e expandir seus conhecimentos e habilidades ao longo de suas carreiras. Este tipo de formação é essencial para que os educadores possam adaptar-se às novas demandas pedagógicas e aos desafios emergentes no campo da educação. No contexto da educação integral, onde a prática pedagógica deve abranger múltiplas dimensões do desenvolvimento do aluno, a formação continuada ganha uma relevância ainda maior.

Primeiramente, a educação integral requer que os professores sejam capazes de trabalhar com uma abordagem multidisciplinar. Isso significa que eles devem estar preparados para integrar diferentes áreas do conhecimento e habilidades em suas práticas pedagógicas. A formação continuada oferece aos educadores oportunidades para aprender sobre novas metodologias, práticas e abordagens que podem ser aplicadas de forma integrada, enriquecendo o ambiente educacional e melhorando a qualidade do ensino.

Além disso, a formação continuada é fundamental para que os professores desenvolvam competências para lidar com a diversidade dos alunos. Em um ambiente de educação integral, os alunos vêm de diferentes contextos e possuem variadas necessidades e estilos de aprendizagem. Através da formação contínua, os professores podem aprender estratégias para atender a essa diversidade, garantindo que todos os alunos recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento.

A implementação bem-sucedida da educação integral também requer que os professores estejam atualizados com as mudanças nas políticas educacionais e nas novas demandas sociais. A formação continuada mantém os educadores informados sobre as últimas pesquisas e tendências educacionais, permitindo-lhes ajustar suas práticas de acordo com as necessidades atuais e futuras da educação.

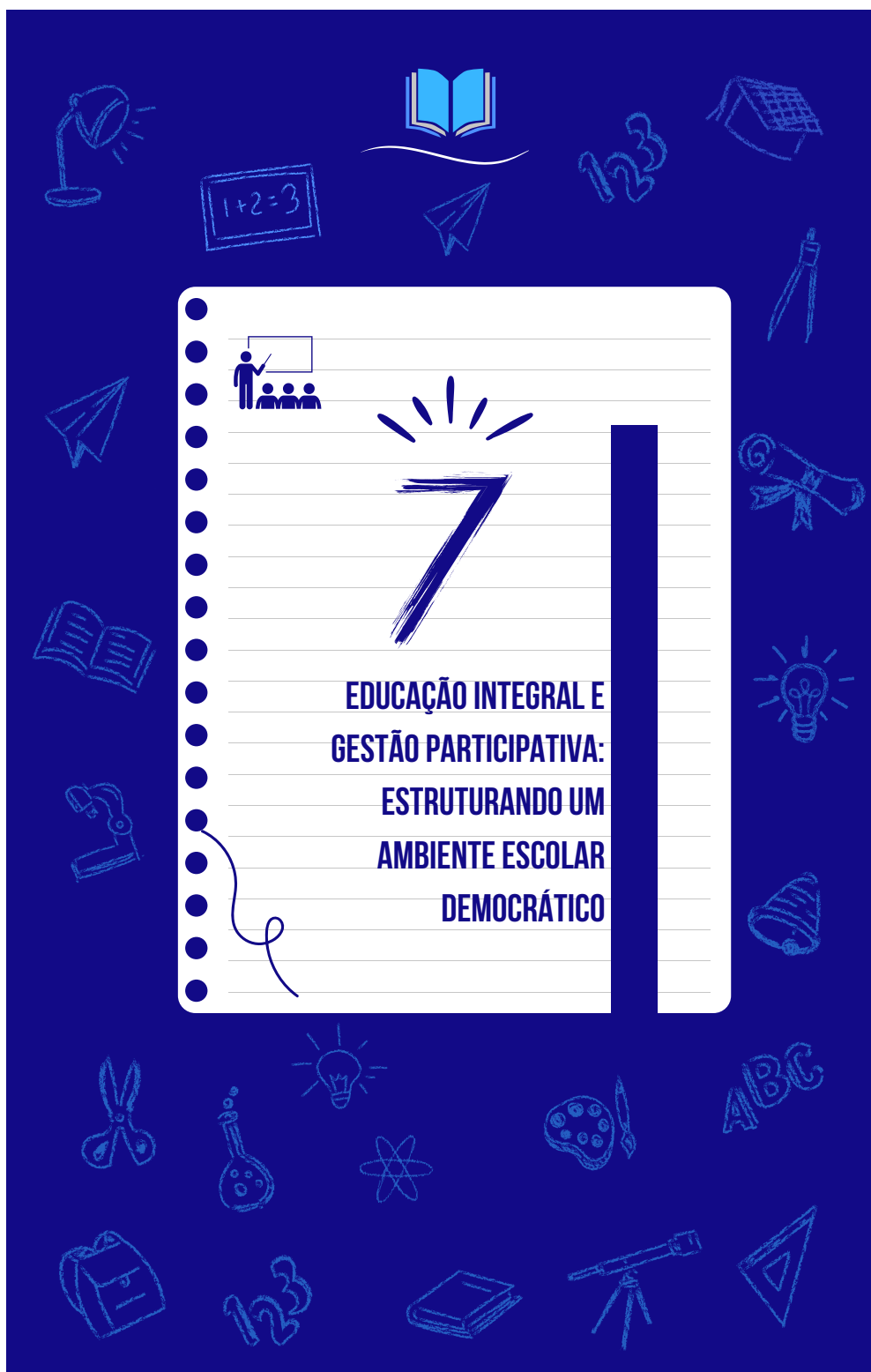
Em suma, a educação integral representa uma abordagem abrangente e enriquecedora para o desenvolvimento dos alunos, mas sua implementação eficaz depende fortemente da formação continuada dos professores. Este processo de desenvolvimento profissional garante que os educadores estejam equipados com os conhecimentos, habilidades e competências necessários para enfrentar os desafios de um modelo educacional tão complexo e dinâmico. Portanto, investir na formação continuada é investir no sucesso da educação integral e, consequentemente, no futuro das novas gerações.

Com base nas considerações propostas, a rede municipal de educação visa fortalecer as ações já realizadas que dialogam com a educação integral, bem como construir uma proposta de formação mais específica e direcionada aos profissionais da educação, com foco em formar recurso humano qualificado para construção de educação integral de qualidade, democrática e inclusiva. O programa de formação para educação integral em diálogo com proposições formativas já ofertadas no espaço, serão dispostas de modo a atender as legislações educacionais legais, assegurando dentro da atuação docente oportunidades para qualificação profissional.

O programa terá como propósito multiplicar parcerias intersetoriais, dialogar com estudiosos da área, fomentar proposições práticas ensejadas em estudos e proposições científicas, ao tempo que valoriza aspectos territoriais e sua importância para o fazer pedagógico de modo multidimensional. Assim, se caracteriza como uma ação inerente à atuação docente oportunizar neste momento o seu desenvolvimento e por consequência de seus educandos. O plano de formação será disponibilizado anualmente de modo progressivo via NEAF e Secretaria Municipal de Educação em consonância com as demais proposições da casa de formação, assegurando uma política pública contínua e adequada às demandas educacionais.

+++

82



7



A governança da Política será realizada em regime de colaboração, com definição de responsabilidades entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os conselhos competentes e os setores públicos relacionados à proteção social, saúde, cultura, esporte, meio ambiente, direitos humanos e assistência social. A participação da comunidade ocorrerá por meio de escuta, consulta, reuniões e instâncias colegiadas, respeitada a autonomia escolar e assegurada a publicidade das decisões e dos resultados, observadas as regras de proteção de dados pessoais.

A gestão democrática na educação emerge como um princípio central para a melhoria e equidade do ensino público no Brasil, consolidado pela Constituição Federal de 1988 e reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Este princípio reflete uma evolução significativa impulsionada por movimentos sociais e educadores em busca de uma maior participação e transparência na gestão escolar.

O conceito ganha especial relevância no contexto das escolas integrais em tempo integral, onde a colaboração entre gestores, professores, pais e comunidade é crucial para a criação e implementação de políticas educacionais adaptadas às necessidades locais. A gestão democrática, ao promover a inclusão de diversos atores no processo decisório, não só fortalece a formação integral dos estudantes, mas também assegura que as políticas educacionais estejam alinhadas com as realidades e expectativas da comunidade, resultando em um ambiente escolar mais participativo, eficiente e comprometido com a transformação social.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a gestão democrática como um dos princípios do ensino público, conforme o artigo 206, inciso VI. Esse princípio é reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que, em seu artigo 3º, inclui a "gestão democrática do ensino público" entre os princípios da educação brasileira, devendo ser implementada de acordo com a legislação dos sistemas de ensino.

A incorporação da gestão democrática como princípio constitucional é resultado de uma "paciente e persistente luta dos movimentos sociais e dos educadores pela democratização da sociedade e da escola pública brasileiras" (Adrião e Camargo, 2007). Esse avanço é crucial para garantir a participação social na definição e acompanhamento das políticas educacionais.

A LDB, em seu artigo 14, determina que "os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades". Estabelece dois princípios fundamentais: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Nesse contexto, Luck (2010) destaca que a gestão democrática requer "um conjunto de valores, atitudes e práticas" para ser efetiva, funcionando como uma "ferramenta indispensável para a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas públicas que atendam à necessidade do coletivo, da diversidade e do interesse público".

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024 - Lei nº 13.005/2014) também reforça o princípio da gestão democrática. A Meta 19 do PNE compromete-se a "assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar".

Nesse cenário, o município de Caetité criou, através da Lei nº 553, de 26 de março de 2002, o Conselho Municipal de Educação. Este conselho é um órgão constitutivo do Sistema Municipal de Educação, conforme o artigo oitavo da Lei Federal nº 9.394/96 e os artigos 157 e 164 da Lei Orgânica do Município.

84

7



De acordo com a legislação local, o Conselho Municipal de Educação tem a finalidade de estabelecer e compatibilizar a política educacional do município, exercendo funções normativas, consultivas, fiscalizadoras e deliberativas na área da educação municipal. O Regimento Interno do Conselho, criado pelo Decreto 081, de 16 de dezembro de 2002, regulamenta a organização e estrutura do conselho.

A importância do acompanhamento do Conselho Municipal de Educação na criação da política de educação integral em tempo integral é significativa. O conselho desempenha um papel crucial na elaboração e implementação de políticas educacionais que são adaptadas às necessidades específicas do município. Ao integrar diversos segmentos da comunidade educativa, incluindo gestores, educadores, pais e representantes da sociedade civil, o conselho garante que as políticas educacionais sejam elaboradas de forma inclusiva e refletiva das realidades locais. Essa abordagem colaborativa permite a criação de estratégias mais eficazes e alinhadas com as necessidades e expectativas da comunidade escolar.

Além disso, o acompanhamento contínuo do conselho assegura a fiscalização e a avaliação das políticas implementadas, promovendo a transparência e a responsabilidade na gestão educacional. O envolvimento ativo do conselho também facilita a identificação e a resolução de problemas emergentes, garantindo que as políticas sejam ajustadas conforme necessário para atender às demandas educacionais e sociais do município.

Portanto, a adoção de uma gestão democrática e participativa, exemplificada pelo papel do Conselho Municipal de Educação de Caetité, é essencial para a efetividade das escolas integrais em tempo integral. Essa gestão colaborativa não apenas fortalece o senso de pertencimento e corresponsabilidade entre os diferentes atores da comunidade escolar, mas também contribui para a construção de políticas educacionais robustas e adaptadas ao contexto local. Com isso, promove-se um ambiente educacional mais transparente, eficiente e comprometido com a formação integral dos estudantes e a transformação social.

Desta forma, a gestão democrática na educação é respaldada por um arcabouço legal que promove a participação social tanto no âmbito das escolas, através de conselhos escolares e grêmios estudantis, quanto em instâncias mais amplas, como conselhos de educação e fóruns permanentes. Essa participação é essencial para a construção de políticas públicas educacionais que atendam aos interesses da comunidade e melhorem a qualidade da educação.

Nas escolas integrais em tempo integral, a gestão democrática e participativa é um aspecto crucial. Nesse modelo educacional, que visa oferecer uma formação integral aos estudantes através de uma jornada escolar ampliada, a participação ativa de diversos atores da comunidade escolar é fundamental para o sucesso do projeto pedagógico.

A importância da gestão democrática e da participação se estende também à criação e implementação da política municipal para escolas integrais em tempo integral. Quando as políticas são desenvolvidas de forma colaborativa, envolvendo gestores escolares, professores, pais, alunos e membros da comunidade local, assegura-se que as diretrizes e estratégias estejam alinhadas com as reais necessidades e expectativas do território. A participação ativa desses atores contribui para a formulação de políticas que são mais adaptáveis e efetivas, promovendo um ambiente educativo que reflete as características e demandas locais (Paro, 2016).

Ao contrário dos modelos hierárquicos e centralizados, as escolas integrais em tempo integral adotam uma abordagem compartilhada na tomada de decisões. Diretores, professores, funcionários, alunos e pais trabalham juntos em instâncias como o Conselho Escolar para discutir, planejar e avaliar as políticas e atividades da instituição.

85

7



Essa gestão democrática promove o engajamento de todos os envolvidos, fortalecendo o senso de pertencimento e corresponsabilidade (Paro, 2016).

Valorizar a participação da comunidade cria um ambiente educacional mais transparente e alinhado com as necessidades reais dos estudantes. As diferentes perspectivas e experiências enriquecem o processo decisório resultando em soluções mais eficazes e adequadas ao contexto local (Brasil, 2009).

Além disso, a gestão participativa promove o desenvolvimento de lideranças e o empoderamento da comunidade escolar, elementos essenciais para uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada (Libâneo, 2012).

Em resumo, a adoção de uma gestão democrática e participativa é uma característica fundamental das escolas integrais em tempo integral e constitui um pilar essencial para a consolidação desse modelo educacional transformador. Esse modelo visa formar cidadãos críticos, autônomos e engajados com a transformação social, sendo o envolvimento ativo da comunidade um fator chave para o sucesso tanto das políticas educacionais municipais quanto da própria prática escolar.

+++

86



8



O planejamento financeiro deverá estar vinculado ao diagnóstico da rede, às metas de expansão e qualificação, ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual, observadas as regras de cada fonte de financiamento. A expansão das matrículas somente deverá ser planejada considerando a capacidade de custeio continuado, a disponibilidade de profissionais, a infraestrutura, a alimentação, o transporte, os materiais pedagógicos, a acessibilidade e a manutenção dos espaços. A utilização de recursos será acompanhada pelos mecanismos legais de controle, prestação de contas e transparência.

A implementação de uma política de Educação Integral em Tempo Integral exige investimentos robustos e contínuos que assegurem sua sustentabilidade e efetividade, proporcionando aos estudantes oportunidades educacionais ampliadas e de qualidade. Essa iniciativa se alinha ao Programa Escola em Tempo Integral, promovido pelo governo federal, que tem como objetivo fortalecer a educação básica por meio da ampliação da jornada escolar e do enriquecimento curricular. Este capítulo aborda as principais fontes de financiamento que sustentam essa política no município de Caetité, detalha os investimentos realizados para consolidar a infraestrutura e as práticas pedagógicas, e apresenta propostas concretas para garantir a manutenção, expansão e aperfeiçoamento dessa política educacional estratégica.

Fontes de Financiamento

A política de Educação Integral em Tempo Integral no município de Caetité é sustentada por uma combinação de diversas fontes de financiamento, que juntas garantem a implementação e expansão dessa modalidade educacional. Entre as principais fontes, destacam-se os recursos oriundos do orçamento municipal, alocados com a finalidade de ampliar a jornada escolar e adequar a infraestrutura educacional. Também são essenciais os repasses estaduais e federais, como os provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), além de programas federais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Outro componente relevante são as parcerias institucionais, que envolvem a colaboração com organizações não governamentais (ONGs) e o setor privado para apoiar projetos específicos. Esses projetos têm como foco a formação continuada de professores e a criação de ambientes pedagógicos adequados. Essas parcerias têm se mostrado fundamentais para a consolidação da Educação Integral em Tempo Integral no município.

A estrutura de financiamento envolve três principais agentes: a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e os Entes Executores (EEx), que incluem estados, municípios e o Distrito Federal. Cada um desses atores desempenha um papel crucial para garantir a execução eficiente e transparente do programa. A SEB/MEC é responsável por autorizar as transferências financeiras, monitorar e avaliar a implementação do programa, além de promover assistência técnica. O FNDE gerencia os recursos, abre contas específicas para o programa e analisa as prestações de contas. Já os EEx formalizam a adesão ao programa, pactuam metas e aplicam os recursos de acordo com a legislação vigente.

88

8



As fontes de financiamento podem ser detalhadas da seguinte forma:

- Recursos municipais: Provenientes do orçamento municipal destinado à educação, com ênfase em ações que promovem a ampliação da jornada escolar e a reestruturação das unidades educacionais.
- Recursos estaduais e federais: Incluem os repasses do FUNDEB, além de programas como o PNAE e o PDDE, que contribuem para a alimentação escolar e o suporte financeiro direto às escolas.
- Parcerias institucionais: Colaboração com entidades privadas e ONGs para a execução de projetos específicos, com destaque para as iniciativas voltadas à formação contínua dos professores e à melhoria dos ambientes pedagógicos

Essa articulação financeira tem sido essencial para a implementação e o fortalecimento da Educação Integral em Tempo Integral no município de Caetité, refletindo o esforço conjunto entre o poder público e a sociedade civil para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

O financiamento do Programa Escola em Tempo Integral (PETI) é realizado por meio de transferências de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo direcionado aos estados, municípios e ao Distrito Federal. Esse aporte financeiro visa possibilitar a ampliação da oferta de educação em tempo integral nas redes públicas de ensino, garantindo melhores condições de aprendizagem e permanência dos estudantes no ambiente escolar.

Além desses recursos, o Programa Escola em Tempo Integral (PETI) também desempenha um papel central no financiamento da educação integral no município. O processo de financiamento do PETI segue um conjunto de etapas estruturadas para assegurar a correta aplicação dos recursos. Inicialmente, os entes federativos manifestam interesse em aderir ao programa por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec). Em seguida, formalizam a participação mediante a assinatura de um termo de adesão, no qual são pactuadas metas relativas à expansão das matrículas em tempo integral.

Após essa fase, o Ministério da Educação (MEC) realiza a análise do plano de implementação apresentado pelos entes federativos, com o objetivo de verificar a viabilidade da proposta e calcular o montante do apoio financeiro a ser concedido. Posteriormente, o FNDE efetua a transferência dos recursos diretamente para as contas correntes dos estados, municípios e do Distrito Federal, garantindo que os valores sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

Os recursos disponibilizados no âmbito do PETI possuem destinação exclusiva para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, abrangendo ações voltadas para a infraestrutura escolar, formação continuada de profissionais da educação e suporte necessário à ampliação da jornada escolar dos estudantes. Dessa maneira, busca-se fortalecer a qualidade da educação básica no Brasil e promover a equidade no acesso ao ensino de tempo integral.

O PETI está regulamentado pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, a qual estabelece as diretrizes e os critérios para a implementação e o financiamento do programa. Essa legislação assegura a transparência na alocação dos recursos e define parâmetros essenciais para a gestão eficaz do programa pelos entes federativos.

Dessa forma, tanto a estrutura de financiamento da política municipal de Educação Integral em Tempo Integral quanto os recursos provenientes do PETI são fundamentais para garantir a expansão e a qualificação dessa modalidade educacional em Caetité. A articulação entre diferentes fontes de financiamento e agentes executores reforça o compromisso com uma educação pública de qualidade, acessível e inclusiva, promovendo melhores oportunidades de aprendizagem para os estudantes.

89

GESTÃO FINANCEIRA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

O ciclo financeiro do programa de Escola em Tempo Integral segue um processo estruturado, garantindo a transparência e a correta aplicação dos recursos. Inicialmente, os Entes Executores (EEx) — estados, municípios e o Distrito Federal — aderem voluntariamente ao programa através do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). Nesse processo, são pactuadas as metas de matrículas em tempo integral para cada unidade escolar. Com a adesão formalizada, os recursos são transferidos em duas parcelas. A primeira, correspondente a 50% do valor acordado, é liberada imediatamente após a assinatura do termo de adesão. A segunda parcela é transferida conforme a quantidade de matrículas efetivamente registradas no Censo Escolar, refletindo o número de alunos atendidos em tempo integral.

O programa tem como prioridade atender escolas localizadas em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica, buscando garantir a equidade no acesso à educação de qualidade para todos os estudantes. Essa orientação visa fortalecer as escolas situadas em áreas com maior necessidade de intervenção educacional, promovendo a inclusão e a redução das desigualdades educacionais.

Quanto à aplicação dos recursos, o programa estabelece que eles devem ser destinados exclusivamente a despesas relacionadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. As áreas permitidas para o uso dos recursos incluem:

- **Remuneração temporária e formação continuada de profissionais:** Destinados a pagar professores e outros profissionais temporários envolvidos no programa e a financiar ações de formação contínua para garantir a qualidade pedagógica.
- **Aquisição de materiais didáticos e equipamentos pedagógicos:** Esses recursos podem ser aplicados na compra de livros, material de apoio para os alunos e equipamentos necessários para o ensino, como computadores, projetores e outros dispositivos pedagógicos.
- **Melhorias na infraestrutura escolar:** Incluem reformas e ampliações nas unidades escolares para adequação dos espaços à jornada ampliada, visando proporcionar um ambiente de aprendizado mais confortável e funcional.
- **Custos operacionais:** São contemplados os gastos com serviços essenciais para o funcionamento das escolas, como energia elétrica, água e internet, que são indispensáveis para o pleno funcionamento da jornada escolar ampliada.

Porém, é importante destacar que o uso dos recursos é restrito a essas áreas específicas. O programa proíbe a destinação dos recursos para:

- **Pagamento de pessoal permanente:** Não é permitido utilizar os recursos para remunerar funcionários que já fazem parte do quadro permanente da escola.
- **Tarifas bancárias e despesas não relacionadas ao ensino:** As despesas devem ser diretamente vinculadas ao objetivo de ampliar a jornada escolar e melhorar a qualidade do ensino, sendo vedado o uso para fins administrativos ou custos bancários.

8



A transparência é um dos pilares fundamentais do Programa Escola em Tempo Integral. Regulada pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), essa exigência garante que os entes executores publicizem as movimentações financeiras e a destinação dos recursos. Isso permite que órgãos de controle, conselhos escolares e a sociedade civil acompanhem o uso do dinheiro público. Conforme descrito no manual, “Os EEx devem publicizar os recursos recebidos da União, por meio do Programa Escola em Tempo Integral, além de divulgar a destinação dada a eles, demonstrando a utilização correta dos recursos financeiros recebidos do FNDE.”

A prestação de contas, realizada por meio do sistema BB Gestão Ágil, é um componente essencial para a transparência e a responsabilidade no uso dos recursos. Os EEx devem registrar as despesas, classificá-las conforme as categorias definidas no programa e arquivar a documentação comprobatória por um período de dez anos. Além disso, o monitoramento e a fiscalização são realizados pela SEB/MEC, FNDE, Tribunais de Contas e órgãos de controle interno, com o apoio dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS). Essas instâncias também possuem o poder de denunciar irregularidades, podendo ocasionar a suspensão de repasses ou a devolução de recursos.

Essa estrutura visa garantir que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente e transparente, contribuindo para a qualidade e a sustentabilidade da Educação Integral em Tempo Integral no município, ao mesmo tempo que reforça o compromisso com a integridade e o uso responsável do dinheiro público.

PROPOSTAS PARA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A sustentabilidade da Educação Integral em Tempo Integral exige um esforço contínuo e estratégias inovadoras para garantir a aplicação eficiente e o fortalecimento dos recursos disponíveis.

Outro ponto fundamental é o fortalecimento das parcerias estratégicas. Convênios com universidades, empresas e organizações não governamentais podem trazer suporte técnico e financeiro, viabilizando projetos específicos e promovendo a inovação nas práticas pedagógicas. Essas parcerias podem também facilitar a troca de conhecimentos e a implementação de programas que atendam às demandas locais de maneira mais eficaz.

Além disso, propõe-se a criação de um sistema robusto de monitoramento e avaliação contínua dos custos e impactos. Ferramentas de gestão financeira, combinadas com indicadores claros de desempenho, permitirão ajustar a aplicação dos recursos conforme necessário, otimizando investimentos e assegurando resultados significativos a longo prazo.

Por fim, a abordagem deve ser ancorada na gestão participativa, garantindo que a comunidade escolar tenha voz ativa no planejamento e na execução das ações. Essa integração é essencial para alinhar os investimentos às reais necessidades da comunidade e assegurar que as políticas sejam inclusivas, equitativas e sustentáveis. Com essas ações, será possível consolidar uma política educacional transformadora que promova o desenvolvimento integral dos estudantes e reforce o compromisso com a inclusão e a equidade no ambiente escolar.

91

8



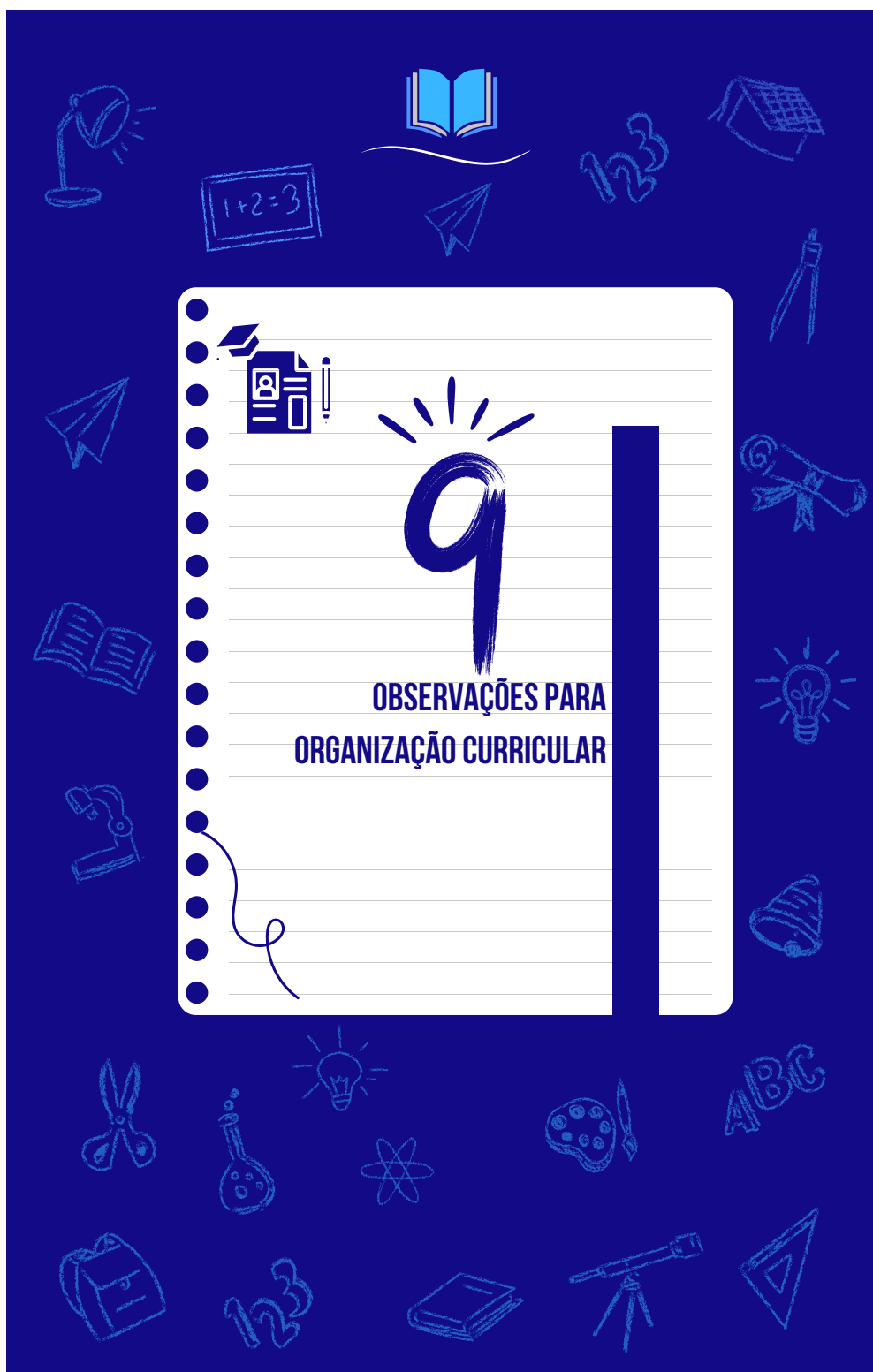
IMPACTO DO FINANCIAMENTO NO PROGRAMA DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

O impacto esperado do financiamento da educação integral em tempo integral é significativo. Ao ampliar a jornada escolar e diversificar as experiências pedagógicas, o programa visa não apenas melhorar os índices de aprendizagem, mas também assegurar a permanência dos estudantes na escola e fomentar seu desenvolvimento integral. Esse modelo tem o potencial de reduzir desigualdades educacionais, proporcionando aos alunos uma formação mais completa, que vai além do aspecto acadêmico, promovendo o desenvolvimento social, emocional e cognitivo. Além disso, contribui para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, ampliando suas habilidades e perspectivas de futuro.

Em síntese, o financiamento do Programa Escola em Tempo Integral reflete um compromisso nacional com a melhoria da educação básica. Sua estrutura abrangente e rigorosa assegura que os recursos sejam aplicados de forma eficiente, transparente e responsável. Ao focar na equidade e na qualidade do ensino, essa política pública tem o potencial de transformar não apenas as escolas, mas também as comunidades em que estão inseridas, gerando impactos positivos para as famílias e para o desenvolvimento social das regiões atendidas. Com uma aplicação adequada dos recursos e a ampliação das oportunidades educacionais, o programa contribui para um futuro mais inclusivo e promissor para todos os estudantes, especialmente aqueles em contextos de vulnerabilidade social.

+++

92



CONTRATAÇÃO/ORGANIZAÇÃO E ALOCAÇÃO DE QUADROS DOS PROFISSIONAIS

A implantação ou ampliação da oferta será precedida de planejamento que explicita: diagnóstico da demanda e das condições de atendimento; critérios públicos e equitativos de priorização; metas e etapas de expansão; cronograma; adequações de infraestrutura e acessibilidade; quadro de profissionais e necessidades de formação; organização curricular e dos horários; alimentação, higiene, descanso, transporte e segurança; previsão orçamentária; estratégias de comunicação com as famílias; e indicadores de acompanhamento. Os dados de matrículas e unidades citados em documentos anteriores somente poderão ser utilizados como situação atual após conferência nos registros administrativos e no Censo Escolar correspondente.

A Educação Integral em Tempo Integral requer um planejamento cuidadoso e estratégico da contratação, organização e alocação de profissionais, considerando a complexidade e a diversidade das demandas educacionais. Nesse contexto, é essencial que a composição dos quadros docentes e de apoio seja realizada de forma criteriosa, valorizando a especialização, o compromisso com a prática pedagógica e a capacidade de se adaptar às especificidades de cada território e comunidade escolar. O objetivo é assegurar que todos os aspectos do desenvolvimento dos estudantes — intelectual, físico, cognitivo, social e cultural — sejam contemplados em consonância com os princípios da educação integral.

A contratação e o remanejamento de docentes devem ser realizados considerando a área de domínio epistemológico, o nível de especialidade e a identificação dos profissionais com o componente curricular a ser trabalhado. Essa abordagem visa garantir que as práticas pedagógicas sejam contextualizadas aos territórios de atuação, com um foco específico no desenvolvimento integral dos estudantes. Anísio Teixeira já defendia, em 1956, que "a escola primária, visando, acima de tudo, a formação de hábitos de trabalho, de convivência social, de reflexão intelectual, de gosto e de consciência não pode limitar as suas atividades a menos que o dia completo. Devem e precisam ser de tempo integral para os alunos e servidas por professores de tempo integral" (TEIXEIRA, 1956, p. 25-26).

Além disso, é fundamental reconhecer a predisposição e o envolvimento dos docentes com a investigação científica, que é essencial para a elaboração de projetos pedagógicos inovadores e alinhados às necessidades de cada instituição escolar. Para complementar a atuação dos docentes, propõe-se a inclusão de educadores sociais, que desempenham um papel significativo na conexão entre os saberes escolares e as práticas socioculturais dos territórios. Esses profissionais, com formação e experiência em diferentes áreas do conhecimento, como artes, cultura, esportes, meio ambiente e tecnologia, trazem uma perspectiva ampliada para o currículo escolar, valorizando saberes não formais e fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade.

Adicionalmente, a elaboração de mecanismos contratuais específicos, como editais, para a seleção de monitores qualificados e educadores sociais, é essencial para garantir a qualidade e a pertinência das atividades propostas. Esses profissionais seriam responsáveis por trabalhar com componentes curriculares específicos, tais como Saberes Sociais da Terra, da Água e do Ar, Cultura, Arte e Educação Patrimonial, Práticas Esportivas, Jogos e Brincadeiras, Educação e Tecnologia. A seleção criteriosa e a alocação estratégica desses educadores e monitores são fundamentais para assegurar que as atividades conduzam ao desenvolvimento integral dos estudantes, em consonância com as expectativas e objetivos do projeto pedagógico integral.

Assim, a organização e a alocação estratégica dos profissionais são fundamentais para o sucesso de um projeto pedagógico que visa a formação integral dos estudantes, potencializando suas aprendizagens e promovendo seu pleno desenvolvimento.

8



DELIBERAÇÕES PARA AS ESCOLAS ENVOLVIDAS NO PROJETO

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ENVOLVIDAS NO PROJETO	
DETALHAMENTO	DESIGNAÇÕES/OBSERVAÇÕES
1) ESCUTA E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR INTERNA E EXTERNA ACERCA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.	
2) ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	
3) ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO PARA REFORMULAÇÃO DO PPP.	
4) DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO/MUNICÍPIO E COMUNIDADES ACERCA DE ASPECTOS CULTURAIS, SOCIAIS, ECONÔMICOS, HISTÓRICOS E POLÍTICOS.	
5) LEVANTAMENTO DE DADOS EDUCACIONAIS: (AVALIAÇÕES INTERNA E EXTERNAS)	
6) ORGANIZAÇÃO, DELIBERAÇÃO E CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PPP DE CADA UMA DAS ESCOLAS ENVOLVIDAS NO PROJETO.	
7) PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO DOCUMENTO.	
8) MONTAGEM DE PROPOSTA CURRICULAR E EMENDAS DE ACORDO O PROJETO BASE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA AS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO.	
9) ORGANIZAÇÃO DE TURMAS/HORÁRIOS/ ESCALAS DOS OFICINEIROS E QUADRO DE PROFESSORES.	

SUGESTÕES PARA ORGANIZAÇÃO DE TURMAS E QUADRO DE PROFISSIONAIS

A organização eficiente das turmas e do quadro de profissionais é essencial para assegurar a qualidade do processo educativo e o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa organização deve considerar não apenas a quantidade de alunos por turma, mas também aspectos como o nível de desenvolvimento dos estudantes, suas necessidades específicas e as demandas pedagógicas de cada etapa de ensino.

Além disso, a definição do quadro de profissionais precisa ser pensada de maneira estratégica, garantindo que as competências e habilidades dos educadores sejam adequadamente alocadas para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo, colaborativo e enriquecedor. Este tópico aborda diretrizes e sugestões que visam otimizar essa organização, considerando as peculiaridades da educação integral e a importância de um planejamento alinhado com as políticas educacionais vigentes e os princípios de equidade e qualidade.

A organização das turmas para o desenvolvimento do Componente Curricular Acompanhamento Pedagógico e Letramento Científico, Matemático E Literário deve ser cuidadosamente planejada pela gestão de cada escola envolvida, com base nos resultados das avaliações municipais. O objetivo é formar grupos com níveis de aprendizagem compatíveis, de modo a garantir que o ensino seja adaptado às necessidades específicas de cada grupo de alunos. A seguir, são apresentadas diretrizes para a organização das turmas e a alocação de profissionais:

ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS:

 **Base em Avaliações:** Utilize os resultados das avaliações municipais para categorizar os alunos em grupos que possuam níveis de aprendizagem semelhantes. Esse agrupamento permitirá um planejamento pedagógico mais eficaz e uma abordagem diferenciada conforme as necessidades de cada grupo.

 **Número de Turmas:** O número de turmas será determinado pelo número total de alunos matriculados e pela capacidade logística dos profissionais disponíveis. É crucial garantir que o tamanho das turmas seja adequado para permitir uma atenção personalizada e eficaz a cada aluno.

95

8



 **Processo de Aprovação:** A proposta de organização das turmas deve ser submetida a um processo de análise e aprovação pelos coordenadores pedagógicos e pelas diretorias escolares. Esse processo garante que a organização atenda aos critérios pedagógicos e administrativos estabelecidos.

ORGANIZAÇÃO DAS AULAS DE CAMPO E OFICINAS:

 **Aulas de Campo:** As aulas de campo, especialmente em áreas como agroecologia, devem ser organizadas de forma coletiva, levando em consideração a relevância e a integração com o currículo. A organização pode ser feita com base em temas específicos ou em projetos interdisciplinares, com o objetivo de proporcionar experiências práticas e contextualizadas.

 **Oficinas Práticas:** Para atividades práticas, como jogos, brincadeiras e informática, recomenda-se a organização das turmas por faixa etária. Essa abordagem permite adequar as atividades às capacidades e interesses dos alunos em diferentes idades. Caso a faixa etária não seja suficiente para definir grupos, considere outros critérios como o nível de habilidade ou o interesse dos alunos.

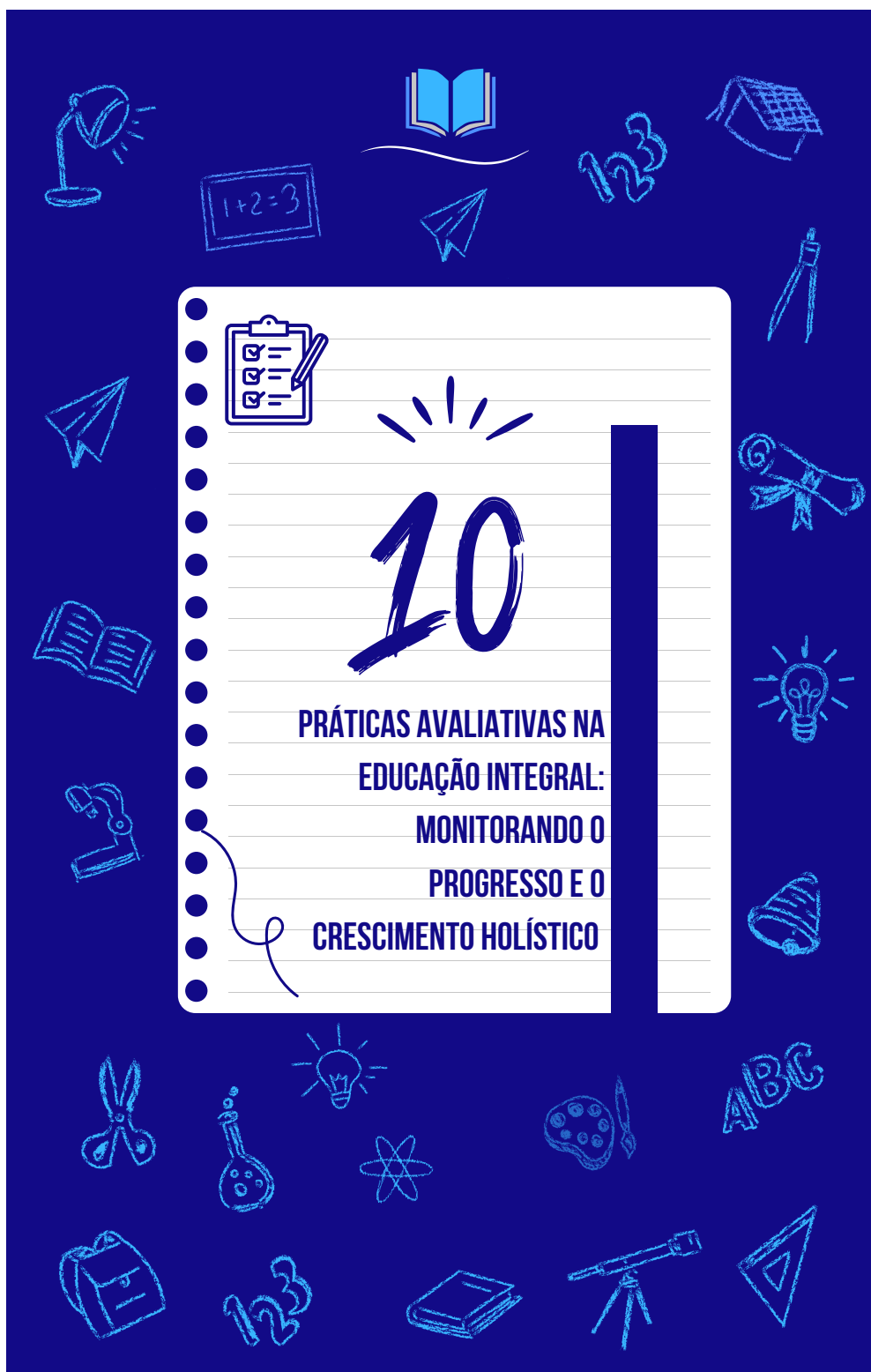
Quadro de Profissionais:

 **Distribuição de Profissionais:** A alocação dos profissionais deve ser realizada com base na demanda de cada turma e nas áreas específicas de atuação, considerando critérios como a formação acadêmica, a afinidade com as áreas de conhecimento e o comprometimento com a formação continuada. Profissionais especializados em campos como esportes, informática e agroecologia devem ser distribuídos de maneira a atender eficazmente às necessidades dos grupos formados. Além disso, é fundamental a contratação de educadores sociais nas áreas em que se fizerem necessárias e o estabelecimento de parcerias intersetoriais. A intersetorialidade desempenha um papel crucial na oferta de oficinas e atividades complementares, como aulas de capoeira realizadas em conjunto com outros órgãos do município, promovendo um ambiente educativo mais diversificado e integrado.

 **Coordenação e Colaboração:** É essencial que haja uma coordenação eficaz entre os profissionais para garantir que as atividades sejam bem integradas e que o planejamento pedagógico seja seguido de forma coesa. Reuniões periódicas entre os coordenadores e os professores podem ajudar a ajustar estratégias e resolver possíveis desafios.

A organização eficiente das turmas e a adequada alocação de profissionais são essenciais para o sucesso do processo educativo. A implementação dessas sugestões possibilitará uma gestão pedagógica mais eficaz, promovendo um ambiente de aprendizagem adaptado às necessidades dos alunos e assegurando uma experiência educativa enriquecedora e integrada.

96



O monitoramento da Política combinará indicadores quantitativos e qualitativos, incluindo, no mínimo, matrículas e frequência; acesso, permanência e abandono; participação dos estudantes; aprendizagem e desenvolvimento integral; inclusão e atendimento às necessidades específicas; formação dos profissionais; condições de infraestrutura, alimentação, transporte e acessibilidade; execução orçamentária; participação das famílias e da comunidade; e percepção de estudantes e profissionais. A Secretaria Municipal de Educação consolidará periodicamente os resultados, promoverá autoavaliação participativa e definirá medidas de melhoria com prazos e responsáveis. O tratamento e a divulgação dos dados observarão a legislação de proteção de dados pessoais.

Avaliar significa apreciar, valorizar, reconhecer. Na educação, a avaliação é um processo fundamental, pois oferece uma compreensão detalhada da progressão dos estudantes, além de subsidiar a adaptação das estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes. Assim, a avaliação contribui para a melhoria contínua do processo educacional em todos os seus aspectos. No entanto, permanece como um dos maiores desafios no processo de ensino-aprendizagem, pois, tradicionalmente, a avaliação da aprendizagem ainda é realizada com base em métricas de rendimento escolar, notas ou médias. Essa abordagem muitas vezes classifica os alunos de maneira reducionista e mantém uma separação artificial entre ensino e aprendizagem, conforme apontado por Saviani (2000).

De acordo com Luckesi (2011), a avaliação da aprendizagem deve assumir seu verdadeiro papel: o de promover o crescimento integral do aluno. Avaliar deve ser entendido como uma prática indispensável no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a avaliação, quando bem conduzida, subsidia a construção desse processo, não apenas medindo resultados, mas orientando as práticas pedagógicas e contribuindo para um ensino mais eficaz e uma aprendizagem mais significativa. Dessa forma, emerge a necessidade de reconfigurar as posturas e práticas avaliativas, adotando uma perspectiva de avaliação contínua e integradora, que considere o diagnóstico não apenas como um ponto de partida, mas como um elemento constante que permeia toda a jornada educacional.

A avaliação de políticas de Educação Integral é um processo complexo que requer uma abordagem criteriosa e alinhada aos princípios fundamentais dessa perspectiva educacional. Não se trata de uma simples formalidade burocrática, mas sim de um campo de disputa ideológica e metodológica, cujos propósitos e métodos devem ser cuidadosamente considerados, buscando uma visão ampla e participativa.

No contexto da Educação Integral, a avaliação assume um caráter essencialmente participativo e formativo. Seu objetivo é engajar todos os atores envolvidos no processo educacional – estudantes, famílias, educadores e gestores – na construção coletiva de valores e linguagens comuns que orientam as práticas educativas. Essa participação confere legitimidade ao processo e promove um sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada. Um aspecto crucial dessa abordagem é o fortalecimento do pensamento autoavaliativo, entendendo que a avaliação não é um fim em si mesma, mas um meio para potencializar a aprendizagem da comunidade sobre seu projeto educativo. Esse espaço de reflexão permite revisar as práticas educacionais e sua relação com o contexto social mais amplo. A Educação Integral demanda uma visão sistêmica, que considere a interconexão entre fatores pedagógicos, estruturais e a relação da escola com o território educativo.

Metodologicamente, privilegia-se uma abordagem qualitativa, que capture a diversidade de perspectivas e experiências dos atores envolvidos, reconhecendo a complexidade e dinamismo da realidade educacional, que não podem ser reduzidos a indicadores quantitativos.

A avaliação da educação integral, conforme o Centro de Referências em Educação Integral, deve ir além dos resultados em avaliações externas tradicionais, como os focados em linguagem e raciocínio lógico-matemático. O objetivo é a formação multidimensional dos estudantes, que envolve aspectos cognitivos, socioemocionais, culturais e éticos. A escola deve ser um espaço de desenvolvimento completo, onde o aluno se conecta ao ambiente escolar, à cidade e ao mundo, fortalecendo-se como sujeito de direitos e protagonista de seu aprendizado.

Autores como Francisco Soares e Rodrigo Travitzki destacam a complexidade dos fatores que influenciam o desempenho escolar. O sucesso educacional depende de fatores internos, como gestão escolar e qualidade dos professores, e de fatores externos, como o nível socioeconômico dos alunos e o capital cultural de suas famílias. Esses elementos mostram que a eficácia escolar é multifacetada e requer uma abordagem integrada para o desenvolvimento completo dos alunos.

John Hattie (2008) destaca que o maior impacto na aprendizagem ocorre quando há práticas colaborativas entre professores, que monitoram e avaliam continuamente seu impacto no aprendizado. Para Hattie, uma educação eficaz envolve professores e alunos como agentes ativos, num processo de autoavaliação e reflexão contínua.

Outro conceito relevante é o de "aprendizagem conectada", defendido por Ito et al. (2013), que propõe a integração entre os interesses dos alunos e suas experiências sociais e pessoais. Segundo Ito, "ao concentrar a atenção educacional nos vínculos entre diferentes esferas da cultura de aprendizagem — pares, interesses e assuntos acadêmicos — podemos apoiar melhor a aprendizagem orientada por interesses e significativa", promovendo equidade e qualidade educacional. Essa abordagem sugere que a educação deve ser contextualizada e relevante, atendendo às demandas do século XXI.

A autoavaliação participativa, nesse sentido, emerge como uma alternativa ao modelo tradicional, permitindo que docentes, gestores e alunos dialoguem sobre o desenvolvimento dos estudantes com base em dimensões que orientam a reflexão pedagógica. A construção de portfólios autoavaliativos pode ser uma ferramenta valiosa para monitorar o progresso em diversas áreas, além das cognitivas, promovendo um olhar mais holístico sobre a educação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece 10 competências gerais que guiam o desenvolvimento integral dos estudantes. No entanto, o desafio está em superar a visão "conteudista" que ainda predomina em sua implementação. O Centro de Referências em Educação Integral defende a contextualização do currículo com base no território e nas experiências dos alunos, promovendo uma educação mais significativa.

Portanto, a avaliação na educação integral deve transcender as métricas tradicionais, adotando uma visão mais ampla que valorize o desenvolvimento completo dos estudantes. A boa educação não pode ser limitada a resultados de testes padronizados, mas deve promover uma formação integral que considere todas as dimensões que compõem o ser humano.

A avaliação na Educação Integral em Tempo Integral deve ser compreendida como um processo dinâmico e adaptativo, que considera o ponto de partida e as especificidades de cada educando. É fundamental que essa avaliação se dê de modo processual, reconhecendo a importância de analisar os saberes prévios dos alunos, seus objetivos e formas de aprendizagem. A avaliação não deve se limitar a um momento isolado, mas deve ser um acompanhamento contínuo e gradativo do desenvolvimento integral do sujeito. Neste contexto, a avaliação precisa ser guiada por critérios que considerem as habilidades e competências estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Proposta Curricular Municipal.

9



A finalidade é promover um mapeamento das demandas e possibilidades de cada grupo, assegurando que as intervenções pedagógicas atendam às necessidades específicas de cada aluno. Para garantir uma avaliação eficaz, são propostos os seguintes direcionadores avaliativos baseados nas 10 competências gerais da BNCC:



- 1. ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS HISTÓRICOS E ESPECÍFICOS:** A AVALIAÇÃO DEVE CONSIDERAR OS CONHECIMENTOS HISTORICAMENTE PRODUZIDOS PELOS EDUCANDOS E SEUS POVOS, IDENTIFICANDO AS ESPECIFICIDADES QUE COMPÕEM CADA SUJEITO. ESSA ANÁLISE PROMOVE UMA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA QUE DEFINE OS PONTOS DE PARTIDA E DE CHEGADA, COM FOCO NA PRÁTICA SOCIAL, E ORIENTA O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO DE FORMA A ATENDER ÀS PARTICULARIDADES DE CADA EDUCANDO.
- 2. COMPETÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO E REFLEXÃO:** DEVE-SE AVALIAR O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA DE INVESTIGAR, REFLETIR, ANALISAR CRITICAMENTE, PROMOVER A IMAGINAÇÃO E A CRIATIVIDADE. ALÉM DISSO, É IMPORTANTE OBSERVAR COMO OS ALUNOS ELABORAM HIPÓTESES, RESOLVEM PROBLEMAS E BUSCAM SOLUÇÕES BASEADAS NOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NAS DIVERSAS ÁREAS DO SABER.
- 3. ENVOLVIMENTO COM MANIFESTAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA:** É NECESSÁRIO OBSERVAR O ENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, AVALIANDO COMO ESSAS EXPERIÊNCIAS IMPACTAM SEU DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E CONTRIBUEM PARA A FORMAÇÃO DE SUA IDENTIDADE E EXPRESSÃO.
- 4. USO DE DIFERENTES LINGUAGENS:** A AVALIAÇÃO DEVE CONSIDERAR O AVANÇO DOS ALUNOS NO USO DE DIFERENTES LINGUAGENS — VERBAL, CORPORAL, SONORA, DIGITAL, ARTÍSTICA, CIENTÍFICA E MATEMÁTICA. É ESSENCIAL OBSERVAR COMO OS EDUCANDOS UTILIZAM ESSAS LINGUAGENS PARA EXPRESSAR E COMPARTILHAR CONHECIMENTOS, SENTIMENTOS, IDEIAS E EXPERIÊNCIAS EM DIVERSOS CONTEXTOS.
- 5. COMPETÊNCIAS ACADÊMICAS:** A AVALIAÇÃO DEVE AFERIR AS COMPETÊNCIAS ACADÊMICAS DESENVOLVIDAS PELOS ALUNOS, COM BASE NAS PROPOSIÇÕES DE HABILIDADES ESTABELECIDAS NO PLANEJAMENTO DE CADA ATIVIDADE. ISSO PERMITE UM ACOMPANHAMENTO DETALHADO DO PROGRESSO DOS ALUNOS EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS CURRICULARES.
- 6. HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS:** DEVE-SE AVALIAR AS HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS RELACIONADAS AO RESPEITO À DIVERSIDADE, CONVIVÊNCIA, APRENDIZADOS ATITUDINAIS, RELAÇÕES INTERPESSOAIS E INSERÇÃO SOCIAL. A CAPACIDADE DOS ALUNOS DE LIDAR COM DIFERENTES CONTEXTOS SOCIAIS E CULTURAIS É UM ASPECTO CRUCIAL DA FORMAÇÃO INTEGRAL.
- 7. DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA E CAPACIDADES MOTORAS:** É IMPORTANTE AVALIAR O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DOS ALUNOS E SUAS CAPACIDADES MOTORAS, OBSERVANDO COMO ESSES ASPECTOS CONTRIBUEM PARA A SUA CAPACIDADE DE REALIZAR ATIVIDADES DE FORMA INDEPENDENTE E COM EFICIÊNCIA.
- 8. EXERCÍCIO DA EMPATIA E COOPERAÇÃO:** A AVALIAÇÃO DEVE SONDA O EXERCÍCIO DA EMPATIA, DIÁLOGO, COOPERAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS. A CAPACIDADE DOS ALUNOS DE RESPEITAR OS OUTROS, VALORIZAR A DIVERSIDADE E SUAS IDENTIDADES, E RECONHECER AS POTENCIALIDADES DOS DIFERENTES INDIVÍDUOS É ESSENCIAL PARA UMA CONVIVÊNCIA HARMÔNICA.



100

9



Como estratégia de avaliação, sugere-se a esquematização de um relatório detalhado que descreva as competências e habilidades desenvolvidas de acordo com as proposições para a idade e série dos alunos. Esse relatório servirá como um instrumento para a reflexão contínua sobre o processo educativo e para o ajuste das práticas pedagógicas, garantindo que a Educação Integral em Tempo Integral atenda de maneira eficaz às necessidades e potencialidades de cada educando.

Na Educação de Tempo Integral, a complexidade da avaliação se intensifica, pois a aprendizagem se dá por meio de processos amplos que vão além do cognitivo, envolvendo a sociabilidade, aspectos emocionais e o desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Portanto, é imperativo adotar uma abordagem abrangente de Avaliação Contínua, que integre múltiplas dimensões do desenvolvimento do aluno. A seguir, são detalhadas as principais estratégias para uma avaliação eficaz nesse contexto:

AValiação CONTÍNUA: ESTABELECE UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA QUE SE ESTENDA AO LONGO DE TODO O ANO LETIVO, UTILIZANDO UMA VARIEDADE DE INSTRUMENTOS COMO TESTES REGulares, PROJETOS, TRABALHOS EM GRUPO E OBSERVAÇÕES EM SALA DE AULA. ESSA ABORDAGEM PERMITE UM MONITORAMENTO CONSTANTE DO PROGRESSO DOS ALUNOS, IDENTIFICANDO NÃO APENAS O QUE OS ALUNOS APRENDERAM, MAS COMO ESTÃO APRENDENDO E EM QUE RITMO.

AValiação FORMATIVA: IMPLEMENTAR AVALIAÇÕES FORMATIVAS QUE OFEREÇAM FEEDBACK CONSTANTE AOS ALUNOS DURANTE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM. AO INVÉS DE FOCAR APENAS EM RESULTADOS, A AVALIAÇÃO FORMATIVA POSSIBILITA IDENTIFICAR PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA AO LONGO DO CAMINHO, PERMITINDO AJUSTES IMEDIATOS NAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO. ISSO FOMENTA UMA CULTURA DE MELHORIA CONTÍNUA E ENGAJAMENTO POR PARTE DOS ESTUDANTES.

PORTFÓLIOS E PROJETOS: PROMOVER A CRIAÇÃO DE PORTFÓLIOS QUE DOCUMENTEM O PROGRESSO DOS ALUNOS AO LONGO DO TEMPO. ESSA PRÁTICA PERMITE UMA AVALIAÇÃO MAIS ABRANGENTE E REFLEXIVA DO DESENVOLVIMENTO DO ALUNO. PROJETOS COLABORATIVOS E INDIVIDUAIS, POR SUA VEZ, INCENTIVAM A APLICAÇÃO PRÁTICA DO CONHECIMENTO E A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA O APRENDIZADO SIGNIFICATIVO E PARA O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE COLABORAÇÃO E CRIATIVIDADE.

AValiação DIAGNÓSTICA: REALIZAR AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS NO INÍCIO DO ANO LETIVO OU AO INÍCIO DE NOVOS MÓDULOS DE ENSINO. ESSAS AVALIAÇÕES SÃO FUNDAMENTAIS PARA COMPREENDER AS HABILIDADES, CONHECIMENTOS PRÉVIOS E NECESSIDADES INDIVIDUAIS DOS ALUNOS. COM ESSAS INFORMAÇÕES, É POSSÍVEL PERSONALIZAR O ENSINO DE FORMA A MELHOR ATENDER AS CARACTERÍSTICAS DE CADA ALUNO, PROMOVENDO UMA INCLUSÃO VERDADEIRA E EQUITATIVA.

AValiação DE HABILIDADES SOCIAIS E EMOCIONAIS: INCORPORAR INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO QUE MENSEM O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS E EMOCIONAIS, FUNDAMENTAIS NA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL. ESSAS HABILIDADES, COMO EMPATIA, RESILIÊNCIA, COOPERAÇÃO E AUTOCONTROLE, SÃO CRUCIAIS PARA O SUCESSO PESSOAL E PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES E DEVEM SER CULTIVADAS E AVALIADAS AO LONGO DO PROCESSO EDUCATIVO.

AValiação DE PARTICIPAÇÃO: AVALIAR A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS EM ATIVIDADES EXTRACURRICULARES, PROJETOS ESPECIAIS E EVENTOS ESCOLARES. A PARTICIPAÇÃO ATIVA É UM INDICATIVO DE ENGAJAMENTO E COMPROMETIMENTO COM A APRENDIZAGEM, ALÉM DE PROPORCIONAR OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES PRÁTICAS E SOCIAIS EM CONTEXTOS VARIADOS.

FEEDBACK E COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR: ESTABELECE CANAIS DE COMUNICAÇÃO EFICAZES E CONTÍNUOS COM PAIS E RESPONSÁVEIS, PARA FORNECER FEEDBACK REGULAR SOBRE O DESEMPENHO E O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS. UM DIÁLOGO ABERTO E COLABORATIVO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA É ESSENCIAL PARA O SUCESSO DO PROCESSO EDUCACIONAL, POIS PERMITE O ALINHAMENTO DE EXPECTATIVAS E ESTRATÉGIAS, ALÉM DE FORTALECER O APOIO AO ALUNO.

101

9



AValiação do Impacto Global: EXPANDIR O FOCO DA AVALIAÇÃO PARA ALÉM DO DESEMPENHO ACADÊMICO, INCORPORANDO A AVALIAÇÃO DO IMPACTO GLOBAL DO PROGRAMA EDUCACIONAL NA VIDA DOS ALUNOS. ISSO INCLUI O BEM-ESTAR EMOCIONAL, O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A AQUISIÇÃO DE HABILIDADES PARA A VIDA. AVALIAÇÕES QUALITATIVAS, COMO ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO, PODEM FORNECER INSIGHTS VALIOSOS SOBRE A EFICÁCIA DO PROGRAMA EM PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS ALUNOS.

AValiação do Programa como um todo: REALIZAR AVALIAÇÕES ABRANGENTES DO PROGRAMA EDUCACIONAL PARA DETERMINAR SUA EFICÁCIA GLOBAL. ISSO DEVE INCLUIR A ANÁLISE DE DADOS QUANTITATIVOS, COMO DESEMPENHO ACADÊMICO E TAXAS DE PARTICIPAÇÃO, BEM COMO DADOS QUALITATIVOS, COMO SATISFAÇÃO DE ALUNOS, PAIS E PROFESSORES. ESSAS AVALIAÇÕES SÃO FUNDAMENTAIS PARA A TOMADA DE DECISÕES INFORMADAS E PARA A MELHORIA CONTÍNUA DO PROGRAMA.

Ao adotar uma abordagem abrangente e integrada de avaliação na Educação de Tempo Integral, as escolas podem garantir que estão não apenas alcançando os objetivos educacionais, mas também proporcionando uma experiência de aprendizagem enriquecedora e significativa para os alunos. Essa abordagem permite que a avaliação deixe de ser um fim em si mesma e se torne uma ferramenta vital para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo de maneira holística e equilibrada.

DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E REVISÃO

A implementação desta Política ocorrerá de forma progressiva, mediante regulamentação complementar da Secretaria Municipal de Educação e adequação dos Projetos Político-Pedagógicos, regimentos, matrizes curriculares, calendários e demais atos da rede, em conformidade com as normas nacionais vigentes. A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar sua execução, promover avaliação periódica e propor revisão sempre que houver alteração normativa ou necessidade identificada no monitoramento. A Política será submetida à apreciação do Conselho Municipal de Educação, conforme a Resolução CNE/CEB nº 2/2026, e sua implementação observará as deliberações do sistema municipal de ensino.

+++

102



REFERÊNCIAS NORMATIVAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023. Define diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026. Altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026. Institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral.
- BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 28. Disponível em: Acesso em: 26 ago. 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.
- BRASIL. DCN Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4/11/2010 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. BRASIL.CNE/CEB. Resolução CNE/CEB 1, de 3/04/2002.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, MEC, 2013
- BRASIL. LDB Lei de Diretrizes de Base da Educação. Brasília, Presidência da república, 1996.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 21 jan. 2018.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 21 ago. 2024.
- BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral e estabelece diretrizes para a educação básica em tempo integral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/l14640.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: [data de acesso].
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: [data de acesso].
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Mais Educação: passo a passo. Brasília, DF: MEC, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. NOTA TÉCNICA Nº 36/2023/DIMAM/SEB/SEB, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023. Detalha a metodologia para calcular as pré-metas de matrículas no Programa Escola em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/notatecnica36>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BRASIL. NOTA TÉCNICA Nº 148/2024/DPDI/SEB/SEB, DE 3 DE ABRIL DE 2024. Detalha a metodologia de análise da meta física do Programa Escola em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/notatecnica148>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BRASIL. PORTARIA Nº 1.495, DE 2 DE AGOSTO DE 2023. Regulamenta o Programa Escola em Tempo Integral, estabelecendo diretrizes e procedimentos para sua implementação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1495-de-2-de-agosto-de-2023-500550822>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BRASIL. PORTARIA Nº 64, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera o cronograma de adesão e pactuação do Programa Escola em Tempo Integral. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-64-de-26-de-dezembro-de-2023-533955676>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BRASIL. Redes de aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)/Fundo das Nações Unidas para a Infância(UNICEF),União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), 2008.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 18, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023. Estabelece os critérios e procedimentos operacionais para o Programa Escola em Tempo Integral. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-18-de-27-de-setembro-de-2023-513355662>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 25, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui critérios de seleção de projetos da ação PAR-Portfólio no Programa Escola em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/resolucao25>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 26, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece critérios para a seleção de propostas de reforma, ampliação de unidades escolares e aquisição de mobiliário no Programa Escola em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/resolucao26>. Acesso em: 22 ago. 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRIÃO, Thereza; CAMARGO, Rubens B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, R; ADRIÃO, T. Gestão, financiamento e Direito à Educação. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.
- ARROYO, M. Currículo, território em disputa. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
- BARBOSA, M. C. S. Três diferentes experiências: participação e aprendizagem da criança no futebol, na umbanda e no trabalho da roça. In: Educação integral nas infâncias. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2016.
- BARBOSA, M. C. S.; RICHTER, S. R. S. Campos de Experiência: uma possibilidade para interrogar o currículo. In: FINCO, D.; BARBOSA, M. C.; FARIA, A. L. G. (orgs). Campos de experiência na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de Educação Infantil brasileiro. Campinas, São Paulo: Editora Leitura Crítica, 2015. pp. 185-198.
- BATISTA, Neusa C. Políticas públicas para a Gestão Democrática da Educação Básica: um estudo do Programa Nacional de Formação de Conselheiros Municipais de Educação. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.
- BERTAGNA, Regiane Helena. "Dimensões da formação humana e qualidade social: referências para os processos avaliativos participativos". In: SORDI, Mara Regina Lemes de; VARANI, Adriana; MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz. (Org.). Qualidade(s) da escola pública: reinventando a avaliação como resistência. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 89-131.
- CAMPOS, M. M. et al. A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 15-33, jan./abr. 2011.
- CANÁRIO, Rui. A escola tem futuro? Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- CARVALHO, L. D. Educação (em tempo) integral na infância: ser aluno e ser criança em um território de vulnerabilidade. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2013.
- CARVALHO, L. D. Educação (em tempo) integral na infância: ser aluno e ser criança em um território de vulnerabilidade. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2013.
- CARVALHO, L. D.; SILVA, R. C. Educação Integral nas Infâncias: Pressupostos e práticas para o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças de 0 a 12 anos. São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, 2017.
- CREI - CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. 10 perguntas e respostas sobre Educação Integral em tempo integral. São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, s/d. Disponível em: 10 Perguntas e Respostas Sobre Educação Integral em Tempo Integral.
- CREI - CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Educação Integral Na Prática. Caderno 1: Conceitos, Princípios e estratégias estruturantes. São Paulo, CREI, 2017. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/caderno-1-curriculo-e-ei-na-pratica.pdf>>. Último acesso em 28/08/2024
- COSTA, Natácha. Educação Integral: uma reflexão sobre a concepção e suas práticas transformadoras. São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, 2024.
- FARINA, Ione; BENVENUTTI, Dilva Bertoldi. *Formação continuada de professores: perspectiva humana e emancipatória*. Joazeiro: Editora Unoesc, 2024.
- FARIAS, E. L. A aprendizagem da e na prática social: um estudo etnográfico sobre as práticas de aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte. tese doutorado em Educação. Belo Horizonte, 2008.
- FINCO, D. Campos de experiência educativa e programação pedagógica na escola da infância. In: FINCO, D.; BARBOSA, M. C. S.; FARIA, A. L. G. (orgs). Campos de experiência na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de Educação Infantil brasileiro. Campinas, São Paulo: Editora Leitura Crítica, 2015. pp. 7-27.
- FORNEIRO, M. M. Concepção e organização do espaço na escola: uma abordagem da prática pedagógica. 1998. Disponível em: <http://www.educacaointegral.org.br>. Acesso em: 01 ago. 2019.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- HADDAD, S.; HORN, A. A. P. Tecnologias da Informação e Comunicação e a educação escolar: conceitos e práticas. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- HATTIE, John. Aprendizagem visível para professores. São Paulo: Penso, 2017a.
- HATTIE, John. Visible learning: interactive visualization. Available at: <https://inspirasifoundation.org/wp-content/uploads/2020/05/John-Hattie-Visible-Learning--A-synthesis-of-over-800-meta-analyses-relating-to-achievement-2008.pdf>>. Último acesso em 10/09/2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Natacha. Goulart, Maria Antonia 02/09/2016. Educação Integral e inclusiva: escolas e cidades para todos e todas. <https://diversa.org.br/artigos/educacao-integral-e-inclusiva-escolas-e-cidades-para-todas-e-todos/> acesso 22/11/2023
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/caetite.html>. Acesso em: 05 de mai. 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Municipal segundo Censo Demográfico 2010. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/carrega_rels_pdfs.php#. Acesso em: 20 mai. 2023.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portal do INEP. Disponível em: www.dataescolabrasil.inep.gov.br. 2012. Acesso em: 21 nov. 2020.
- ITO, Mizuko; GUTIERREZ, Kris; LIVINGSTONE, Sonia; PENUEL, Bill;
- RHODES, Jean; SALEN, Katie; SCHOR, Juliet; SEFTON GREEN; Julian.
- WATKINS, Craig S. Connected learning: An agenda for research and design. BookBaby, 2013
- LAVE, J.; WENGER, E. Situated learning: Legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LUCK, Heloisa. A gestão participativa na escola. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- LUCKESI, CC. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2011
- LUCKESI, CC. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Pátio, Rio Grande do Sul, n. 12, p. 6-11, fev/mar. 2000.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos São Paulo: Boitempo, 2010.
- MEGIER, M. C. L. et al. A Educação Infantil e a função dos espaços de aprendizagem: uma análise crítica das práticas pedagógicas. In: SOARES, J. F.; CARVALHO, R. L. (orgs). Educação Infantil: espaços e práticas pedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 2015. pp. 90-105.
- MOLL, L. C. (org.). Educação e cultura em comunidades de prática. Campinas: Papirus, 2004.
- MOLL, J. et al. Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. 504 p.
- NOGUEIRA, G. M.; VIEIRA, S. R. Contribuições da pedagogia da infância para a articulação entre educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 265-292, jan./jun. 2013.
- NOGUEIRA, M. A.; VIEIRA, R. M. A. A criança e o cuidado na escola: uma reflexão sobre a construção de uma cultura do cuidado. In: CAVALCANTI, A. M.; BORGES, L. G. (orgs). Educação Infantil: teorias e práticas contemporâneas. Recife: Editora Universitária, 2013. pp. 47-61.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. et al. Educação Infantil: uma perspectiva internacional. Porto: Porto Editora, 2007.
- ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>. Acesso em: [data de acesso].
- ORR, David, "Pedagogia e lugar". In: CAPRA, Fritjof et al. Alfabetização ecológica: a educação de crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.
- PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015-2025. CADERNO 1. CAETITÉ. Ano I - Edição nº 00085. 23 jun. 2015.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Bento Oliveira Ledo, Caetité, 2022.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Manoel Soares, Caetité, 2022.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Maurício Gumes, Caetité, 2022.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Mem de Sá, Caetité, 2022.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Vinte e Cinco de Março, Caetité, 2022.
- RODRIGUES, M. de F. S. dos S.; MOTA, J. P. S. Educação integral: desafios e perspectivas. In: CRISTINA PINTO DOS SANTOS, Cláudia; MOLL, Jaqueline (orgs.). Educação integral, territórios e compromisso: experiências e reflexões da Bahia para ajudar a pensar o Brasil. Jundiaí: Fibra Edições Brasil, 2023.
- SACRISTÁN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Tradução Emani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SANTOS, Milton. Território e Dinheiro. In: Território e Territórios. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGEU-UFF/AGB, 2002.
- SANTOS. A natureza do espaço: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SILVA, J. F. O papel da participação e do multiculturalismo na educação infantil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.
- SOARES NETO, Joaquim José et al. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. Estudos em Avaliação Educacional v. 24, n. 54, p. 78-99, 2013
- TEIXEIRA, A. A escola pública universal e gratuita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 64, p. 3-27, out./dez. 1956.



11



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- TRAVITZKI, Rodrigo. Qualidade com Equidade Escolar: Obstáculos e Desafios na Educação Brasileira REICE: Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, v. 15, n. 4, p. 27-49, 2017
- UNICEF. Tendências para a Educação Integral. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2011
- WEFORT, Helena Freire. ANDRADE, Julia Pinheiro. COSTA, Natacha Gonçalves da. Currículo e educação integral na prática: uma referência para estados e municípios / - 1. Ed. - São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019.



SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

107





10 ANEXOS



FICHA DE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

ESCOLA:	
NOME DO PROFESSOR/EDUCADOR SOCIAL:	
TURMA:	Nº DE ALUNOS:
DISCIPLINA/EIXO:	
CARGA HORÁRIA:	TURNO:
OBJETIVOS ESPECÍFICOS :	HABILIDADES/CURRÍCULO MUNICIPAL:
OBJETOS DO CONHECIMENTO EXPLORADOS:	RECURSOS UTILIZADOS
METODOLOGIA	
<small>(O planejamento poderá ser semestral, quinzenal ou mensal.)</small>	
COMO SE DARÁ A AVALIAÇÃO:	REFERÊNCIAS:

104



DECRETO Nº 303, DE 29 DE OUTUBRO DE 2026. INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAETITÉ – BA, APROVA SEU DOCUMENTO-BASE E ESTABELECE DIRETRIZES...



Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 303, DE 29 DE OUTUBRO DE 2026.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAETITÉ – BA, APROVA SEU DOCUMENTO-BASE E ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, EXPANSÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA OFERTA EDUCACIONAL EM TEMPO INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAETITÉ, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206, 208 e 211 da Constituição Federal de 1988, que consagram a educação como direito fundamental de todos e dever do Estado e da família, pautada na igualdade de condições de acesso, permanência e gestão democrática;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), em especial seus arts. 3º, 14, 34, § 2º, e 87, que preveem a progressiva ampliação da jornada escolar na Educação Básica para o regime de tempo integral;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), e a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);



Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Gabinete do Prefeito

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral, bem como a Portaria MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2026–2036);

CONSIDERANDO as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e os direcionadores curriculares do Sistema Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, com as alterações introduzidas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026 (Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica), e a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026 (Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral);

CONSIDERANDO o marco legal do Estado da Bahia instituído pela Lei Estadual nº 14.359, de 2021 (Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira), e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 21.469, de 2022;

CONSIDERANDO o legado histórico-educacional de Caetité como berço de Anísio Teixeira, pioneiro da educação integral pública, universal, laica e democrática no Brasil;

CONSIDERANDO as especificidades territoriais do Município de Caetité, com destaque para a expressiva presença de comunidades do campo e comunidades remanescentes de quilombos, demandando uma política curricular contextualizada, inclusiva, antirracista e orientada à formação omnilateral dos sujeitos;

CONSIDERANDO, por fim, a construção participativa do documento municipal consolidado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e submetido à apreciação do Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei Municipal nº 553, de 26 de março de 2002;

Prefeitura de Caetité CNPJ: 13.811.476/0001-54
Avenida Marlene Montenegro Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-5704
www.caetite.ba.gov.br





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Gabinete do Prefeito

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º Fica formalmente instituída a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Caetité, com a finalidade de assegurar o pleno desenvolvimento dos educandos em suas dimensões intelectual, física, emocional, social, ética, cultural e socioambiental, garantindo a ampliação qualificada das oportunidades educativas com equidade, inclusão e justiça curricular.

Art. 2º Fica aprovado o Documento-Base da Política de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Caetité, constante do Anexo Único deste Decreto, constituindo norma regulamentar de observância obrigatória por todas as unidades escolares, órgãos gestores e instâncias do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 3º A Política Municipal ora instituída observará os seguintes princípios estruturantes:

- I – Garantia do direito à educação com qualidade social;
- II – Promoção da equidade, da inclusão educacional e da justiça curricular;
- III – Respeito à diversidade humana, cultural, étnico-racial, territorial e às especificidades dos estudantes;
- IV – Desenvolvimento integral dos estudantes;
- V – Indissociabilidade entre cuidar e educar;
- VI – Gestão democrática e participação da comunidade escolar;
- VII – Integração entre currículo, práticas pedagógicas e avaliação;
- VIII – valorização dos profissionais da educação;
- IX – articulação intersetorial e integração com os territórios;
- X – Sustentabilidade socioambiental e responsabilidade coletiva;
- XI – Prevenção e enfrentamento de todas as formas de discriminação, preconceito e violência;

Prefeitura de Caetité CNPJ: 13.811.476/0001-54
Avenida Marlene Montenegro Cerqueira de Oliveira, 1000 – Centro Administrativo de Caetité,
Bairro Prisco Viana, Caetité – BA 46.400-000 – Fone: (77) 3454-5704
www.caetite.ba.gov.br





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Gabinete do Prefeito

XII – Garantia de acessibilidade e de condições adequadas de aprendizagem e desenvolvimento.

CAPÍTULO II

DA JORNADA ESCOLAR E DA ORGANIZAÇÃO DA OFERTA

Art. 4º A Educação Integral em Tempo Integral será ofertada em jornada escolar igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais de efetivo trabalho escolar ao longo de todo o período letivo, observadas as normas do Conselho Nacional de Educação e as diretrizes do Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único. Os tempos escolares destinados à alimentação, repouso, higiene, acolhimento e socialização compõem a jornada com estrita intencionalidade pedagógica, sendo vedada a mera permanência desarticulada do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Art. 5º A expansão das matrículas em tempo integral ocorrerá de forma planejada, gradual e territorializada, priorizando:

- I – escolas situadas em contextos de maior vulnerabilidade social e educacional;
- II – unidades e turmas das modalidades de Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola;
- III – unidades que atendam a estudantes público-alvo da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

CAPÍTULO III

DA MATRIZ PEDAGÓGICA E EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 6º A matriz curricular da Educação Integral em Tempo Integral articulará os componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Documento Curricular Referencial Municipal e da Parte Diversificada, organizando-se em conformidade com as diretrizes e detalhamentos constantes do Anexo Único deste Decreto, divididos pelas etapas da Educação Básica:



Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Gabinete do Prefeito

I – Na Educação Infantil (0 a 5 anos): estruturação articulada em torno das interações e da brincadeira, dos direitos de aprendizagem e dos Campos de Experiências, abrangendo práticas de:

- a) Acompanhamento Pedagógico e Documentação Pedagógica;
- b) Saberes Sociais da Terra, da Água e do Ar;
- c) Cultura, Arte e Educação Patrimonial;
- d) Educação, Ludicidade, Corpo e Movimento.

II – No Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano): priorização da alfabetização, dos letramentos e do raciocínio lógico-matemático, estruturada nos Eixos:

- a) Eixo I: Acompanhamento Pedagógico / Orientação de Estudos;
- b) Eixo II: Saberes Sociais da Terra, da Água e do Ar;
- c) Eixo III: Cultura, Arte e Educação Patrimonial;
- d) Eixo IV: Práticas Esportivas, Jogos, Brincadeiras e Educação Tecnológica.

III – No Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano): aprofundamento das áreas do conhecimento, desenvolvimento da autonomia juvenil, do pensamento crítico e do Projeto de Vida, estruturada nos Eixos:

- a) Eixo I: Letramento Científico, Matemático e Literário;
- b) Eixo II: Territórios, Humanidades e Cidadania;
- c) Eixo III: Cultura, Arte e Educação Patrimonial;
- d) Eixo IV: Práticas Esportivas, Jogos, Brincadeiras e Educação Tecnológica;
- e) Disciplinas diversificadas da rede municipal, incluindo História Afro-Brasileira e Indígena (HABI) e Direitos Humanos e Meio Ambiente (DHMA).

CAPÍTULO IV

DA GOVERNANÇA, FORMAÇÃO CONTINUADA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 7º A gestão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral observará o princípio da gestão democrática, assegurando a participação ativa dos Conselhos Escolares, grêmios estudantis, famílias e comunidades locais na reelaboração e execução do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar.



Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Gabinete do Prefeito

Art. 8º A formação continuada em serviço para todos os docentes, educadores sociais, coordenadores e gestores escolares que atuam na jornada estendida será planejada, executada e certificada prioritariamente por meio do Núcleo Educacional de Formação e Avaliação de Caetité (NEAF), instituído pelo Decreto Municipal nº 059, de 14 de setembro de 2022, em articulação com as diretorias técnicas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º As práticas avaliativas na Educação Integral em Tempo Integral terão natureza contínua, formativa, processual e diagnóstica, vedado o caráter meramente classificatório, subsidiando a reorganização do trabalho pedagógico e a recomposição de aprendizagens, segundo os indicadores e parâmetros previstos no Anexo Único.

CAPÍTULO V DO FINANCIAMENTO, MONITORAMENTO E SUSTENTABILIDADE

Art. 10. O financiamento das ações de implementação, expansão e qualificação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral correrá à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, complementadas por:

- I – recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);
- II – repasses federais vinculados à Lei Federal nº 14.640/2023 (Programa Escola em Tempo Integral - PETI) e ao FNDE;
- III – transferências voluntárias, convênios, acordos de cooperação técnica e parcerias com a sociedade civil e entes federativos;
- IV – recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Parágrafo único. A expansão de matrículas fica estritamente condicionada à comprovação da capacidade de custeio continuado, infraestrutura com acessibilidade, disponibilidade de quadro de profissionais habilitados, fornecimento nutricional adequado e transporte escolar seguro.



Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Gabinete do Prefeito

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação submeterá periodicamente relatórios de monitoramento e avaliação da política à apreciação do Conselho Municipal de Educação de Caetité (CME), nos termos de suas competências normativas e fiscalizadoras fixadas pela Lei Municipal nº 553/2002.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. As unidades escolares abrangidas por este Decreto deverão adequar seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), Regimentos Escolares e matrizes de organização curricular às diretrizes do Documento-Base constante do Anexo Único.

Art. 13. O Secretário Municipal de Educação expedirá as instruções normativas, portarias e ordens de serviço complementares necessárias à fiel execução deste Decreto.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE CAETITÉ, em 29 de outubro de 2026

VALTÉCIO NEVES AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

